

É FORTALECENDO A NOSSA LUTA DO PRESENTE QUE OS COMUNISTAS COMEMORAM O PASSADO



Pág. 4

Em Lisboa e Setúbal, o camarada Alvaro Cunhal pronunciou dois importantes discursos nos quais se expõe a posição do PCP acerca das medidas económicas e da actual situação política

Centenas de comícios, sessões, festas e outras manifestações que mobilizaram milhares e milhares de pessoas assinalaram em todo o País as comemorações do 56.º aniversário do PCP. De uma forma geral integradas na Campanha Nacional dos 50 Mil Contos, estas iniciativas constituíram igualmente importantes jornadas de esclarecimento e mobilização política onde foram debatidos os problemas nacionais e nos quais se reafirmou a firmeza e determinação dos comunistas, da classe operária, dos trabalhadores e de todo o Povo na defesa da Constituição, da democracia e das conquistas da Revolução

Págs. 3/5/6



Foi assim a Festa na FIL promovida pelo Comité Local de Lisboa! Em todo o País, porém, a mesma vibração, o mesmo entusiasmo: no Porto, no Palácio de Cristal, em Leiria na inauguração do novo Centro; na Marinha Grande no Cortejo realizado, em Setúbal, no Algarve e até no estrangeiro onde centenas de camaradas da emigração saudaram o aniversário do Partido

8 de Março DIA DA MULHER



Pág. 12

Para um novo alvorecer
junta-te a nós, companheira!

Editorial

SALVAR A ECONOMIA DERROTAR O FASCISMO

A situação económica de Portugal é Inegavelmente grave. Esta situação tem causas objectivas. Num ponto, pelo menos, com excepção das forças da direita que têm compreensivelmente uma outra óptica de apreciação da crise, há uma concordância geral quanto à responsabilidade de uma das causas maiores desse agravamento - a herança do fascismo.

O novo Portugal democrático nasceu porque as forças sãs do País, sob a iniciativa corajosa dos militares patriotas puseram termo a uma política que, a continuar, levaria à extrema degradação da nossa situação política, económica e social e poria mesmo em perigo o que restava da nossa independência como Nação. Mas a herança ficou. Nela pesou particularmente o passado colonial.

O 25 de Abril abriu ao nosso Povo as portas da mais ampla liberdade política e extirpou para sempre a gangrena do colonialismo e do seu tumor mais

(Continua na pag. 2)

SOLIDARIEDADE AO POVO DA ROMÉNIA

O Secretário-Geral do PCP enviou ao Secretário-Geral do Partido Comunista Romeno, Nicolau Ceaucescu, o seguinte telegrama:

«Camarada N.Ceaucescu, Secretário-Geral do Partido Comunista Romeno
Bucareste - República Socialista Romena

Profundamente chocados com a catástrofe que atingiu o povo romeno expressamo-vos o grande pesar e os sentimentos de solidariedade do Partido Comunista Português e as condolências às famílias enlutadas. Estamos, queridos camaradas, ao vosso inteiro dispor para o que entenderdes poder ser-vos útil.

Lisboa, 7 de Março de 1977

Álvaro Cunhal
Partido Comunista Português»

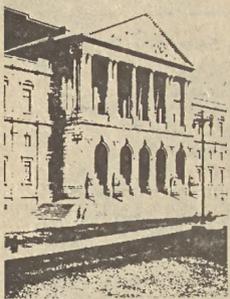
JÁ ULTRAPASSÁMOS OS 10 MIL CONTOS!



Dias de salário dos trabalhadores apoiam o seu Partido, defendem a Revolução e constroem o futuro!

Com. Coord. Central	1151939\$60
OR dos Açores	1907\$00
OR do Alentejo	397538\$10
OR do Algarve	239222\$50
OR das Belras	220247\$70
OR de Lisboa	3986392\$80
OR da Madeira	725\$00
OR do Norte	731965\$90
OR do Oeste/Ribatejo	379400\$40
OR de Setúbal	1676972\$70
Emigração	46760\$80
UEC	247348\$50
UJC	87663\$60
Por classificar (1)	839906\$20

Pág. 8 TOTAL 10009990\$80



Os Comunistas na Assembleia da República

Importante declaração política proferida por Carlos Brito

O camarada Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, proferiu na passada terça-feira na Assembleia da República uma importante declaração política — que, pela sua importância transcende o âmbito da Assembleia —, pela sua importância transcende o âmbito da Assembleia.

A declaração política do PCP, alertando todos os democratas para a ofensiva fascista — referindo a propósito o comício fascista do Coliseu e as manobras provocatórias de Aveiro — analisa as medidas económicas tomadas recentemente pelo Governo e renova os apelos ao entendimento de todas as forças democráticas para a salvaguarda da democracia portuguesa, quando novas ameaças se acastelam no nosso horizonte político — conforme referiu Carlos Brito.

Entretanto, uma das provas dessa ameaça tiveram-na ontem os deputados quando, a pretexto de uma nova intervenção de Galvão de Melo, algumas centenas de retornados se concentraram no interior e no exterior de S. Bento, denunciando claramente que tais organizações fascistas já têm um chefe visível: Galvão de Melo.

A gravidade das atitudes de provocação levou à pronta intervenção das forças da ordem. Apesar disso, o deputado do CDS teve a ousadia de falar aos provocadores de uma das janelas de S. Bento, tratando-os por «portugueses do ultramar»...

Afirmou Carlos Brito: O passado fim-de-semana foi marcado por dois acontecimentos que testemunham a desbordada agressividade da ofensiva reaccionária e dão razão àqueles que, como nós, entendem que o perigo do fascismo constitui uma real ameaça.

Refiro-me à reunião do Coliseu de Lisboa, presidida por um deputado desta Assembleia, e ao boicote de uma sessão de solidariedade com os povos das ex-colónias, ocorrido em Aveiro.

A avallar pelas reportagens de toda a imprensa, a reunião do Coliseu constituiu não apenas o ataque a uma das mais nobres realizações da Revolução de Abril — o fim da guerra colonial e a descolonização — mas representou, pelo clima de insulto, de calúnia, de ameaça em que decorreu, pelos apelos e incitamentos à violência lançados por diferentes oradores, pelas concepções defendidas, a mais típica manifestação fascista realizada em Portugal depois do derrubamento da ditadura. O que foi posto em causa no Coliseu foi a Revolução de Abril e os seus heróicos capitães, o regime democrático e a Constituição da República. Mas mais, a reunião do Coliseu é um desafio a todas as instituições democráticas e um insulto ao Povo português.

Utilizo a reportagem de «Diário de Notícias» para referir algumas afirmações. Disse-se, segundo a reportagem: «Após o 25 de Abril, se alguém fez alguma coisa de patriotismo neste país fomos nós, os refugiados.» Como exemplos do «patriotismo» referido falou da ocupação do Banco de Angola e da «desinfecção» da casa de Angola.

Outra: «Não nos podemos integrar numa sociedade contaminada, numa sociedade estrangeira». Esta sociedade estrangeira é a sociedade portuguesa.

É sinistro e ridículo, mas Hitler e os nazis também fizeram figura de ridículos hístrios nos seus primeiros passos.

No Coliseu, o deputado desta Assembleia, presidente da reunião, respondeu àquelas insultuosas afirmações, proclamando: «Vós sois a última percação de um Portugal orgulhoso da sua história e do seu destino...»

A Assembleia da República, o Governo, todas as instituições democráticas não podem deixar passar em claro esta escandalosa provocação, este escandaloso desafio. Galvão de Melo, deve prestar esclarecimentos à Assembleia pela grave operação em que se envolveu. Esperamos que de todas as bancadas desta Câmara haja a coragem de lho exigir.

O boicote de Aveiro empresta uma significação concreta ao que se passou no Coliseu. E a demonstração de que os discursos não são simples desabafo retóricos mas representam propósitos de uma conduta bem determinada.

É a esta luz que a provocação do Coliseu e a provocação de Aveiro devem ser julgadas. É o n.º 4 do art.º 46.º da Constituição, que proibe «organizações que perfilhem a ideologia fascista», que lhes deve ser aplicado. Não são os retornados das ex-colónias que estão em causa, mas os agentes do grande capital e da reacção que instrumentalizam, sem escrúpulos, alguns deles como carne de provocação contra a democracia.

Os promotores da reunião provocatória do Coliseu não se atreveriam a tais cometimentos se não se sentissem encorajados por um clima de condescendência relativamente aos proceres do regime fascista, um clima de campanha anticomunista, um clima de contestação das transformações operadas na sociedade portuguesa após o 25 de Abril e consagradas na Constituição da República.

Freitas do Amaral, o responsável máximo de um partido que votou contra a Constituição, também ele se atreveu em discurso proferido para o «American Club of Lisbon» a afirmar:

O CDS está contra a equipa de Mário Soares quando esta «contemporiza com certas desordens ou violações do direito, quando prossegue uma Reforma Agrária baseada fundamentalmente ainda em leis inspiradas pelo Partido Comunista, ou quando se pretende limitar o papel da iniciativa privada por diplomas que, de certo modo, consagram aquilo que o PCP considera as grandes conquistas da Revolução e que nós consideramos os grandes erros do gonzalvismo».

As grandes conquistas da Revolução são para o PCP, como se sabe, ao lado das liberdades e da democracia, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, todas elas consagradas na Constituição.

Portanto, o CDS continua confessoramente em oposição a aspectos centrais e fundamentais da Constituição da República.

Mas a histeria anticomunista não parte apenas do CDS. É estimulada e promovida por sectores responsáveis, incluindo do próprio Governo e do partido do Governo. Desenvolve-se actualmente em torno da oposição do PCP ao sentido fundamental das medidas económicas e financeiras adoptadas em Conselho de Ministros dos dias 25 e 26 de Fevereiro, à Integração de Portugal no Mercado Comum e desenvolve-se ainda em torno de lutas dos trabalhadores. Acusa-se o PCP de desestabilizar e de não ter uma atitude patriótica por discordar da política do Governo e das forças que o apoiam, por considerar que essa política não dá solução aos problemas nacionais, antes favorece e impulsiona a recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Farei adiante referência a essas questões e teremos oportunidade de definir ainda mais claramente para a Assembleia as nossas posições aquando do debate a propósito da interperação apresentada pelo PPD/PSD. Queremos afirmar desde já que a campanha contra o PCP e as lutas laborais, longe de se revestir de qualquer dignidade democrática, aparece como uma forma de constringer opiniões adversas, como uma forma de intimidar os próprios trabalhadores e levá-los a abandonar a luta pelo seus interesses e a defesa das suas reivindicações no campo da legalidade e no respeito da Constituição.

Queremos afirmar também que poucas vezes na história terá sido tão claro o ensinamento de que o anticomunismo, visando prioritariamente os comunistas e a classe operária,

é uma arma contra todos os democratas, contra a própria democracia. Os que insistem brandindo a arma do anticomunismo e querem conservar as liberdades e a democracia, não devem esquecer o exemplo do aprendiz de feiticeiro.

Os do Coliseu já se consideram, só eles, os únicos patriotas!

Nas declarações públicas e comunicados que fizemos sobre as medidas económicas e financeiras tomadas pelo Governo em 25 e 26 de Fevereiro, temos vindo a afirmar que estas não resultam de uma solução dos problemas financeiros, a radical diminuição dos défices da balança comercial e de pagamentos, a reanimação da economia nacional, a defesa dos interesses das classes e camadas laboriosas.

Dessas medidas resultará, sim, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a entrega dos recursos financeiros, de empresas e de sectores da economia nacional aos capitalistas e às multinacionais, a criação de novas condições para a restauração do capitalismo monopolista.

O PCP há muito que vem alertando para a gravidade da situação económica e financeira, para as dificuldades que era preciso vencer, para as medidas que urgia tomar.

Sempre dissemos a verdade ao povo português, sempre afirmámos que o país não podia viver acima das suas posses, que havia que tomar medidas decididas no campo económico e social, e, dentre elas, medidas que corrigissem o défice global da economia portuguesa.

Já no seu VII Congresso Extraordinário, realizado em 20 de Outubro de 1974, o PCP alertava para a gravidade da situação económica e financeira, chamando a atenção para os grandes défices da balança de pagamentos. Afirmou o meu camarada Álvaro Cunhal que «estes défices, a não serem prontamente diminuídos porão em perigo a estabilidade económica de Portugal».

E por isso, é com perfeita coerência que na sua intervenção realizada nesta Assembleia aquando da discussão do Programa do Governo, ele podia afirmar: «cremos ter sido os primeiros a chamar a atenção para o excesso do consumo nacional em relação à produção e a quantificar a diferença nos 50 milhões de contos».

Mas é na desenvolvida análise constante do relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso do meu Partido, realizado de 11 a 14 de Novembro de 1976, bem como na Resolução Política aí aprovada, que com mais clareza é apontada, como problema central da Revolução, a estabilidade económica e financeira, posta em causa pelo aumento do défice global da economia portuguesa.

Aí se considera o défice da balança de pagamentos como «um ponto nodal» das dificuldades económicas e financeiras nacionais. E acrescentava-se: «a carência básica da economia portuguesa — ou seja, o facto de que os consumos ultrapassam num quantitativo que se não afasta de 50 milhões de contos a produção nacional (excluindo o turismo) — é o mais grave problema de fundo que, no domínio económico, Portugal defronta no momento presente».

Mostrámos a urgência com que deveriam ser tomadas tais medidas, evidenciámos os perigos resultantes para o País de se insistir em viver acima das nossas posses, em não se adoptar a curto prazo uma política de austeridade.

Na Resolução Política aprovada no VIII Congresso do PCP, afirmámos o seguinte:

«Para reanimar e estabilizar a economia e empreender uma política de desenvolvimento podem admitir-se duas dinâmicas fundamentais:

Uma é a dinâmica capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, no agravamento da exploração dos trabalhadores, no aumento dos lucros e da acumulação, na ligação e subordinação aos interesses do imperialismo estrangeiro.

«A outra via é a que assenta numa dinâmica não capitalista, com base nas transformações das estruturas económicas levadas a cabo pela Revolução».

A nosso ver, o conjunto das medidas de carácter económico e financeiro tomadas pelo Conselho de Ministros em 25 e 26 de Fevereiro não constituem a solução para os graves problemas que o País atravessa e representam uma opção pela via da dinâmica capitalista.

Quanto a nós, o sentido fundamental dessas medidas é a diminuição dos consumos, através do aumento dos preços, o que desde logo significa o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias; é a recuperação capitalista apresentada como recuperação económica, o que significa um atropelo às novas leis objectivas da economia, a desorganização da vida económica e uma maior degradação da situação financeira.

Há nesse conjunto de medidas, algumas que poderiam ser positivas se enquadradas numa política económica diferente. Mas o sentido de muitas outras medidas não só anula esse eventual efeito positivo como aponta claramente, a nosso ver, para um conjunto que se traduz numa política de recuperação capitalista.

Pode ser outro o significado da entrega de vultuosos recursos financeiros aos grandes capitalistas, através da mobilização de indemnizações provisórias de acções e títulos de empresas nacionalizadas, quando estas mesmas empresas necessitavam sim desses recursos para investimentos e melhorias tecnológicas? Ou a anunciada reavaliação dos activos das empresas privadas, sem que se admita igual operação para as empresas públicas?

Algumas dessas medidas — e referimo-nos particularmente à desvalorização do escudo, aos decretados aumentos de preços, a liberalização do regime de fixação de preços e outras — conduzem de imediato a uma vertiginosa e generalizada alta do nível dos preços, que, conjugada com as restrições aos aumentos de salários se traduz na diminuição dos salários reais e no agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias.

Uma questão merece, entretanto, neste quadro, particular realce.

Referimo-nos à desvalorização do escudo. A diminuição do valor de câmbio do escudo vai produzir de imediato uma diminuição dos salários reais, um aumento da taxa de lucro e a intensificação da exploração da força de trabalho.

No terreno dos défices da balança comercial e de pagamentos, o facto de 80% das nossas importações serem de bens essenciais, a deficiente estrutura das nossas exportações, o aumento interno de preços de que vem a resultar a anulação do incremento do turismo e das remessas dos emigrantes e finalmente o peso da dívida externa conduzem a que em vez de se concretizar a anunciada diminuição desses défices, o que iremos certamente assistir é precisamente ao seu agravamento.

O PCP tem afirmado repetidamente: existe uma alternativa para a política de recuperação capitalista. Existe uma alternativa democrática.

Essa alternativa tem de assentar nas transformações operadas nas estruturas económico-sociais da sociedade portuguesa no decurso da Revolução de Abril. Essa alternativa tem que apoiar-se no vasto sector não capitalista da nossa economia, o que não exclui na nossa óptica incentivos apropriados ao sector privado. O que

combatemos é que se considere o sector capitalista como o sector a privilegiar, o sector de arranque, e que se procure alargá-lo e submeter aos seus interesses a economia nacional.

Adoptámos, adoptamos e adoptaremos uma posição responsável em relação aos graves problemas com que se debate a economia nacional.

Fomos os primeiros a advertir do perigo do esgotamento das reservas, do défice da balança comercial e de pagamentos, de necessidade de reduzir a grande diferença entre a produção e o consumo. Detendemos uma real política de austeridade e a real reanimação económica. Mas entendemos, sem nenhuma espécie de dúvidas, que uma tal política só terá sucesso com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, só terá sucesso com a consolidação das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário.

Estas as posições do PCP que teremos oportunidade de detalhar na próxima semana.

Terminámos reafirmando a disposição do PCP de procurar infatigavelmente o diálogo e o entendimento entre todos os democratas, nomeadamente entre socialistas e comunistas, para em conjunto se encontrar a resposta que garanta a salvaguarda da democracia portuguesa, quando novas ameaças se acastelam no nosso horizonte político.

Solidariedade e pesar pelos trágicos acontecimentos verificados na Roménia

Os trágicos acontecimentos ocorridos na Roménia foram objecto de um voto de pesar apresentado pelo PS, aprovado por unanimidade e aclamação, e que exprime a total e profunda solidariedade da Assembleia da República, e através dela, de todo o Povo português para com o Povo romeno nesta hora difícil que atravessa a República Socialista da Roménia.

O embaixador da Roménia assistiu à sessão e pôde comprovar a emoção sincera com que o hemiciclo acolheu o voto de pesar.

Alargada para 200 milhas zona marítima exclusiva

A Assembleia da República discutiu e aprovou, nas suas duas últimas sessões, a proposta de lei que cria uma zona económica exclusiva de 200 milhas marítimas. Intervindo no debate, o deputado Aboim Inglês, expressou a posição do PCP a respeito de tal proposta.

Editorial

SALVAR A ECONOMIA DERROTAR O FASCISMO

(Continuação da pág. 1)

infecção — a guerra colonial. O novo Portugal democrático libertou-se da chaga histórica do colonialismo mas o custo da descolonização pesou duramente na nossa enferma economia e é um outro factor da crise que deve inscrever-se na herança do passado.

Depois da Revolução de Abril a sabotagem económica, a fraude e as actividades conspiratórias da direita reaccionária impuseram medidas de defesa ao jovem Estado democrático, as reformas de fundo que se inscrevem nos objectivos do «Movimento dos Capitães» tiveram que ser aplicadas com o rigor que a resistência das forças do passado tornou necessário e estas transformações não puderam realizar-se sem uma certa quebra dos índices económicos.

Claro que há outras causas externas que pesam na situação crítica actual da economia portuguesa, como o agravamento da crise geral do capitalismo, mas os seus efeitos poderiam ter-se reduzido substancialmente se a política económica dos governos provisórios tivesse sido desenvolvida de acordo com a nova dinâmica resultante das transformações económicas e sociais operadas depois do 28 de Setembro e, sobretudo, depois do 11 de Março.

Com excepção do V Governo as equipas ministeriais dos governos provisórios estiveram a cargo do PPD ou do PS, uma política de gastos não essenciais delapidou importantes capitais sem uma contrapartida no acréscimo da produção e no investimento.

Porém, a causa mais séria do agravamento da crise económica reside na política de recuperação capitalista iniciada pelo VI Governo Provisório, sob a égide do PS e do PPD, e, sobretudo, pelo actual Governo minoritário do PS.

Após o regresso da sua primeira visita aos países do Mercado Comum no fim do mês passado, e agora no estrangeiro durante a sua segunda visita, o Primeiro-Ministro, Mário Soares, fala com um optimismo que as realidades não justificam das suas negociações para a integração de Portugal na CEE.

Entre uma e outra visita o Governo do PS promulgou uma avalanche de decretos e anunciou várias medidas económicas e financeiras destinadas, segundo o Primeiro-Ministro, à recuperação económica do País.

Classificar tais medidas como de «recuperação económica» é uma demagogia que o secretário-geral do PS não tem o direito de usar quando a economia do seu País e a vida do seu Povo são tão profundamente afectadas.

A integração económica na CEE — que o Primeiro-Ministro põe como decisiva para a economia portuguesa e como condição para a continuidade do seu Governo — a efectivar-se, seria uma operação parcial.

A integração económica de Portugal na CEE nas condições actuais seria um factor de submissão da nossa economia aos grandes monopólios «integrados» no Mercado Comum.

A integração, como categoria económica, implica uma certa correspondência dos níveis de desenvolvimento entre os países integrados, uma necessária complementaridade da produção, uma similitude de estruturas económicas e sociais que a economia portuguesa não dispõe no momento actual.

Sabe-se como a «integração europeia» agravou a concorrência entre os países participantes e como os entendimentos entre os vários agrupamentos monopolistas foi obtido a custa de pesados sacrifícios dos países mais fracos.

No caso da chamada «Europa Verde», por exemplo, viu-se como por detrás desta «paradisiaca» designação se desenvolveram agudos conflitos de interesses que opuseram países dotados de uma agricultura altamente industrializada e competitiva a outros cuja estrutura da produção agrícola reposava ainda em formas de exploração quase arcaicas mas ainda com um peso considerável na economia nacional desses países.

A integração no Mercado Comum de um País como o nosso, que é obrigado a importar cerca de 60 por cento dos produtos alimentares que consome, significaria uma miséria ainda maior nos nossos campos e a ruína de milhares de pequenas e médias empresas industriais sem capacidade competitiva para resistir à concorrência estrangeira no próprio mercado interno. Por isso a integração de Portugal na CEE não seria, nem poderia deixar de ser, por dilatados anos, senão uma medida puramente formal.

Só se pode compreender então o afã do Governo do PS, e pessoalmente do Primeiro-Ministro, dentro da sua estratégia de recuperação capitalista acelerada.

É também fora de dúvida que as medidas de carácter financeiro e monetário decretadas pelo Governo do PS se enquadram na mesma política.

Depois de ter lamentado que não se tenha verificado uma discussão suficientemente aprofundada da questão, Aboim Inglês referiu que o PCP dava a sua aprovação, na generalidade, ao alargamento para 200 milhas.

A determinado passo salientou o deputado do PCP: É evidente que o aspecto mais imediatamente praticável e de maior interesse imediato refere-se precisamente às pescas. Portugal é um país naturalmente virado para as actividades pesqueiras, com uma larga faixa marítima, com largas tradições de actividade virada para o mar e é evidente que, na perspectiva do nosso desenvolvimento económico-social o mar conta como um parâmetro que não podemos descurar. Portanto, a atenção imediata que é prestada nesta lei ao aspecto da defesa de direitos quanto às actividades piscícolas e à captura e aproveitamento de recursos vivos do mar merece o nosso acordo.

Mas conforme salientou mais adiante Aboim Inglês, a lei de nada serve se não houver aquele esforço de apetrechamento da nossa frota pesqueira a demais infraestruturas ligadas à pesca, assim como às actividades da Indústria conserveira, da distribuição e transformação dos produtos marinhos. Se não houver todo esse grande esforço no sentido do aproveitamento desses recursos que legalmente ficariam à nossa disposição, de nada serve a lei, sendo esta letra morta.

Os problemas da mulher

O Dia Internacional da Mulher foi evocado na Assembleia da República através das intervenções de deputados dos diversos grupos parlamentares e, nomeadamente, de Ercília Talhadas, do PCP.

Debruçando-se em particular sobre a situação da mulher portuguesa e, em especial, da mulher trabalhadora nos tempos actuais, Ercília Talhadas afirmou:

Tem-se afirmado que o Povo português tem hoje a Constituição mais progressista da Europa capitalista. Mas não basta consignar na Constituição «igualdade de oportunidades», que «o trabalho igual corresponde salário igual». É necessário um aturado esforço e atenção constante especialmente por parte do Governo do novo Portugal democrático, para levar à prática os princípios consignados na Constituição.

E, a finalizar a sua intervenção, a deputada do PCP acentuou:

Nenhum povo pode alcançar a sua plena libertação sem conquistar a libertação completa da mulher. Neste 8 de Março de 1977, deixo aqui um apelo às mulheres do meu País para que se unam e lutem, junto com todos os homens progressistas pela sua crescente emancipação e dignificação, para que possam dar a sua contribuição indispensável à construção de um Portugal melhor, democrático e independente, rumo ao Socialismo!

Conhecem-se pressões dos círculos monopolistas dos Estados Unidos contra o valor do escudo português. Os vultuosos empréstimos prometidos para daqui a um ano pelos banqueiros americanos têm como contrapartida a hipoteca do futuro de Portugal aos grandes potentados financeiros dos Estados Unidos.

Quando afirmámos que a desvalorização do escudo se tornava inevitável, não queríamos significar que não fosse plenamente evitável (porque o era) com uma política que estivesse realmente voltada para a recuperação económica e não para a recuperação capitalista.

Queríamos significar, sim, que a desvalorização se tornava «inevitável» na lógica da política económica do Governo PS, no prosseguimento de uma política que conduziu ao endividamento progressivo do País, ao agravamento dos défices, à progressiva desvalorização não declarada.

A desvalorização do escudo agora decretada constitui, pois, uma medida desnecessária, errada, com graves incidências na economia e na vida do País.

A desvalorização não resolve e antes complica os nossos graves problemas económicos, sociais e financeiros. Aliás, a desvalorização encapota do escudo ultrapassa em muito os 15 por cento e só a recusa do Governo do PS a uma firme política de saneamento financeiro, de redução drástica dos consumos superfluos dentro de uma política de austeridade virada fundamentalmente contra os altos rendimentos, justifica um tal passo que seguramente virá agravar as condições de vida dos trabalhadores, de todos os que vivem de remunerações fixas (salários e ordenados).

Os seus efeitos não reduzirão de uma maneira significativa (na melhor das hipóteses) os nossos défices da balança de pagamentos e da balança comercial que, nesta só, deve ter atingido no ano transacto a elevada soma de 70 milhões de contos.

A nova viagem do Primeiro-Ministro à Europa da CEE indica um desespero que não deixará de ser explorado pelos monopólios franceses, germano-ocidentais e dos próprios Estados Unidos.

Lamentavelmente o dr. Mário Soares não perde pitada no exterior para dirigir os mais absurdos ataques contra o PCP.

Velhas mentiras e calúnias contra os comunistas portugueses são reeditadas pelo secretário-geral do PS para ganhar as boas graças do imperialismo.

E, entretanto, o PCP defende uma política clara de salvaguarda da independência nacional, uma política que abriria perspectivas reais, embora não imediatas, de melhoria da situação das classes trabalhadoras.

O PCP defende no plano externo uma diversificação das nossas relações económicas e financeiras. Uma coisa é a política de «integração» na CEE que reabriria as portas do País aos monopólios, outra, muito diferente, é a do melhoramento de relações económicas, financeiras e comerciais com os países da CEE preconizada pelo PCP.

Perante a gravidade da situação o PCP opõe à política actual do Governo do PS, à sua fórmula de Governo sozinho, uma alternativa democrática que tenha como ponto central o combate à crise económica apoiado na defesa intransigente das conquistas da Revolução e numa plataforma de luta contra a ameaça do fascismo.

O comício nazi-fascista do Coliseu dos Recreios e a actuação de Galvão de Melo na Assembleia da República, acolhida pelo CDS e por alguns saudosistas do colonialismo que se concentraram dentro e fora de S. Bento, numa autêntica manifestação fascista, tudo isto ligado à intensificação dos atentados bombistas, mostra que os perigos do fascismo em Portugal são reais e não fictícios e que a sua realidade põe na ordem do dia o entendimento entre as forças democráticas, particularmente o PS e o PCP, e os militares progressistas para defender a democracia e a Revolução.

O nosso Povo não quer o fascismo, os remanescentes do fascismo em Portugal não têm qualquer base de massas, a classe operária, os camponeses, todos os outros trabalhadores que lutam estreitamente unidos pelas suas reivindicações imediatas estão decididos a defender as suas conquistas, a defender a democracia, a sacrificar-se para que o País avance no rumo do socialismo.

Se os dirigentes do PS, interpretando os sentimentos de milhares de socialistas, e os militares patriotas souberem escutar esse apelo unitário das massas populares e se se dispuserem seriamente a examinar com os comunistas e democratas de outras tendências uma alternativa democrática para sair da crise, seguramente os problemas financeiros e económicos podem ser solucionados favoravelmente, as conquistas da Revolução consolidadas e a democracia poderá construir-se conforme aos interesses e aspirações do Povo português.

As comemorações do 56.º aniversário do PCP

SETÚBAL: FESTA E COMÍCIO EM VÉSPERAS DE ASSEMBLEIA CONCELHIA

O Pavilhão do Clube Naval Setubalense, que já viu muitas manifestações de combatividade política, encheu-se de novo no último domingo, dia 6 de Março, dia do aniversário do PCP.

Cerca de cinco mil pessoas, com efeito, comemoraram nessa noite, em Setúbal, os 56 anos de luta do Partido e simultaneamente o segundo aniversário da União da Juventude Comunista, numa festa e num comício que, pelas 20 horas reunia já no vasto recinto e nas bancadas do Pavilhão todos aqueles que, membros ou não do Partido, mas animados pela confiança no futuro quiseram fazer desta data uma grandiosa jornada de luta.

Já durante o dia brigadas de camaradas percorreram vários bairros da cidade, angariando fundos para a Campanha dos 50 Mil Contos, encontrando da parte da população contactada a compreensão e o bom acolhimento que os trabalhadores e os democratas dispensam às iniciativas do Partido. Nessa noite também a Campanha foi lembrada e enquanto alguns camaradas recolhiam em bolsas e bandeiras os donativos dos presentes, um leilão desenrolou-se, aplaudido por todos. O camarada Juzarte, membro da Comissão Concelhia e deputado do PCP, com mais camaradas, leilou vários objectos, alguns verdadeiras peças de arte que militantes tinham fabricado expressamente para oferecer e leilou.

Entretanto, nessa primeira parte das comemorações de Setúbal, os jovens comunistas do concelho cantaram. Cantaram e tiveram a acompanhá-los os milhares de trabalhadores ali reunidos. Depois foi a vez do conjunto Galés, com o acordeão e as guitarras, entusiasmar a assistência com as canções revolucionárias. A festa chegava ao fim, ia iniciar-se o comício e, aos acordes da «Bandeira Rubra», cantada em «coro» de milhares de vozes, os membros da Comissão Concelhia e outros camaradas que «compunham» a mesa começaram a tomar os seus lugares. Finalmente, no meio de impressionante ovação, o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, entrou também na sala e dirigiu-se ao seu lugar na mesa.

Nesta encontravam-se um operário da Socel, um pescador, um médico, dois camaradas da UJC, três membros da Comissão Concelhia do PCP, uma operária agrícola, um operário da Setenave, e os camaradas membros das DORS e do Comité Central Manuel Sobral e Sofia Ferreira.

José Manuel Gaibéu, da Concelhia da União da Juventude Comunista, foi o primeiro camarada a tomar a palavra, saudado pelos presentes, entre os quais muitos jovens que faziam ouvir a sua voz, ovacionando a Juventude e o Partido. Referindo-se ao papel dos jovens nas lutas por um mundo melhor, o camarada Gaibéu salientou o facto de se comemorar o segundo aniversário da UJC e de se preparar activamente o I Congresso marcado para o próximo dia 13, que irá constituir mais um êxito na luta pela unidade da Juventude Trabalhadora.

Foi a vez do camarada Adílio Costa, da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, se dirigir à tribuna.

Numa intervenção escutada com interesse, o camarada traçou brevemente o quadro em que as lutas pela defesa das conquistas da Revolução se processam, a necessidade de travar o passo às ofensivas da reacção facilitadas com a actuação antioperária e antioperário do Governo actual. Seguidamente passou a referir-se à situação que se vive no concelho de Setúbal, caracterizando social e politicamente as forças em presença. E salientou, a dado passo:

A reacção tenta neste momento desestabilizar a situação em empresas onde a força e a unidade dos trabalhadores é cada vez maior. Denunciamos as tentativas de recuperação capitalista em empresas da indústria automóvel, na Movauto e Barreiros, da construção civil, A.C. e Construções Técnicas, e inclusivamente na Setenave. Os trabalhadores destes sectores estão atentos a estas manobras, denunciando também a connivência do Governo com as mesmas.

Mais adiante, sublinhando que a Campanha de Fundos em que todo o Partido está empenhado depende da sua organização e do balanço das possibilidades existentes em cada sector, o camarada afirmou: **Melhorar a capacidade técnica e económica do PCP é a certeza de que haverá melhores condições organizativas para alcançarmos a vitória.**

Depois, a intervenção passou a focar um trabalho em que os comunistas de Setúbal se têm empenhado e que vai em breve culminar com uma realização de grande importância para a actividade futura do Partido naquele concelho. Trata-se dos trabalhos preparatórios da II Assembleia Concelhia do Partido, que reunirá no dia 13

de Março. Para compreenderem a profundidade desta iniciativa — disse o camarada — para compreenderem como funciona a nossa organização e a nossa democracia interna, posso afirmar-vos que se fizeram, à semelhança do VIII Congresso, dezenas e dezenas de reuniões e Assembleias de Célula e de Sector, que se mobilizaram centenas de comunistas na feitura, discussão e alteração dos relatórios das células e sectores.

E mais adiante:

Não há um único membro da lista a apresentar para a futura Comissão Concelhia que não tenha sido apresentado à célula ou organismo onde milita, para parecer da mesma. Pode acrescentar-se que esses camaradas foram aprovados nos seus organismos por unanimidade ou por esmagadora maioria.

As últimas palavras da intervenção, aplaudida prolongadamente, foram de confiança na melhoria do trabalho e no reforço da organização.

Uma grande silêncio seguiu-se às aclamações que sublinharam os passos do Secretário-Geral do Partido quando este se dirigiu à Tribuna onde recordou o motivo principal de ali se encontrarem: festejar o 56.º aniversário do PCP. Na intervenção que fez, o camarada Álvaro Cunhal haveria de referir-se amplamente à situação política actual, nomeadamente às medidas tomadas recentemente pelo Governo do PS, sublinhando que os trabalhadores e o seu Partido de vanguarda estão firmemente dispostos a combater as medidas de recuperação capitalista que

Rosarinho, a da Amora e o Rancho Coral dos Operários Alentejanos, que trabalham em Almada. Num comício em que tomaram a palavra o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do Partido e o camarada Jorge Baptista da UJC, foram lidas moções de apoio pelo aniversário do Partido por trabalhadores de várias empresas, entre as quais a CUF, a CP e a Equimetal. Uma saudação da Comissão Concelhia do Barreiro foi dirigida ao Comité Central.

Um porta-a-porta que cobriu o concelho foi levado a efeito no Seixal.

Na Moita, mais precisamente na Baixa da Banheira, o camarada Aurélio Santos tomou a palavra numa sessão de esclarecimento comemorativa.

Montijo — Depois de uma sessão de cinema no sábado, no Centro de Trabalho que reuniu 200 pessoas, o dia 6 amanheceu com foguetes. Um carro sonoro desfilou-se pelo concelho divulgando a História do Partido. À noite, em Sarilhos Grandes, o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC participou numa sessão de esclarecimento a que se seguiu um canto livre. Actuaram Carlos Mendes e Barata Moura, perante 400 pessoas.

Em Sesimbra foi uma exposição sobre os pescadores nos países socialistas. E à noite o camarada Américo Leal, do Comité Central, esteve presente numa sessão de esclarecimento.

Em Alcácer do Sal os camaradas levaram a efeito um porta-a-porta para a Campanha.

Em Grandola as comemorações do aniversário do Partido foram pretexto para a inauguração do Centro de

Trabalho, com uma merenda e cantares populares.

Nos concelhos de Palmela e Santiago foram as patucadas que reuniram comunistas e simpaticantes comemorando a data histórica do 6 de Março.

Uma alvorada de foguetes iniciou as comemorações em Sines. E logo de manhã abriu uma banca, que se manteve em funcionamento até às 18 horas, contando com 120 títulos das Edições «Avante!». Pelas 10 horas da manhã abriu uma exposição fotográfica que foi visitada por cerca de um milhão de pessoas, no Largo do Castelo. Uma recolha de fundos foi levada a efeito à tarde no Campo de Futebol e às 21 horas foi projectado um filme sobre a vida de Lénine. Os Pioneiros de Sines participaram activamente em todas estas iniciativas, nomeadamente numa recitação no Centro de Trabalho.

Um aspecto do comício em Setúbal

a reacção e o partido no Governo procuram, desrespeitando a Constituição, aplicar.

AS COMEMORAÇÕES NO DISTRITO

No Barreiro as comemorações começaram no sábado, com desporto para crianças, tendo mais de trezentas participado nas festividades. Também os adultos tiveram a oportunidade uns de desenferjar as pernas com o futebol, outros com ciclismo. À noite houve baile e leilão. No dia 6, domingo, a grande festa a que assistiram mais de 6 mil pessoas, desenrolou-se no campo de futebol. Abriu a sessão musical a Banda do Barreiro e seguiram-se os coros de Alvalade Sado, os ranchos folclóricos, as bandas do

recebido por toda a população marinhense.

Após o cortejo, realizou-se uma concentração numa das colectividades locais, onde decorreu uma grande festa popular. Também ali funcionou uma tipografia clandestina.

A alegria foi permanente nos mais de três mil camaradas e amigos que participaram nesta festa, onde ainda há que salientar a intensa actividade que tiveram as tómbolas, as barracas de tiro ao alvo, a quermesse, os matraquinhos, bem como a grande caldeirada do almoço, brilhantemente confeccionada pelos camaradas de Peniche.

À noite houve canto livre e baile, que decorreu igualmente no meio da maior animação.

Estiveram presentes nesta grande jornada dos comunistas da Marinha Grande os camaradas Francisco Lanchinha, membro do CC do PCP; José Jacinto, membro suplente do CC; Osvaldo Castro, igualmente membro suplente do CC; e José Augusto, da DOROR.

O desfile alegórico percorreu todos os lugares da Marinha Grande, sendo de realçar o carinho, a dedicação e o entusiasmo com que foi

Interrumpido diversas vezes pelos aplausos que submergiam a sala, logo seguidos da palavra de ordem várias vezes gritada «PCP-PCP», o camarada Álvaro Cunhal salientou a dado momento que a reabertura do Centro de Trabalho do PCP em Leiria «é uma afirmação de confiança no futuro» não só por parte de todos os comunistas mas igualmente por parte de todos os democratas do distrito.

Recordando a vaga terrorista que destruiu não só o antigo Centro de Trabalho do PCP em Leiria mas que promoveu numerosos atentados e actos terroristas no distrito, o secretário-geral do PCP fez notar ser aquela reunião «uma afirmação da batalha tenaz pelos direitos políticos, não só do PCP, mas de todos os cidadãos portugueses, desde os dias negros dos assaltos, pilhagens e incêndios levados a cabo pelos bandos fascistas armados».

Referindo mais adiante que os perigos para a democracia não vêm só das forças reacçãoárias e fascistas, mas igualmente de uma política económica e social do Governo que não pode resolver os problemas mais prementes das classes trabalhadoras, o camarada Álvaro Cunhal passou a abordar este tema na perspectiva da posição do Partido Comunista na defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

A festa popular organizada pela Comissão Concelhia de Leiria do PCP continuou em animado convívio, que se prolongou pela noite, depois da sessão de canto livre.

Um dos carros alegóricos que desfilou no cortejo da Marinha Grande



Um bolo dos Pioneiros para ser leilado

MILHARES DE PESSOAS NA FIL

Uma grandiosa jornada política e de convívio, promovida no passado sábado à noite, na Feira Internacional de Lisboa, a que assistiram milhares e milhares de pessoas, assinalou na capital a passagem do 56.º aniversário do Partido dos Trabalhadores, o glorioso Partido Comunista Português.

Caracterizado logo de início pelo entusiasmo vibrante e pela alegria, este comício-festa, onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, foi mais uma vigorosa manifestação do espírito combativo dos militantes comunistas, da vitalidade e da coesão do PCP, da confiança que as massas populares, que os trabalhadores, depositam, no Partido da esperança e do futuro, no Partido torjado pela luta da classe operária e dos trabalhadores ao longo de 56 anos.

A semelhança do que aconteceu por todo o País no decorrer das dezenas e dezenas de iniciativas que comemoraram mais um aniversário do nosso Partido, o comício-festa da FIL não evocou apenas as jornadas de luta e de resistência do passado e homenageou os combatentes antifascistas e os obreiros do nosso Partido. Foi também uma grande jornada de luta. De luta por um futuro melhor para todos os portugueses, pela unidade e mobilização das massas populares, pela consolidação da democracia e das conquistas revolucionárias, pelo fortalecimento do nosso Partido.

A presença no palco de um grupo de Pioneiros com um grande bolo de aniversário assinalando os 56 anos de existência do PCP, seria vibrantemente sublinhada pela assistência, numa explosão de entusiasmo vibrante. Bandeiras vermelhas desfraldadas e milhares de punhos erguidos, acompanharam um coro gigantesco que gritava: «VENCEREMOS!».

No final do discurso de

Álvaro Cunhal, depois da entoação da Internacional e do Hino Nacional iniciou-se a sessão de Canto Livre com a presença de José Barata Moura, Adriano Correia de Oliveira e o agrupamento «Trovante». Na segunda parte do espectáculo, aberta por «Os Vermelhos», participaram ainda Carlos Paredes e Luisa Basto.

Mas o convívio, o baile e a alegria prolongaram-se

pela noite fora num ambiente de amizade e de confiança.

Entretanto, na sala de cinema da FIL foram exibidas em duas sessões (às 24 e às 2.30) as películas: «A Juventude de Máximo», de Kozintsev e Trauberg e «A Tragédia Optimista», filme soviético baseado na peça de teatro do mesmo nome. Foram ainda projectados os complementos «O 8.º Congresso do PCP» e «Comunistas de Portugal».

De novo o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português em Leiria. De novo a força dos comunistas que lutam pela liberdade e pela democracia. De novo a determinação e o entusiasmo de todos aqueles que lutam até ao fim contra a exploração e a opressão, contra a miséria e o terror.

Foi em Leiria, no sábado passado, encheu-se o pavilhão da Feira de Março onde decorreu a comemoração do 56.º aniversário do PCP e, ao mesmo

artigos regionais, onde não faltavam os barros e utensílios feitos em vime, atraíam a atenção da maioria dos presentes. Diversos artigos oferecidos foram leiloados.

O NOVO CENTRO DE TRABALHO

Edgar Carvalho, membro da Comissão Concelhia de Leiria do PCP, referiu, no breve comício que se realizou, que aquela festa se

era a tentativa de ingresso no Mercado Comum foram temas abordados pelo secretário-geral do Partido Comunista, no intuito de dar a conhecer a todos os presentes a posição do PCP perante tais problemas, nem por isso deixou de ser o assunto dominante da sua intervenção a reabertura do Centro de Trabalho que, como afirmou, «se insere na luta tenaz, dedicada e confiante dos comunistas pela instauração real das liberdades em todo o País».

tempo, se assinalava com orgulho a reabertura do Centro de Trabalho.

Nem faltou a reacção. Panfletos anónimos apelavam para que as pessoas aparecessem «civicamente» a protestar. E, «civicamente», apareceram alguns jovens motorizados, de correntes a tiracolo mas, tão desengajados, tão isolados que a sua passagem pela Feira de Março passou quase despercebida. Também não resultou a diversificação de acontecimentos que, propositadamente, ocorreram naquele sábado, em Leiria, terra tradicionalmente pacata e sem grandes divertimentos.

Tudo se realizou naquele sábado, até um baile de finalistas para melhor desmobiliar as pessoas da terra eventualmente dispostas a comparecerem no pavilhão da Feira de Março.

Os reacçãoários não conseguiram o que pretendiam. O entusiasmo e a alegria contagiaram as centenas de pessoas — comunistas e não só — que acorreram à festa promovida pela Comissão Concelhia de Leiria do PCP.

As camaradas esmeraram-se em abastecer o bar que funcionou até o baile terminar. Nada faltou, desde o frango assado — e que não era de aviário — até às fatias douradas, «que estavam uma delícia», na opinião de alguns.

O «cabaz da inflação», que compreendia os produtos essenciais, foi sorteado. E quase ninguém deixou de comprar uma rifa. Também uma banca com

integrava na Campanha Nacional dos 50 Mil Contos, informando depois «todos os camaradas e amigos que, ao fim de ano e meio de difícil actividade do nosso Partido no concelho de Leiria e graças ao esforço, dedicação e espírito revolucionário dos nossos militantes, está aberto o novo Centro de Trabalho de Leiria, em fase de acabamento e que se encontra instalado no antigo escritório do democrata e amigo Henriques Vareda».

Salientando a dedicação e a coragem demonstrada por todos os comunistas e outros democratas nas iniciativas que contribuíram para a reconstrução do Centro de Trabalho, Edgar Carvalho lembrou que este «vai ser um local de trabalho mas também um local de encontro diário de todos os camaradas e simpaticantes, que ali poderão conviver, colaborar».

«Reveste-se de particular significado a reabertura do Centro de Trabalho do PCP na cidade de Leiria» — começou por frisar o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no discurso que proferiu. Destacando a importância do acontecimento que se comemorava, salientou que este «tendo lugar no quadro das comemorações do 56.º aniversário do nosso Partido, marca bem a afirmação da continuidade de uma luta revolucionária que é, não só o orgulho dos comunistas, mas de todos os trabalhadores e de todas as forças progressistas».

E se as recentes medidas económicas do Governo socialista

DETERMINAÇÃO, ENTUSIASMO E ALEGRIA

E fortalecer o PCP significa, primeiro que tudo, no momento actual, levar por diante a realização da tarefa, da batalha política, que é a Campanha Nacional dos 50 Mil Contos.

A determinação dos militantes comunistas para este importante objectivo esteve bem patente na FIL, percorrida por numerosas brigadas de camaradas que recolhiam fundos para o Partido, No 1.º andar, perto da sala de cinema, centenas e centenas de pessoas rodeavam as bancas de venda organizadas por vários organismos do Partido, nomeadamente da 1.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª zonas. Também a UEC, os Sectores Público, intelectual e Vários, os organismos dos Trabalhadores de Escritório, dos Transportes e dos Retornados, ali instalaram bancas com posters, livros, autocollantes, emblemas, artigos regionais, rifas, quadros, plantas, etc., etc.

Após uma breve actuação do grupo musical «Os Vermelhos», que voltaria ao palco no decorrer da sessão, o camarada Rui Pedro anunciou a presença do camarada Álvaro Cunhal, calorosamente saudado pela numerosa assistência que se comprimia na nave central da FIL. A sua importante intervenção, que publicamos separadamente e na íntegra, seria diversas vezes interrompida por aplausos vibrantes e por palavras de ordem (A LUTA CONTINUA! ASSIM SE VÊ A FORÇA DO PCP! A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA!).



A mesa que presidiu ao comício de Leiria

Partido Comunista Português

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 765896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel. 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 29838

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarçova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787

Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto Composto e impresso na Haska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Fevereiro — 86.063

As comemorações do 56.º aniversário do PCP

«EXISTE UMA ALTERNATIVA PARA A POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DO GOVERNO»

No decorrer da festa-comício realizada no passado sábado na FIL, integrada nas comemorações do 56.º aniversário do PCP, o camarada Álvaro Cunhal referiu-se pormenorizadamente à posição do nosso Partido perante a actual política do Governo PS, nomeadamente nos seus aspectos económicos.

(...)

As medidas económicas do Governo

O que resultará destas medidas não será a solução dos problemas financeiros, a radical diminuição do défice da balança comercial e de pagamentos que se impõe, e que é anunciada, a reanimação da economia nacional que já tarda, a defesa dos interesses das classes e das camadas laboriosas, da qual é inseparável uma verdadeira política financeira e económica nacional.

Destas medidas resultará sim o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a entrega dos recursos financeiros, de empresas e de sectores da economia nacional aos capitalistas e às multinacionais, a criação de novas condições para a restauração do capitalismo monopolista.

A desvalorização do escudo, nas condições actuais, trará mais prejuízos que benefícios.

Em teoria, a desvalorização poderia contribuir para estimular as exportações, reduzir as importações, promover o turismo, incentivar as remessas dos emigrantes e, pela convergência desses resultados, provocar a diminuição do défice da balança comercial e de pagamentos.

Mas, nas condições actuais, não sucederá assim. Respeitando 80% das importações a bens essenciais, a desvalorização não só não contribuirá para uma drástica redução das importações como significará o pagamento muito mais caro daquilo que se importa, repercutindo no aumento dos preços em todos os sectores da actividade económica nacional.

No que respeita às exportações, 65% das quais são de produtos tradicionais, também não será a desvalorização que permitirá um essencial alargamento de mercados externos.

A desvalorização intervirá, não como factor de diminuição, mas como factor de agravamento do défice da balança comercial.

Quanto aos turistas, a estadia em Portugal paga em moeda estrangeira custa-lhes hoje menos 15% do que ontem. Mas com a subida dos preços desaparecerá depressa essa vantagem.

O mesmo se passará com as remessas dos emigrantes. De momento compram mais escudos com os mesmos francos ou marcos. Mas com a baixa do poder de compra do escudo essa vantagem desaparece.

Outra grave consequência da desvalorização é o aumento dos encargos para com o estrangeiro, resultante da dívida pública externa. Só para juros e amortizações da dívida externa, a desvalorização representará um encargo suplementar de mais de 2 milhões de contos no ano corrente.

Também as numerosas medidas da chamada «recuperação económica» anunciadas pelo Governo não terão como resultado a recuperação económica mas sim a recuperação capitalista.

Todas essas medidas vão entregar vultosos recursos financeiros aos grandes capitalistas, abrir caminho para a recuperação do seu poder económico, e para a liquidação do sector não capitalista... (ou seja, das empresas nacionalizadas, das empresas intervencionadas, daquelas em que há um controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, daquelas que estão em regime de autogestão, em muitas cooperativas que se formaram em empresas abandonadas pelo patronato sabotador).

O que significa a anunciada mobilização de indemnizações provisórias de acções e títulos de empresas nacionalizadas?

Significa que no momento em que as empresas nacionalizadas necessitam de grande apoio financeiro para investimentos e melhorias tecnológicas, o Governo se propõe dar milhões de contos aos antigos grandes senhores das sociedades anónimas para que eles concebam o que devem ao Estado ou possam criar empresas para reiniciar a sua carreira de exploradores.

O que significa a anunciada reavaliação dos activos das empresas privadas, sem que se admita a reavaliação das empresas públicas?

Significa que o Governo se propõe esquecer e reabilitar a gestão fraudulenta e ruínoza de muitos antigos empresários e prepara a entrega a estes das suas empresas que eles conduziram à falência depois de ter artificialmente restabelecido um equilíbrio financeiro que, além do mais, com a reabertura da Bolsa poderá facilitar a valorização artificial de títulos descredenciados e uma nova vaga de especulação.

Que significam os anunciados contratos de viabilização de empresas em dificuldades?

Se, em princípio, inserida numa política de consolidação das novas estruturas económico-sociais criadas desde 25 de Abril, tal medida poderia ser positiva, é de prever que, enquadrada numa política de recuperação capitalista, venha a funcionar apenas como factor de agravamento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores dessas empresas e da sua recuperação pelo patronato reaccionário.

O aumento vertiginoso dos preços decretados pelo Governo faz parte desta política de recuperação capitalista e é um dos seus elementos essenciais.

Com o aumento dos preços o Governo pretende reduzir drasticamente os salários reais dos trabalhadores de forma a que sejam os trabalhadores e a população trabalhadora em geral a pagar a solução das dificuldades financeiras e económicas.

É escandaloso que esta política seja anunciada no preciso momento em que paralelamente são destinadas grandes verbas para indemnizações aos capitalistas, se estabelecem mecanismos para o perdão das suas dívidas ao Estado, e se lhes entregam riquezas e recursos.

Com as medidas agora anunciadas pelo Governo, se não lhes é posto contravapor, o poder de compra dos trabalhadores e das grandes massas da população descerá mais de um terço no ano corrente. Quer isto dizer, que o Governo condena os trabalhadores a comerem, na melhor das hipóteses, apenas dois terços do que comeram em 1976.

Mas é certo, absolutamente certo, que os capitalistas, indo avante esta política do Governo, que temos esperanças de que não irá, vão beneficiar dum regabofe de indemnizações, das reavaliações dos activos, do assalto que lhes serão facilitados quando são negados ao sector não capitalista e às pequenas e médias empresas, do aumento dos lucros, do luxo e da ostentação à custa do aperto do cinto de milhões de portugueses.

O PCP tem insistentemente defendido uma política de austeridade. Tem defendido, apresentado, indicado medidas para o reequilíbrio financeiro, reanimação económica e o desenvolvimento.

O PCP está pronto, como sempre tem estado, a discutir, a debater, a concertar uma política económica nacional que possa ser defendida por um largo leque de forças sociais e políticas.

Mas não pode deixar de condenar vivamente as medidas económicas anunciadas pelo Governo porque não vão resolver os problemas nacionais, mas apenas os problemas de uma infima minoria de exploradores e parasitas.

O PCP, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, é firmemente contrário a esta política e empregará os seus esforços para que seja modificada.

Eles, naturalmente, dizem que o nosso Partido seria até um bom partido, e até um bom partido comunista, mas com uma

condição: era aprovar estas medidas. Mas nós não lhes fazemos essa vontade.

Parece bem claro, camaradas, que se o CDS aprova, se a CIP aprova, se a CAP aprova, se o PPD aprova, é difícil que os trabalhadores possam aprovar. E não é só difícil, é impossível que os trabalhadores possam aprovar. Os trabalhadores não vão aprovar.

A integração no Mercado Comum

A adopção e o anúncio destas medidas económicas insere-se numa outra grande operação: a chamada integração de Portugal no Mercado Comum.

Além dos seus objectivos internos, as medidas visam dar aos monopólios dominantes no Mercado Comum garantias do propósito do Governo de proceder à recuperação capitalista em Portugal.

O Governo do PS, apoiado activamente pela CAP, pela CIP, assim como pelo CDS e o PPD, e com um incómodo coro de louvores feito pelos jornais fascistas, aponta a integração no Mercado Comum como uma decisão indispensável para a solução das dificuldades e problemas económicos que Portugal defronta.

A verdade, camaradas, é que a integração de Portugal no Mercado Comum, se se desse a curto ou a médio prazo, representaria um verdadeiro desastre para a economia portuguesa e uma ameaça directa à independência nacional.

A indústria e a agricultura portuguesas estão em geral muito mais atrasadas que as dos países capitalistas desenvolvidos da Europa. A produtividade em Portugal é mais baixa. Os preços dos produtos em geral são mais elevados.

Não temos capacidade de competição nos mercados internacionais, nem no nosso mercado interno, uma vez que desaparecerem os direitos alfandegários para as mercadorias estrangeiras.

Nestas condições, os produtos portugueses não estão em geral em condições de concorrer com os produtos dos países do Mercado Comum e, se desaparece a protecção aldogandegária, isto é, se desaparecem as taxas sobre os produtos importados, os artigos de produção nacional seriam batidos no nosso próprio mercado interno pelos produtos estrangeiros e a indústria e a agricultura nacional seriam arruinadas, ao mesmo tempo que os capitalistas estrangeiros tomariam conta do mercado português e de toda a economia portuguesa.

Quem quer que encare o problema e veja objectivamente a situação não pode deixar de considerar que a integração, a dar-se, seria ruínoza para o nosso País.

Quem quer que encare a possível integração de Portugal no Mercado Comum, não pode deixar de considerar, desde que o faça com objectividade, que essa integração não é possível. A dar-se seria ruínoza. Mas não é sequer possível.

Esta opinião não é apenas a nossa. Pode-se apresentar a opinião de muitas pessoas que têm visto, neste ou naquele momento, com objectividade, a situação, e que se têm pronunciado acerca da integração no Mercado Comum.

Um conhecido político, por exemplo, afirmava em fins de 1974: «Declarei e declaro (disse ele) que Portugal não está em



condições de se integrar neste momento no Mercado Comum, visto que, se houvesse uma liberdade total de transferência de homens, mercadorias e capitais, entre Portugal e a CEE, a nossa economia ficaria arruinada a curto prazo, seria totalmente colonizada pelas grandes firmas multinacionais e o nosso país possivelmente despovoar-se-ia».

Quem disse estas palavras, camaradas?

Se hoje mostrássemos estas palavras ao dr. Mário Soares, ele dizia-nos: Isso decerto foi escrito por um comunista.

Mas não, camaradas. Quem disse estas palavras foi precisamente o dr. Mário Soares, como se pode ler em «A Capital» de 16.12.74, precisamente o dr. Mário Soares que agora apresenta a integração no Mercado Comum como remédio para todos os males da economia portuguesa.

Nós perguntamos: O que mudou deste então na situação económica para que a integração no Mercado Comum tenha deixado de representar o perigo de arruinar a curto prazo a economia portuguesa (como então muito bem dizia o dr. Mário Soares), tenha deixado de representar um perigo de colonização pelas firmas multinacionais (como então também muito bem dizia o dr. Mário Soares)?

Nada mudou para melhor. Antes tudo mudou para pior. Se então havia razões para uma oposição à integração no Mercado Comum, agora, na situação actual, essas razões são ainda mais fortes, porque a situação económica se degradou, com a política económica e financeira do PS apoiado pelo PPD e pelo CDS, porque é menor a capacidade de resposta às exigências do mercado interno e internacional.

Pelas suas repercussões económicas, a integração no Mercado Comum não significaria qualquer vantagem para Portugal, antes significaria um monumental desastre para a nossa economia.

Isto é tão evidente, camaradas, é de facto um tão grande absurdo a integração nas condições actuais, que essa grande campanha para a integração no Mercado Comum se tem de explicar, não pelo objectivo de reanimar a economia portuguesa, mas por razões políticas, por objectivos políticos.

O que se pretende com a integração no Mercado Comum não é a solução dos problemas económicos nacionais, mas um pretexto para impulsionar a recuperação capitalista no nosso país, para entregar aos antigos capitalistas sabotadores empresas nacionalizadas, intervenções, sob controlo operário, com gestão pelos trabalhadores.

A integração no Mercado Comum não é uma operação para salvar a nossa economia mas para ressuscitar e salvar os capitalistas.

O PCP tem defendido e defende o desenvolvimento das relações com o Mercado Comum, mas no respeito dos interesses da economia portuguesa e da independência nacional.

E combatemos e combateremos os projectos de integração, que constituem uma grande operação política dirigida contra uma economia nacional independente, contra as transformações democráticas realizadas em Portugal, para a retomada de posições dominantes do capital estrangeiro, para abrir caminho à restauração do poder económico dos agrários e do capitalismo monopolista.

É interessante que neste momento em que se desenvolve esta operação para a integração no Mercado Comum, certas forças, não só dirigentes do PS mas até partidos da direita que parecem muito interessados com o futuro do Partido Comunista, apontam que seria desejável que o PC adoptasse, seguisse, aprovasse aquilo que se chamou o «eurocomunismo».

Em que é que consistia essa aprovação? Consistiria em voltarmos a uma fase de luta em que o nosso objectivo seria não

o encaminhar a economia nacional para o socialismo, mas em limitar o poder dos monopólios, procurarmos estabelecer um prazo, numa luta de cinco, dez anos, quinze anos, para limitarmos o poder dos monopólios. Como a revolução portuguesa liquidou o poder dos monopólios, nós teríamos que voltar atrás do 25 de Abril.

Ninguém pode esperar dos comunistas portugueses outra coisa que não seja empregarmos todas as nossas forças, todas as nossas energias, na defesa das conquistas da revolução, empregarmos todas as nossas forças para defendermos as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

E que não venham dizer, porque nós tomamos esta posição e esta política, não venham dizer que o Partido Comunista está a desenvolver uma actividade subversiva. As nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, são parte integrante da democracia portuguesa, tal como a define a Constituição. Desenvolvem sim actividades subversivas aqueles que querem liquidar estas conquistas democráticas do nosso povo.

Existe uma alternativa

O Governo PS afirma que para salvar Portugal da bancarrota, não existe alternativa à actual política de recuperação capitalista, de endividamento externo, de integração no Mercado Comum.

Contra tal campanha o PCP insiste com clareza: existe uma alternativa para a política de recuperação capitalista. Existe uma alternativa democrática.

Essa alternativa democrática é a única conforme com a Constituição. É uma alternativa que se baseia na consolidação das transformações operadas desde 25 de Abril nas estruturas económico-sociais, na existência de uma economia portuguesa (tal como existe actualmente, com sectores económicos diversificados: com um sector não capitalista (empresas nacionalizadas, empresas sob intervenção do Estado, Unidades Colectivas de Produção na Zona da Reforma Agrária, Cooperativas), com um sector capitalista, e ainda com empresas mistas do Estado e de capital português ou estrangeiro, e numerosas oficinas artesanais e pequenas explorações agrícolas e empresas industriais).

É na base destas realidades e da dinâmica própria de cada sector que se pode definir uma política nacional capaz de conduzir ao reequilíbrio financeiro, à reanimação económica e ao desenvolvimento.

Procurar subordinar o sector não capitalista ao sector capitalista, ainda mais numa época de crise, é introduzir factores de profunda perturbação que prejudicarão o saneamento da situação financeira e económica.

Procurar, privilegiar o sector capitalista, considerá-lo o sector de arranque, procurar alargá-lo e submeter aos seus interesses a economia portuguesa é, mesmo em termos puramente económicos, um erro basilar, porque na economia portuguesa actual os sectores básicos deixaram de pertencer a empresas capitalistas.

Por essa razão e porque a construção da democracia é inseparável da defesa dos interesses dos trabalhadores, o PCP tem insistido em que é condição para a solução dos problemas económicos e nacionais a consolidação do sector não capitalista — a garantia da continuidade das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, da intervenção dos trabalhadores na solução dos problemas.

Nessa base urge adoptar uma real política de austeridade e uma política de real reanimação económica, mas isso nada tem a ver, antes contraria, a recuperação capitalista que em aliança com o CDS e o PPD o Governo PS promove.

Antes de qualquer outra força política, o PCP advertiu dos perigos do esgotamento das reservas e do défice das balanças comercial e de pagamentos, da necessidade de reduzir a grande diferença entre a produção e o consumo, da necessidade de uma política de austeridade e do aumento da produção nacional.

Recentemente, o VIII Congresso do Partido indicou uma série de medidas que, rapidamente aplicadas, poderiam amortecer a situação deficitária e provocar a reanimação económica antes que o esgotamento das reservas atingisse um ponto crítico.

Antes de qualquer outra força política insistimos na necessidade de reduzir as importações e expandir as exportações e de cortar drasticamente as importações inúteis e as despesas dispensáveis.

Mas que se faz para isso?

A verdade é que não se vê, da parte do Governo, um esforço real, dinâmico e operativo para economizar, para evitar gastos, para reduzir despesas de representação e os proventos dos altos funcionários.

A verdade é que com a orientação actual não se pode desenvolver, como se impõe, um verdadeiro movimento nacional contra os gastos inúteis, contra os desperdícios, pelo aproveitamento de todos os recursos, pela diminuição das despesas, a começar pelas dos milionários, pela redução dos défices em todos os sectores da vida económica nacional pelo aumento da produtividade.

Uma tal batalha só pode ser travada com sucesso com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, com a consolidação das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário e não com a tentativa da sua liquidação.

Para ultrapassar as dificuldades actuais é necessário procurar rapidamente a produção nacional de artigos que actualmente se importam.

Mas o que se faz para isso?

A verdade é que, em vez de se vitoriar e estimular o êxito extraordinário da produção de cereais no primeiro ano da Reforma Agrária, se procura denegrir os trabalhadores, se procura desanimar o esforço produtivo, se criam factores de inquietação e desorganização com a ofensiva contra a Reforma Agrária, se atrasam fornecimentos de sementes e adubos, se cortam créditos, o que, justamento com o Outono e o Inverno excepcionalmente chuvoso, representará certamente uma diminuição da produção de cereais.

A verdade é que nada se fez ou faz para fomentar rapidamente a produção de carne de suíno e de frango que possa aliviar a previsível penúria da carne que o triste «cabaz de compras» agora anunciado faz prever.

A verdade é que, em vez de se estimular, se contraria a ampliação da produção de tabaco nas UCPs do Vale do Sorraia que num primeiro ano deu já magníficos resultados e permitiu economizar milhares de contos de divisas.

A verdade é que se anda a passo de caracol na solução da produção de açúcar na base da cultura da beterraba, e se continua, portanto, a importar milhões de contos de açúcar.

A verdade é que com as desintervenções, com a restituição aos antigos patrões de empresas sabotadas e defraudadas onde os trabalhadores haviam conseguido bons resultados, só se pode contribuir para retrair a produção e as actividades económicas e lançar milhares de trabalhadores para o desemprego e a miséria.

A verdade é que se contrariam projectos de reconversão de empresas para fabrico de equipamentos, como é o caso da fabricação nacional de tractores e outras máquinas agrícolas que seria possível na Metalúrgica Duarte Ferreira e noutras empresas em dificuldades e que o Governo deliberadamente impede para que continue a sua importação.

A verdade é que a política de intensificação brutal da exploração dos trabalhadores, do agravamento das suas condições de vida e de recuperação capitalista é um elemento diametralmente contrário ao interesse da reanimação económica, porque a reanimação económica só pode ser alcançada com os trabalhadores e com a defesa dos seus interesses vitais.

A contingentação de produtos importados é necessária, mesmo indispensável. São necessárias e indispensáveis formas de limitação das importações de artigos sumptuários, mas é essencial que, ao mesmo tempo haja um esforço concentrado e geral, nos vários sectores da economia nacional para que a produção nacional responda às necessidades do mercado

interno, substituindo o máximo possível as importações.

Para isso é essencial a intervenção voluntária, dinâmica, confiante dos trabalhadores nesse esforço nacional. E para que essa intervenção possa ter lugar é condição que a política do Governo não seja da defesa dos interesses dos capitalistas contra os trabalhadores, mas seja uma política verdadeiramente nacional, que tenha em conta os interesses dos trabalhadores, a sua opinião e a sua vontade.

No que respeita às exportações, e em geral no que respeita à necessidade de diminuir o défice da balança comercial, a diversificação das relações internacionais é um elemento essencial.

A dependência absoluta do Mercado Comum e dos Estados Unidos põe Portugal à mercê do imperialismo estrangeiro.

Estão muito longe de ser aproveitadas as possibilidades de expansão das relações comerciais e económicas com os países socialistas, assim como com os países libertados do colonialismo português e com os países do chamado Terceiro Mundo.

Entretanto em vez de se procurarem criar laços de amizade, possibilidades de desenvolvimento de relações de cooperação, nós vemos jornais estatizados, pagos com o dinheiro do povo, conduzirem campanhas insistentes contra os países socialistas, contra a União Soviética. Prejudicam-se também as relações de cooperação, na base da igualdade e do respeito pela soberania e pela independência nacional, com os países e povos que se libertaram do colonialismo português, e com os quais os interesses do povo português estão identificados.

Não há nenhuma oposição entre os interesses do nosso povo e os interesses dos povos de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau, de S. Tomé e Príncipe, dos países socialistas e dos trabalhadores dos países capitalistas. A contradição de interesses existe entre os interesses do nosso povo e os interesses dos grandes capitalistas, sejam portugueses sejam estrangeiros. Essa é a grande contradição de interesses que existe e tem de ser observada na política nacional.

Dizem que não há uma alternativa para os empréstimos externos. Certamente é necessário recorrer ao crédito externo dado o buraco muito grande das finanças nacionais criado por uma política desastrosa. Mas é possível encontrar outras linhas de crédito. Não é forçoso estarmos-nos a pendurar, parece que propositadamente, a empréstimos em divisas, que nos vão criando, numa bola de neve, num tal endividamento em relação ao estrangeiro que virá o dia em que se contraem empréstimos para pagar o juro de empréstimos, num poço sem fundo para onde nos arrasta esta política económica e financeira desastrosa do Governo PS, com o apoio do CDS e do PPD.

Parce estarem à espera de que o imperialismo estrangeiro aperte bem a corda ao pescoço dum Portugal sem recursos, para depois impor como condições o regresso ao domínio monopolista, o regresso ao passado reaccionário.

O nosso povo não aceitará uma tal política e lutará contra ela. E estamos certos que conseguiremos, não os comunistas, mas nós, os portugueses que queremos defender a democracia, nós, os portugueses que queremos defender a independência nacional, estamos certos que conseguiremos, unidos, formar uma frente social e política suficientemente forte para conduzir a uma modificação desta política, para conduzir a uma alternativa democrática que tenha em conta os interesses do povo trabalhador e da independência nacional.

O problema político

A corrida do PS para a recuperação capitalista em aliança com o CDS e o PPD é uma corrida para o abismo. Um Governo com partidos reaccionários seria para o PS um verdadeiro hara-kiri.

A consumir-se, tal projecto seria uma alternativa reaccionária abrindo o caminho à liquidação da democracia e à instauração duma nova ditadura.

(...)

Os partidos reaccionários, animados pela impunidade começam já sem disfarces a exigir uma política abertamente contrária à Constituição. Atacam violentamente de não serem democratas aqueles que defendem a Constituição da República Portuguesa. Já não escondem o seu ódio ao 25 de Abril e às forças democráticas portuguesas. Chamando-se a si próprios democratas tal como Salazar no seu tempo, mostram bem, pelo que dizem e pelo que fazem, que o seu propósito é liquidar a democracia.

A democracia defende-se não em aliança com os partidos reaccionários que o representam mas em aliança com os trabalhadores. E aliança com os trabalhadores, no plano político, no nosso país, significa aliança com o Partido Comunista Português que, hoje mais do que nunca, é aquele que pode realmente afirma-se como o Partido da classe operária, como o Partido dos trabalhadores portugueses.

Não pretendemos entretanto ter o monopólio da luta.

Apesar de todas as divergências, apesar de todas as críticas, apesar de todos os perigos, o PCP continua infatigavelmente a insistir na necessidade de diálogo, de acordo, de entendimento entre todos os democratas, designadamente entre socialistas e comunistas, para encontrar uma plataforma que permita salvaguardar a democracia portuguesa.

Poderão dirigentes do PS não querer ouvir a voz da verdade e da razão. Mas ouvi-la-á o povo trabalhador, ouvi-la-ão sectores democráticos cada vez mais amplos. E o próprio PS, se não quer deixar de ser um Partido Socialista, acabará também por ouvi-la se não quiser deixar de ser um partido democrático.

Nós os comunistas continuaremos sem desfalecimento a nossa política de unidade dos trabalhadores, de unidade dos democratas, de unidade dos antifascistas, de unidade de todos os que querem que Portugal não regresso ao passado de violência e terror.

A unidade dos trabalhadores é a primeira condição essencial para fazer frente às ameaças e perigos da hora actual e conduzir a uma alternativa democrática.

Nós saudamos os trabalhadores socialistas ou de tendência socialista que se unem aos seus irmãos de classe, aos comunistas e aos trabalhadores de todas as correntes políticas, para a defesa dos interesses de quem trabalha, para a defesa das conquistas democráticas, contra a congelação dos salários e a alta dos preços, contra os despedimentos, contra a recuperação capitalista e agrária, contra as ameaças da reacção, para a defesa das liberdades e da democracia.

Nós saudamos os trabalhadores de todas as tendências, trabalhadores manuais e intelectuais, que, independentemente das suas diferenças de opinião, lutam pela unidade dos sindicatos, pelo reforço da grande Confederação Geral do Trabalho Portuguesa — Intersindical Nacional, cuja organização e acção unitária, firmes como rochas contra os ataques, calúnias e manobras divisionistas, são uma das mais sólidas garantias da defesa dos interesses dos trabalhadores e da defesa e continuação do processo democrático.

Saudamos os trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores que, nas Unidades Colectivas de Produção e nas Cooperativas, independentemente das suas opiniões políticas resolvem em comum os seus problemas, trabalham em comum, defendem em comum os seus interesses vitais contra as tentativas divisionistas que visam opor trabalhadores a trabalhadores, trabalhadores a pequenos e médios agricultores, rendeiros a proprietários, de forma a que os grandes capitalistas e agrários acabem por impor a sua lei intensificando a exploração de toda a população laboriosa dos campos.

A unidade dos trabalhadores, é indispensável para fazer frente à reacção, para fazer frente à ofensiva contra os seus interesses vitais, para fazer frente à política que quer liquidar as conquistas da Revolução portuguesa, que quer facilitar a recuperação capitalista à custa dos despedimentos, das dificuldades e da miséria dos trabalhadores.

A unidade dos trabalhadores, a unidade dos democratas, é condição decisiva para uma alternativa democrática à política actual.

(...)

As comemorações do 56.º aniversário do PCP

«O PCP DEFENDERÁ SEMPRE AS LIBERDADES A DEMOCRACIA, A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E OS INTERESSES DE TODOS OS TRABALHADORES»

O discurso do camarada Álvaro Cunhal no domingo, em Setúbal, constitui um importante documento, em que se sintetiza e define a política do PCP no contexto geral da actual situação política, económica e social.

(...)

O PCP na linha das suas gloriosas tradições

Aqueles que agravam as condições de vida dos trabalhadores ao mesmo tempo que destinam milhões para indumentarem os capitalistas, aqueles que querem liquidar as conquistas da Revolução Portuguesa, aqueles que querem de novo entregar os recursos e as riquezas nacionais aos grandes capitalistas, aos grandes agrários e ao imperialismo estrangeiro vêm diante de si, como principal obstáculo, o movimento operário e popular, os trabalhadores, que têm como principais forças as suas poderosas associações de classes — os sindicatos, e a sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista Português.

Por isso a ofensiva de calúnias, injúrias, ameaças, intimidações contra o nosso Partido nunca adquiriram a violência dos dias de hoje, quando novamente está em jogo o rumo e a sorte da democracia portuguesa.

Neste 56.º aniversário do nosso Partido queremos reafirmar que o nosso Partido jamais se curvará a campanhas caluniosas, a chantagens, a ameaças e a dificuldades.

Queremos reafirmar que o nosso Partido jamais será aquilo que a reacção gostaria que ele fosse. O PCP será sempre aquilo que os comunistas e os trabalhadores queiram que ele seja.

Os partidos reaccionários e dirigentes do PS insistem em que o PCP não é um Partido democrático e avançam as condições em que segundo eles o seria.

No entender da reacção e de dirigentes do PS, o PCP seria «democrático» se apoiasse o congelamento de salários e o brutal aumento dos preços. Se apoiasse a entrega das fábricas, empresas e de terras aos antigos proprietários e patrões saboteadores. Se aceitasse apoiar o capital contra os trabalhadores, a reacção contra as liberdades e as conquistas da Revolução, o imperialismo contra os interesses nacionais, as campanhas reaccionárias contra os países socialistas.

Isso jamais sucederá. O PCP sempre foi, e é, e será o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

O PCP sempre foi e será o Partido da liberdade e da democracia.

O PCP sempre foi, e é, e será um Partido Nacional e patriótico.

O PCP sempre foi, e é, e será, um Partido internacionalista sempre solidário, seja em que circunstâncias for, para com os trabalhadores, os partidos irmãos e as forças democráticas dos outros países, para com a URSS e outros países socialistas, para com os povos em luta pela liberdade e a independência nacional.

O PCP manter-se-á sempre, sem quaisquer vacilações, na linha das suas gloriosas tradições revolucionárias.

O PCP, as liberdades e a democracia

Ao passar este 56.º aniversário, queremos reafirmar em primeira lugar, que o PCP defende e defenderá sempre, seja em que circunstâncias for, as liberdades e a democracia.

Nenhuma outra força política portuguesa tem uma história que se possa comparar à do PCP na luta por esses ideais profundamente sentidos pelo nosso Povo, cruelmente experimentado pela tirania fascista.

A luta pelas liberdades democráticas, à luta pela democracia, milhares de comunistas consagraram inteiramente as suas vidas, passaram anos na clandestinidade, foram presos, torturados, condenados, muitos assassinados.

Também depois do 25 de Abril, nenhuma outra força política mais do que o PCP lutou em defesa da jovem democracia portuguesa contra as tentativas de sua liquidação.

Não são antigos deputados do Partido fascista à Assembleia Nacional nem discípulos ideológicos de Marcelo Caetano que se podem acreditar como democratas, acusando os comunistas de o não serem.

É pura falsificação dizer que quando o PCP afirma que não pretende para Portugal um regime de democracia burguesa, isso significa que não quer para Portugal as liberdades democráticas.

O PCP mais do que nenhuma outra força política luta para que em Portugal perdurem, sejam exercidas e respeitadas, as liberdades democráticas. O que o PCP rejeita das democracias burguesas é o domínio dos grupos monopolistas, é o poder económico e político dos grandes senhores do capital tal como existe nos países de democracia burguesa.

O PCP luta e lutará para que em Portugal sejam defendidas e asseguradas as liberdades democráticas, a liberdade da constituição de partidos políticos, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e manifestação, o direito à greve. Luta e lutará para que a consolidação das transformações das estruturas económico-sociais se faça no quadro do regime democrático vigente, definido na Constituição da República.

A insistência nesta definição é particularmente oportuna no momento actual, porque as forças fascistas e reaccionárias desenvolvem uma frenética actividade, conspiram intensamente, aparecem arrogantes à luz do dia, põem abertamente em causa o 25 de Abril, defendem abertamente o regresso ao passado fascista.

As forças da reacção utilizam simultaneamente as mais diversas formas de organização e acção. Têm organizações clandestinas e partidos legais. Usam fachadas direitistas, centristas, social-democratas e ultra-revolucionárias. Publicam impunemente pasquins em que cada palavra é uma injúria. Espalham manifestos apelando para o terror e o assassinato de democratas e usam voz mansa na televisão. Multiplicam as provocações. Lançam as bombas e reclamam a ordem. Nos tribunais elogiam pides assassinos e torturadores e ameaçam antifascistas torturados.

Seria um erro considerar todas estas actividades apenas coincidências. Trata-se de um plano concertado, que se sente na convergência dos ataques contra os mesmos alvos e num mesmo momento.

Os trabalhadores estão interessados na estabilidade da situação democrática. São as forças da contra-revolução que estão interessadas na desestabilização.

Entravada pela realidade democrática, pelas instituições, pela Constituição, lei fundamental da República, a reacção faz tudo para desestabilizar a situação económica, social, política e militar, para pôr em causa a democracia e criar condições para um golpe.

A reacção procura fazer do anticomunismo o fundamento duma santa aliança cujo real objectivo seria a liquidação da democracia. Não é a primeira vez nem será a última que democratas que embarcam na nau do anticomunismo vêm depois o anticomunismo voltar-se contra eles próprios.

Hoje mais do que nunca se impõe a aproximação, o entendimento e a acção comum de todos os democratas, de todos os antifascistas.

A demarcação dos campos políticos em Portugal entre as forças da democracia e do progresso social e as forças da

reacção, têm uma linha divisória de fácil entendimento: a Constituição em vigor.

Quem está pela Constituição e pelo seu cumprimento rigoroso está pela democracia. Quem põe em causa a Constituição, põe em causa o próprio regime democrático.

Democracia implica liberdade. Mas também a liberdade para o regime se defender.

Não é por alguém não ter aprovado a Constituição que se pode eximir ao seu cumprimento.

Freitas do Amaral não aprovou a Constituição. Mas deve ser obrigado a cumpri-la.

E cumpri-la é reconhecer e respeitar as liberdades, é reconhecer e respeitar as transformações das estruturas económico-sociais (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário) consagradas na Constituição.

O PCP e os interesses e direitos dos trabalhadores

Ao passar este 56.º aniversário, queremos reafirmar em segundo lugar, que o PCP defenderá sempre, seja em que circunstâncias for, os interesses dos trabalhadores.

O PCP é criação viva da classe operária e dos trabalhadores portugueses. A sua existência e a sua luta são inseparáveis dos problemas, dos interesses, dos objectivos, das energias combativas, do espírito da organização, da dedicação e do heroísmo dos filhos e filhas do povo trabalhador de Portugal.

Por isso, o PCP se opõe firmemente à política antioperária e antipopular do governo, apoiada pelo CDS e o PPD.

As medidas económicas recentemente anunciadas definem por si só os interesses que defendem e a sua natureza de classe.

Por um lado, indemnizações aos capitalistas, perdão efectivo de dívidas ao Estado e aos bancos, reavaliação dos activos das empresas privadas salvando, a anos de distância, os capitalistas da falência que provocaram, facilidades de toda a espécie a exploradores e parasitas, restituição das empresas salvas pelos trabalhadores, esquemas de destruição do sector nacionalizado, da autogestão, do controlo operário.

Por outro lado, a desvalorização do escudo, o aumento brutal dos preços, o congelamento de salários, o lançamento dum novo surto inflacionista que significam um súbito e radical agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Aparece com toda a evidência que a política do Governo PS serve o capital contra os trabalhadores e pretende que sejam os trabalhadores a pagarem todo o preço das dificuldades financeiras e económicas que o País atravessa, em grande parte como resultado da política de imprevidência, esbanjamento de recursos, falta de iniciativa, endividamento ao estrangeiro, de protecção dos interesses dos capitalistas e agrários, prosseguida pelo próprio governo.

Não é apertando o cinto aos trabalhadores e alargando a bolsa para as indemnizações e restituições aos capitalistas que se defende a economia nacional e a democracia portuguesa. Não é provocando uma alta vertiginosa dos preços e uma súbita e radical diminuição dos salários reais dos trabalhadores que se estabelecerá a situação económica, social e política.

Não há qualquer incompatibilidade entre o restabelecimento de equilíbrio financeiro e a reanimação económica dum lado e a defesa dos interesses dos trabalhadores do outro.

Pelo contrário. A política antioperária e antipopular não é uma política de recuperação económica, mas sim de recuperação capitalista. Não resolverá, antes agravará as dificuldades actuais.

O restabelecimento do equilíbrio financeiro e a reanimação da economia portuguesa podem ser alcançados não contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores, podem ser alcançados com o apoio, a participação viva, a dedicação e a combatividade dos trabalhadores, com uma política que atenda aos seus interesses, necessidades, aspirações, opiniões, iniciativa e espírito criador.

O PCP foi o primeiro a defender a necessidade duma política de austeridade: o corte de despesas inúteis e sumptuárias, a redução dos altos rendimentos, a restrição de importações de artigos que se podem produzir em Portugal, uma grande campanha nacional contra os esbanjamentos inúteis, pela economia de recursos, pela redução dos défices das empresas, pelo aumento na produção e da produtividade.

Uma tal batalha pode ser travada com êxito, não com uma política de recuperação capitalista, não com uma política de entrega de recursos, de bens, de empresas, de terras aos capitalistas e grandes agrários, não com uma política de agravamento da exploração, de redução brutal dos salários reais, do aumento do custo de vida que reforçará em 1977 os trabalhadores a comerem menos um terço do que em 1976, não com uma política de austeridade para os trabalhadores e de regabofe para os capitalistas, mas sim com uma política que garanta as conquistas revolucionárias alcançadas desde o 25 de Abril, aponte para uma vida melhor dos que trabalham, suscite e estimule o esforço produtivo e a austeridade na perspectiva do socialismo.

O PCP e as conquistas da Revolução

Ao passar este 56.º aniversário, queremos reafirmar em terceiro lugar, que o PCP defenderá sempre, seja em que circunstâncias for, as conquistas revolucionárias — as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário — parte integrante do regime democrático português.

O Governo PS, em palavras, continua afirmando querer defender essas transformações democráticas. Mas a sua política dirige-se abertamente contra elas.

O PCP tem proposto insistentemente o exame em comum com o PS, o mesmo com o Governo, das situações concretas, dos problemas relativos à Reforma Agrária, às empresas nacionalizadas e intervencionadas, ao controlo operário, às empresas em autogestão e cooperativas.

O PCP tem apoiado as constantes reclamações dos trabalhadores em serem ouvidos como a Constituição manda antes de serem tomadas decisões que directamente lhes respeitem.

O Governo mostra, porém, estar interessado em conhecer a opinião dos trabalhadores, em ouvi-los, em atender às suas reclamações e em respeitar os seus direitos.

Contra as arbitrariedades do Governo, o PCP defende e defenderá a Reforma Agrária, grande realização da democracia portuguesa, que permitiu pôr fim numa vasta zona, a latifúndios que se encontravam na maior parte abandonados, ao mesmo tempo que trabalhadores desempregados viviam na miséria. Uma Reforma Agrária que permitiu um aumento rápido da produção de cereais e de outros produtos, um começo de diversificação de culturas, o aumento do efectivo pecuário e do parque de máquinas, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, dos velhos e das crianças, toda uma vida nova de trabalho esforçado, de alegria e de confiança no futuro.

Quem se nega a cumprir a lei da Reforma Agrária não são os trabalhadores, é o próprio Governo. Quando o senhor Casqueiro afirma que «a CAP nunca contestou a política seguida pelo actual MAP» («Jornal Novo», 24.2.77) fica definida a política governamental.

Reservas arbitrárias, não só a proprietários, mas a rendeiros e a arrivistas como no Monte Branco da Loira.

Reservas de áreas muito superiores à pontuação permitida por lei como sucede na UCP «Terra sem Pão», de Salvada, na Herdade dos Descruais, de Ourique.

Desanexões das melhores terras fomentadas e ordenadas sem consulta dos interessados ou contra a vontade da maioria

esmagadora dos trabalhadores, como na cooperativa Nascer do Sol, de Elvas, e na 21 de Fevereiro, de Avis.

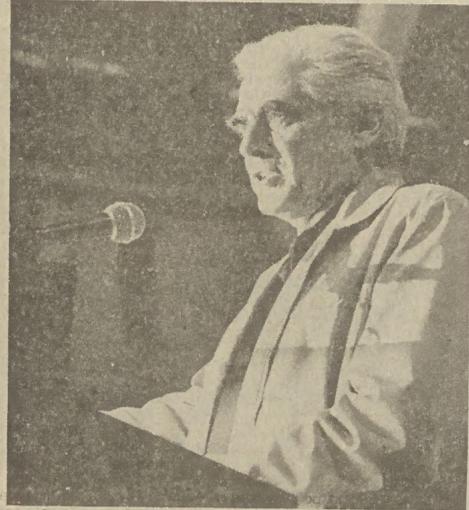
Cedências irregulares de grandes superfícies desintegradas das Unidades Colectivas como sucedeu numa cooperativa Força Popular, de Montemor-o-Novo, em que um protegido do MAP ficou com 22 ha e os 54 trabalhadores da cooperativa reduzidos a 495.

Reservas e desanexões que visam destruir a viabilidade das UCPs e Cooperativas como no Monte da Ribeira (concelho de Beja) e em várias outras.

Cortes de crédito, como castigos administrativos, como sucedeu na cooperativa agrícola de Santana de Portel, ameaças, violências.

Todas estas medidas e decisões constituem uma política dirigida contra a Reforma Agrária, contra os trabalhadores, contra a economia nacional.

É quase inconcebível que no mesmo momento em que se anuncia a necessidade imperiosa de reduzir as importações e de aumentar a produção nacional de produtos que habitualmente se exportam, se prosiga uma ofensiva contra a Reforma Agrária



que terá como consequência fazer descer a produção e entravar o desenvolvimento agrícola em que as UCPs e as Cooperativas estão lançadas.

O PCP apoiará a justa luta dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores para que sejam prontamente corrigidas as injustiças, abusos e atropelos que o Governo está a cometer contra a Reforma Agrária e para que sejam expropriadas e entregues a quem trabalha os 700 000 ha que, à base da lei, falta expropriar.

As terras ilegalmente arrancadas às UCPs e às Cooperativas pelas decisões arbitrárias do MAP devem ser-lhes restituídas, e temos confiança em que virão a ser restituídas.

O PCP defende e defenderá também as nacionalizações e as empresas sob controlo e gestão dos trabalhadores.

O Governo PS tem declarado várias vezes que as nacionalizações são irreversíveis. Mas é agora nítido que pretende admitir concessões ao capital privado em sectores básicos da economia hoje nacionalizados, que lança esquemas de comparticipação de multinacionais e começa a criar clima para a entrega aos velhos grupos monopolistas de numerosas empresas nacionalizadas por arrastamento.

As recentes medidas económicas do Governo, a mobilização de indemnizações provisórias de acções e títulos de empresas nacionalizadas, a reavaliação dos activos das empresas privadas e os pactos de viabilização de empresas em dificuldades são medidas de recuperação capitalista, que abrem o caminho para que o grande capital reconquiste sectores da economia, que abrem de novo caminho ao capital monopolista.

Define bem a política de recuperação capitalista o ataque às empresas intervencionadas e a restituição já efectuada de algumas aos antigos patrões que as roubaram, as defraudaram, as sabotaram, as tentaram paralisar e que os trabalhadores com o seu esforço e capacidade conseguiram manter em laboração.

Poder-se-á aceitar que seja de novo restituída aos antigos patrões uma empresa como a RABOR, onde depois da intervenção estatal em 19.11.75 os trabalhadores conseguiram reduzir o prejuízo de 50 840 contos em 1975 para 17 000 estimados para 1976, admitindo-se um valor positivo para 1977?

Poder-se-á aceitar que seja restituída a UNITAS, de conservas de peixe, onde se pagaram os salários em atraso, se manteve a laboração contínua, aumentaram as encomendas e se alcançaram resultados positivos?

Poder-se-á aceitar que seja restituída a COPAM, onde foram liquidados débitos anteriores e os resultados são os melhores de sempre?

Poder-se-á aceitar que seja restituída a FACAR, onde aumentaram a produção e as vendas?

Poder-se-á aceitar a restituição da PARDAL MONTEIRO, onde triplicaram as encomendas, quase duplicaram as exportações, e conseguiu paralisar praticamente o aumento das responsabilidades da empresa?

Poder-se-á aceitar a restituição da CORAME, que passou da situação deficitária para uma situação de equilíbrio e de rentabilidade?

Poder-se-á aceitar não só a restituição do HOTEL RITZ salvo pelos trabalhadores, à empresa proprietária do edifício, mas a entrega da exploração a gente cujas irregularidades dariam para um volumoso processo?

Não, nestas e noutras empresas a eventual restituição aos patrões saboteadores seria um verdadeiro escândalo de recuperação capitalista e os trabalhadores lutarão contra ela.

Defender a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, lutar contra a recuperação capitalista, significa, não só lutar em defesa de transformações essenciais e bem-estar do povo português, o melhoramento das suas condições de vida e o desenvolvimento da economia, como também em defesa das liberdades e da democracia, em defesa da independência nacional.

O PCP e a independência nacional

Ao passar este 56.º aniversário, queremos reafirmar, ainda, que o PCP defenderá sempre, seja em que circunstâncias for, os interesses do País e a independência nacional.

A independência nacional afirma-se simultaneamente no plano diplomático, político e económico.

Exige uma política interna que se fundamente no aproveitamento dos recursos nacionais (recursos naturais, recursos criados pelo trabalho, recursos humanos) para o bem do nosso povo e do desenvolvimento da economia portuguesa e uma política externa de relações diversificadas de amizade e cooperação com outros povos.

Exige também que se salvaguarde sempre, com patriotismo, o direito do povo português decidir por sua livre vontade, sem imposições ou ingerências externas, do seu destino e do seu futuro.

Como todos nos lembramos, para se oporem ao desenvolvimento do processo de democratização, forças muito diversas afirmaram muitas vezes existirem factores externos que tornariam impossível que a Revolução portuguesa fosse além duma democracia burguesa de tipo ocidental, ou seja, do poder económico intocável dos monopólios e dos agrários no quadro dum regime parlamentarista.

Primeiro foi o argumento da geopolítica. Diziam que, estando Portugal na Europa ocidental e fazendo parte da OTAN, o imperialismo não consentiria em transformações nas estruturas económico-sociais no nosso País. Afirmavam que a coexistência pacífica entre os países socialistas e os países capitalistas significava o statu quo político, ou seja um acordo para que não houvesse mais revoluções nos países capitalistas.

Houve mesmo quem jurasse existir uma espécie de tratado de Tordesilhas, dividindo o mundo definitivamente em dois pelas fronteiras actuais: dum lado o capitalismo, do outro o socialismo. Mas a realidade portuguesa, a Revolução portuguesa deu uma nova demonstração da falsidade duma tal tese e duma tal campanha.

Liquidando os grupos monopolistas, realizando a Reforma Agrária, instituindo o controlo dos trabalhadores numa grande parte da economia nacional, mantendo durante dois anos (contra as pressões do imperialismo) comunistas no Governo, o povo português comprovou que os povos podem, pela afirmação da sua vontade, decidir do seu destino.

O imperialismo pressionou, ingeriu-se, apoiou as forças reaccionárias, animou e fomentou a conspiração. Mas não pode impedir o curso da democratização política, económica e social da sociedade portuguesa.

Agora contra as conquistas revolucionárias joga-se com outro argumento: o argumento das dificuldades económicas e financeiras. Diz-se que Portugal precisa de divisas, que só os países capitalistas podem emprestar, e que para emprestarem é necessária a recuperação capitalista, a restauração do poder económico do grande capital e dos grandes agrários.

Toda a campanha que se desenvolve em torno da Integração de Portugal no Mercado Comum aparece ligado a um tal argumento.

Mas a verdade é outra. A Integração no Mercado Comum não resolveria nenhuma das graves dificuldades da economia portuguesa.

A indústria e a agricultura nacionais, pelo seu atraso relativo não estão em condições de competir em preço com as mercadorias dos países do Mercado Comum.

A dar-se a integração, passando as mercadorias estrangeiras a entrar livremente no nosso mercado sem pagar direitos alfandegários, seria a ruína da indústria e da agricultura nacionais.

A situação seria tão grave e tão evidente que a integração não se pode dar, nem se vai dar, mesmo que em palavras ela seja declarada. Será estabelecido um prazo de 10 a 15 anos e esse prazo não será cumprido. Mas, entretanto, mesmo com acordos parciais, uma coisa é certa: a pretexto da integração futura, serão abertas as portas aos tentáculos imperialistas para sugarem os nossos recursos e o nosso trabalho.

O grande objectivo desta operação política de integração no Mercado Comum é, porém, outro.

É afirmar que Portugal tem que marcar o passo com os países capitalistas da Europa, é justificar a recuperação capitalista e uma política que reconduza à restauração do poder do capitalismo monopolista liquidado pela Revolução portuguesa.

Quando o secretário-geral do PS diz que, em matéria de socialismo, Portugal tem de ir atrás da Europa do Mercado Comum, onde como sabemos dominam os grandes monopólios capitalistas, é essa ideia que transparece.

Quando vemos os representantes do grande capital, a CIP e a CAP, o CDS e o PPD, apoiarem tão entusiasticamente a integração de Portugal no Mercado Comum, é evidente que vêem numa tal política um novo instrumento para liquidar as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, as formas de autogestão e cooperativas que se formaram em empresas abandonadas e falidas, um novo instrumento para intensificar a recuperação capitalista e restaurar o poder dos grupos monopolistas associados ao imperialismo estrangeiro.

Os grandes capitalistas estão sempre prontos a vender o país ao diabo desde que aumentem os capitais e os lucros. O grande capital é um monstro sem pátria. Os interesses nacionais portugueses identificam-se inteiramente com os interesses dos trabalhadores, com os interesses da democracia, com os interesses da Revolução portuguesa.

Não é por acaso que a acção diplomática do Governo para a integração no Mercado Comum é acompanhada de medidas económicas e projectos de lei que representam grandes concessões aos capitalistas portugueses e estrangeiros e a diminuição drástica dos salários reais, acenando ao imperialismo estrangeiro com a recuperação capitalista, agrária e imperialista e com a mão-de-obra portuguesa a baixo preço.

O PCP opõe-se firmemente a uma tal política que atinge gravemente os interesses das massas trabalhadoras, da democracia e da independência nacional.

Lutamos e lutaremos para que Portugal não seja de novo um país semicolonizado na Europa, destinado pela miséria do nosso povo a ser um fornecedor de mão-de-obra a baixo preço aos grandes monopólios internacionais, aos grandes senhores do Mercado Comum.

Lutamos e lutaremos por uma política de independência nacional e pelo direito efectivo do povo português decidir, sem ingerências ou imposições externas, dos seus problemas, do seu destino, do seu regime, dos seus governantes.

A defesa dos interesses nacionais exige que não haja uma política externa de enfundamento à RFA ou aos Estados Unidos porque têm marcos e dólares.

Exige que, sem prejuízo das relações de amizade e cooperação com estes países, se desenvolvam de forma mais dinâmica as relações com a França, a Grã-Bretanha e a Itália, relações um tanto menosprezadas pela diplomacia portuguesa.

Exige (até para a solução dos problemas financeiros e económicos) que as relações internacionais sejam extraordinariamente mais diversificadas.

Exige um esforço real para a cooperação com os países socialistas e com os países independentes outrora submetidos ao colonialismo português.

Uma política externa de relações diversificadas, de amizade e cooperação com todos os povos do mundo é incompatível com as campanhas odiosas que são conduzidas contra a União Soviética e os países socialistas, contra os jovens Estados independentes criados pelos povos outrora submetidos ao colonialismo português.

Não é de aceitar que tais campanhas já em si condenáveis, mesmo que vindas de forças reaccionárias, tenham como instrumento forças com responsabilidades no poder, órgãos de comunicação social do Estado, incluindo o órgão oficioso do Governo e do PS, pago com os dinheiros públicos.

Para se ver até que ponto vai essa campanha cite-se o «Diário de Notícias» que custa ao Estado centenas de milhares de contos, que, por ser pago pelo povo, deveria ser o porta-voz da nação portuguesa, mas que agora, com acordos com o «New York Times», mais parece ser o porta-voz da Casa Branca.

O número do «Diário de Notícias» de 3.3.77, por exemplo, publicou as seguintes notícias e artigos só nas duas páginas principais:

As comemorações do 56.º aniversário do PCP

REPENSAR O PASSADO, DEBATER O FUTURO

Na 1.ª página: um artigo «CEE proíbe exportação de manteiga para o Leste» (a 3 colunas com fotografia); outro: «Por causa da recepção a Bukovski Presidente dos EUA criticado pela TASS» (a 4 colunas com fotografia de Bukovski); outro: «Explosão em Moscovo» (em caixa); outro: «O que é exactamente a cimeira eurocomunista» (a 4 colunas).

Na última página: um artigo «Soviético expulso por espionagem» (a 2 colunas em caixa); outro: «Deserto soviético Belenka» (a 4 colunas, com fotografia do deserto soviético); outro: «Contra a ingerência soviética em França» (a 3 colunas com foto) além de: outro sobre «Cimeira de Madrid» (a 4 colunas) tratando do assunto como é de supor...

Isto num só número e num só dia, no órgão oficioso do Governo.

Os interesses nacionais, a salvaguarda da independência nacional, impõem uma política externa de amizade e cooperação com todos os povos do mundo, e não uma política externa de «guerra fria» própria dos círculos mais agressivos e reaccionários do imperialismo.

Fidelidade do PCP à causa dos trabalhadores

A fidelidade do PCP aos elevados ideais que sempre inspiraram a sua vida e o seu combate despertam a fúria dos nossos inimigos e adversários.

Seria ridícula se não fosse escandalosa a campanha da reacção e de certos dirigentes do PS para que o PCP adira ao que chamam o «eurocomunismo».

O PCP reconhece naturalmente aos partidos irmãos o direito de definirem a sua orientação política e a sua tática. Sendo certo que nos países capitalistas da Europa impera o poder económico e político do grande capital e que o sistema actual nesses países são democracias burguesas com capitalismo monopolista do Estado (ou seja a fusão efectiva do aparelho do Estado com o aparelho dos grupos monopolistas), é natural que dessa semelhante situação resultem semelhanças nos objectivos a curto e a médio prazo, na estratégia e na tática.

Entretanto, se há semelhanças, também há importantes diferenças.

Diferenças muito acentuadas tanto nas condições objectivas como nas condições subjectivas, designadamente no grau de organização da classe operária e das forças revolucionárias. Isto significa que haverá certamente cursos diversos no processo revolucionário, apesar de se tratar de países de democracia burguesa num sistema de capitalismo monopolista.

No que respeita a Portugal é uma verdade irrefutável que a situação é completamente diversa. O capitalismo monopolista de Estado foi abolido, os grandes grupos monopolistas receberam golpes mortais, estabeleceu-se o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores em ambos os sectores da economia, e foi levada a cabo uma Reforma Agrária que eliminou as formas feudais e capitalistas da exploração numa grande parte do país, correspondente a um quinto da superfície cultivada.

Que sentido teria hoje em Portugal uma linha para limitar num processo evolutivo o poder dos monopolios, quando este em Portugal já foi liquidado?

Na prática, tal política significaria: primeiro restituir as fábricas e as terras aos grupos monopolistas e aos proprietários expropriados pela Revolução portuguesa. E depois recomençar a luta para dentro de 5, 10 ou 20 anos, limitar e liquidar esses mesmos monopolios. Seria ressuscitar o cadáver da fera morta para depois projectar matá-la pouco a pouco, deixando-a entretanto praticar livremente novos estragos e novas vítimas.

Naturalmente que esse absurdo não se verificará.

Mas não é só essa a razão das lamentações pelo facto do PCP não aderir aquilo que chamam o «eurocomunismo».

Há outro razão e é clara. O que a reacção elogia naquilo que ela chama «eurocomunismo» não é a busca dum caminho de tais ou tais partidos comunistas para o socialismo nas condições concretas dos seus países, mas a condenação dos países socialistas, do único socialismo que existe no mundo e, portanto, uma nova alicha na luta concreta contra o socialismo.

Para ver que assim é basta ler as lamentações reaccionárias por esse não ter sido o resultado do encontro de Madrid.

Quando certas forças apontam ao PCP, ao seu Comité Central, o crime de não mudarem, que mudança queriam eles que se desse no PCP? O que queriam é que o PCP e a sua direcção apoiassem a recuperação capitalista, agrária e imperialista, aceitasse colaborar na política de exploração desenfreada dos trabalhadores, de liquidação da Revolução portuguesa. O que queriam é que o PCP participasse nesse coro de calúnias contra a URSS e os países socialistas que enchem as páginas dos jornais fascistas e dos jornais estalinizados e que a reacção mundial desencadeia para minar a confiança dos trabalhadores no socialismo, para criar um clima de guerra fria e impedir a consolidação do desanuviamento, da segurança e da paz, o desenvolvimento da cooperação internacional.

O nosso Partido não comprou a legalidade pagando os 30 dinheiros da capitulação ou do oportunismo. Se depois do 25 de Abril, para conquistarmos a legalidade tivéssemos sido preciso ceder à chantagem e abdicar do que há de essencial na existência, na vida, na actividade, na luta do nosso Partido, é absolutamente certo que todos os militantes teriam preferido e decidido continuar a luta clandestina como Partido revolucionário dos trabalhadores a renegar o passado, a escarnecer de todos aqueles que viveram e morreram pela nossa grande causa, a alcançar a legalidade para se tomar um partido de tendência social-democrata ao serviço do grande capital.

Não somos daqueles que começam por se afirmar comunistas, passam depois a socialistas, de socialistas a social-democratas e de social-democratas a defensores da direita. Os comunistas não mudam de cor ao sabor dos interesses, das vantagens ou dos ventos.

O PCP está hoje, como sempre, pronto a discutir com todas as forças democráticas designadamente com o PS, todas as questões. Está disposto a fazer os possíveis e os impossíveis para estabelecer uma plataforma comum com os outros democratas, designadamente com o PS.

Não pretendemos possuir soluções rígidas e definitivas, não acreditamos em «clichés» ou receitas, para os problemas económicos e políticos. O PCP está aberto ao confronto de ideias, ao exame da opinião dos outros, à busca comum de soluções para os problemas que afectam o nosso povo e o nosso país.

Está, hoje como sempre, pronto ao estabelecimento duma linha de acção comum, a uma alternativa democrática para a política actual, o que implica debate, negociação, entendimento e acordos com outras forças políticas.

Insiste infatigavelmente numa política de unidade.

Mas nisto há um pressuposto que o nosso 56.º aniversário uma vez mais reafirmou: O PCP, a começar por os seus dirigentes, jamais deixará de ser comunistas como sempre foram.

O PCP orgulha-se de ter nas suas fileiras homens e mulheres que comunistas viveram e comunistas morrerão. Que sempre estiveram inteiramente ao serviço dos interesses dos trabalhadores, do povo, do país e assim prosseguirão sem desfalecimento até ao fim.

Orgulha-se dos milhares e milhares de novos membros do Partido, dos homens, mulheres e jovens que depois do 25 de Abril aderiram ao Partido, daqueles milhares que já depois do nosso VIII Congresso dia-a-dia engrossam as nossas fileiras. O Partido orgulha-se deste nosso grande e magnífico colectivo comunista que (indissociavelmente ligado à classe operária, aos camponeses, às massas trabalhadoras, aos intelectuais, às camadas médias) é uma força necessária e indispensável para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para a defesa e consolidação do regime democrático, para que a democracia portuguesa seja construída, tendo o horizonte ansiado pelos trabalhadores e apontado na Constituição: a sociedade socialista.

Ao longo dos 56 anos da sua existência, antes e depois do 25 de Abril, o PCP prosseguiu sempre uma política de amplas alianças, uma política de unidade dos trabalhadores, das forças democráticas e progressistas. Persistimos sem hesitações nessa política. Não pretendemos ter o monopólio da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e em defesa das liberdades.

Mas, se isto é certo, é igualmente certo que não é possível fazer frente ao fascismo e à reacção, não é possível defender as liberdades e a democracia, não é possível defender os interesses dos trabalhadores e as conquistas da Revolução sem a actividade, a força organizada, a luta, a experiência, a capacidade realizadora e operativa do nosso glorioso Partido.

De Norte a Sul do País, desde as grandes cidades às pequenas localidades, os militantes comunistas, os simpatisantes e amigos do nosso Partido, comemoraram mais um aniversário do PCP. Houve festa e alegria. Mas o momento foi também aproveitado para a realização de grandes jornadas políticas, em que a situação actual e as perspectivas do futuro foram analisadas.

Do que foram as comemorações, damos a seguir um breve panorama, a juntar ao que noutras páginas se relata. De salientar que as diversas iniciativas se integraram na Campanha dos 50.000 contos.

Em Montemor-o-Novo, as comemorações contaram com a presença do camarada Sérgio Viarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, que interveio referindo-se aos aspectos mais importantes da situação política actual, nomeadamente às recentes medidas tomadas pelo Governo PS.

No seguimento do que chamou ser uma forma estranha de caminhar para o socialismo, esta que o Governo escolheu, o camarada adiantou:

Não deixa de ser estranho que os capitalistas e industriais da CIP elogiem e aproveem as medidas recentes do Governo contra o nível de vida do Povo trabalhador de Portugal, as quais se inserem num vasto plano de recuperação capitalista, tal como o exige a política dos países que integram o Mercado Comum. Podem envernizar-se as coisas com as mais belas palavras de socialismo, liberdade, defesa da Reforma Agrária (a deles), que não muda a realidade das coisas.

E afirmo ainda: Não seremos nós a negar a crise económica e financeira que o país atravessa, mas negamos, isso sim, que os trabalhadores da cidade e do

António Gervásio, da Comissão Política do CC. A noite houve uma sessão de variedades, tendo-se procedido ao leilão de numerosas peças.

EM VIANA DO CASTELO

Assinalando o 56.º aniversário do Partido Comunista Português realizou-se no sábado passado um grande comício-festa no teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo, e no qual esteve presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!». As comemorações do aniversário do Partido continuaram naquela cidade no dia seguinte, com a realização de diversas iniciativas.

Logo de manhã e após a alvorada zés-pereiras percorreram as ruas. Mais tarde um grande mural foi pintado pelos artistas plásticos locais. Por outro lado, uma exposição de materiais do PCP, em grande parte editados na clandestinidade e que se encontrava toda no Centro de Trabalho a toda a população de Viana do Castelo atraiu a atenção de muitas dezenas de pessoas que ali se deslocaram.

Integrado na Campanha de Fundos realizou-se um almoço nas instalações da Escola Técnica



Também os trabalhadores de Alpiarça comemoraram com grande entusiasmo o aniversário do PCP. A comemoração contou com a presença do camarada Octávio Pato

campo, aqueles que labutam na terra, sejam eles proletários agrícolas, sejam pequenos camponeses, ou sazeliros, ou rendeiros, tenham alguma responsabilidade nisso.

Abordando a desvalorização do escudo e as suas inevitáveis consequências na situação actual, aquele dirigente do Partido diria:

A nossa situação presente, do ponto de vista da nossa capacidade produtiva, encaraada tanto do ponto de vista da quantidade como da qualidade dos produtos fabricados ou produzidos, conduz-nos à conclusão de que, longe de trazer vantagens para o País, a desvalorização do escudo trará antes desvantagens.

Uma coisa está já clara: os salários reais dos trabalhadores baixaram em percentagens elevadas, pois ainda não são conhecidos os aumentos que irão sofrer todos os produtos de amplo consumo.

Depois de fornecer mais pormenorizadas e explicações sobre o processo de degradação que vai sofrer a nossa economia, o camarada falou do já célebre «Cabaz de Compras» e das suas insuficiências e dos seus preços, comentando:

Será este o tão decantado socialismo da fatura que os dirigentes do PS prometiam quando não eram governo?

Todos nos lembramos bem — referiu mais à frente — da célebre gritaria de que «Não queremos um socialismo de miséria». Ai estamos a ver o valor das palavras nas bocas de certos dirigentes políticos, que parece terem-nas já esquecido completamente.

Alertando para o perigo real da política de cedências à direita, o camarada Viarigues chamou a atenção para o inimigo:

O inimigo é a reacção — disse — mas a política que está a ser seguida pelo PS e o Governo do PS facilitam todas as acções e manobras das forças reaccionárias e fascistas que aspiram a liquidar todas as conquistas da Revolução e impor de novo ao Povo e ao País uma ditadura de tipo fascista.

A unidade — acções comuns a todos os níveis — o entendimento entre comunistas e socialistas, entre o PCP e o PS é necessário para defender a liberdade, a democracia e as outras conquistas da Revolução e avançar o processo conforme o rumo inscrito na Constituição da República Portuguesa.

A sessão realizou-se no Cine-Teatro, que estava cheio, tendo também participado o camarada

alguns pretendem, não se encontra isolado do Povo trabalhador, encontrando-se sim, isolado do PPD e do CDS. No decorrer da sua intervenção abordou a recente desvalorização do escudo, as medidas económicas adoptadas pelo Governo e bem ainda o perigo do fascismo, apontando a necessidade da unidade de todas as forças para que esse perigo não seja uma realidade.

Ao terminar afirmou que existem plenas razões para confiar no PCP, grande Partido dos trabalhadores e para estarmos orgulhosos na sua história neste dia do seu 56.º aniversário.

O ANIVERSÁRIO NOUTRAS TERRAS

Mas o aniversário do PCP foi festejado também com o mesmo calor e entusiasmo noutras localidades, onde as massas trabalhadoras não deixaram passar despercebida a data do aniversário do seu Partido. Assim sucedeu no sábado, em São João da Madeira, onde mais de 450 pessoas assistiram ao comício realizado na Escola Industrial e durante o qual usou da palavra a engenheira Virgínia de Moura. A projecção de um filme e canto livre animaram o resto da sessão.

Também no sábado, em Estarreja, os nossos camaradas daquela localidade montaram uma banca no jardim público, que funcionou durante todo o dia dando a conhecer a todos o aniversário do Partido.

No domingo à noite, em Espinho, realizou-se um comício em que participaram mais de 500 pessoas, usando da palavra o camarada José Bernardino. No decorrer da sessão, que contou com canto livre, foi lida uma motização.

Por seu turno, os camaradas de Ovar montaram durante o dia de domingo uma banca e procederam à projecção de filmes sobre o PCP.

Em Aveiro e Águeda, sessões de cinema especiais assinalaram o 56.º aniversário.

Integrada na Campanha dos 50 Mil Contos, a organização local promoveu em Tomar um almoço-conívio com a participação do Grupo Cultural «Unidos na Acção». A confraternização contou com cerca de 300 pessoas, na sua maioria não filiadas no Partido, e decorreu num ambiente de à-vontade. O camarada Blanqui Teixeira, no uso da palavra, fez uma retrospectiva histórica do PCP, abordando também os



Um aspecto do comício que em Viana do Castelo assinalou o 56.º aniversário do PCP

aspectos actuais da situação política.

Na Covilhã as comemorações iniciaram-se logo pela manhã, com o desfile de uma banda, que locou pelas ruas o «Avante Camarada», a «Internacional» e a «Grândola, a Morena». Incorporaram-se espontaneamente no desfile mais de duas centenas de pessoas.

Um almoço, uma feijoadá, reuniu depois cerca de 500 democratas que quiseram assim assinalar o 56.º aniversário do PCP. Comunistas e não comunistas confraternizaram desse modo numa colectividade local. Estava presente o camarada Pires Jorge, do Comité Central e foram convidados representantes do PS, da FSP e do MDP/CDE, que se juntaram às comemorações.

A noite houve projecção de filmes, baile e festa rija até cerca das 2 horas.

Em Pombal várias dezenas de camaradas participaram numa fraterna sessão de convívio. Presente o camarada Mário Gregório, da Comissão Distrital de Leiria, que proferiu uma intervenção relativa à Campanha dos 50 Mil Contos. Os camaradas presentes aproveitaram a oportunidade para analisarem os mais prementes problemas do concelho.

O aniversário do Partido foi comemorado em Torres Novas através de uma série de iniciativas que se prolongaram pelo fim-de-semana. Realizaram-se projecções de filmes, sessões de canto livre e um jantar de confraternização que contou com a presença do camarada Francisco Lanchinha. Pintou-se ainda um grande mural alusivo ao 56.º aniversário do PCP, bem como uma exposição acerca destes 56 anos de luta.

Um almoço de confraternização foi a forma escolhida pelos nossos

camaradas do Bombaral para comemorarem o aniversário do Partido. Mais de uma centena de camaradas, entre os quais muitos simpatisantes e amigos do PCP participaram nesta iniciativa, durante a qual se realizou ainda um leilão — como pormenor registe-se o facto de ter sido leiloado um bolo com 56 velas e o emblema do Partido, como igualmente leiloado foi o direito a apagar as velas do bolo. Estiveram presentes os camaradas José Célio e Francisco Lanchinha, da DORL.

Os camaradas de Peniche aproveitaram as comemorações do 56.º aniversário do Partido para a inauguração do bar do Centro de Trabalho do PCP naquela vila piscatória. Mais de uma centena de camaradas assistiram, na altura, à projecção de uma série de «slides». Em representação da Comissão Distrital de Leiria esteve presente o camarada Mário Xavier.

Os camaradas de Alcobaca reuniram-se num almoço de confraternização, que decorreu no meio de grande entusiasmo, para o que muito contribuiu a realização de Canto Livre e de um leilão. Esteve presente o camarada Francisco Lanchinha que, numa intervenção, se referiu à importância da Campanha dos 50 mil contos.

Um caldo verde e uma chisपालhada foram a ementa do almoço de confraternização com que os comunistas das Caldas da Rainha comemoraram o aniversário do Partido. Várias centenas de comunistas e outros democratas participaram nesta comemoração dos 56 anos do PCP, tendo-se realizado um Canto Livre.

As comemorações do 56.º aniversário do PCP mobilizaram todas as organizações regionais e locais, no âmbito da DORL. Registemos que a grandiosa festa

na FIL foi organizada pelo Comité Local de Lisboa, em colaboração com o Sector dos Transportes, que também elaborou jornais de parede. Por sua vez o Sector Público organizou uma festa para crianças no Centro de Trabalho de Alfama, enquanto a célula dos Telefonistas distribuiu um comunicado alusivo à efeméride. Comunicado congeneroso foi igualmente distribuído pelo Sector da Saúde, tendo a UEC organizado, por seu turno, um colóquio sobre o «Movimento Operário», com a participação do camarada António Dias Lourenço.

Em Torres Vedras, um grandioso leilão proporcionou uma receita de 26 mil escudos. O período de intervenção política foi preenchido pelo camarada Manuel Pedro, membro do CC.

Em Alverca, o camarada Octávio Pato participou de um comício que terminou com uma sessão de «Canto Livre».

Em Cascais um debate subordinado ao tema «O Partido: antes e depois do 25 de Abril» foi orientado pelo camarada Augusto Seira. Em Alenquer, a festa rendeu dez mil escudos. No Carregado a projecção de um filme permitiu apurar 500 escudos.

Em Belas, Queluz, Algueirão, Cacém e Sintra, os respectivos Centros de Trabalho foram convenientemente ornamentados e equipados com aparelhagem sonora que difundiu para o exterior canções progressistas.

Cerca de 500 pessoas participaram numa festa organizada pela C. Concelhia de Cascais; nos Bombeiros da Parede no sábado. A camarada Maria da Piedade Morgadinho, membro do CC, falou sobre os 56 anos do Partido e a luta actual. Na parte de canto livre actuaram José Barata Moura, Adriano Correia de Oliveira e Anibal.

José Barata Moura, assim como António Borge, que estava presente, foram leiloeiros de grande mérito (...) num leilão de variados objectos oferecidos à Concelhia para obter fundos para a Campanha dos 50 Mil Contos. Entre os objectos leiloados estava um pequeno cabaz de compras, o «Cabaz do Barreto», com um rabo de bacalhau, um osso, 18 cartões de azulejos, guardanapos e muitas outras coisas, entre as quais papel higiénico, que segundo Barata Moura era muito bom para quem olhasse para a Televisão Rendeu cerca de 400 escudos.

No total foram recolhidos 10 contos.

«25 Canções de Abril» UM GRANDIOSO ESPECTÁCULO POPULAR

Promovido pelo «Avante!», Secção de Informação e Propaganda do Comité Central e Organização Regional de Lisboa do PCP, vai realizar-se, nos próximos dias 18 e 19 de Março, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, um grandioso espectáculo popular subordinado ao tema «25 Canções de Abril».

Com o objectivo de divulgar alguns pormenores relativos a esta jornada cultural e artística, integrada na Campanha Nacional dos 50 mil contos, o colectivo responsável pela sua realização levou a efeito na passada terça-feira, no Centro de Trabalho da Avenida da Liberdade (ex-hotel Vitória), uma conferência de imprensa, onde estiveram presentes os camaradas Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!», João Rodrigues, da SIP, e ainda Augusto Sobral e Ary dos Santos.

No decorrer do encontro com os jornalistas foi apresentado um documento em que se salienta a importância desta jornada e o seu significado como manifestação artística e cultural organizada pelo espírito criador e pela determinação dos comunistas, dos militantes antifascistas, dos democratas que lutam pela valorização do espectáculo popular, pela afirmação da cultura como instrumento de luta ao serviço do Povo e da Revolução. «Destacando-se das habituais sessões de Canto Livre pela existência de um guião-libreto planificado, de uma montagem cénica que conseguiu ultrapassar os condicionamentos do Pavilhão e ainda por aspectos estritamente musicais (uma orquestra de 14 figuras e uma amplificação de grande qualidade)» — sublinha o referido documento — «o espectáculo constitui uma retrospectiva das canções mais importantes para a Revolução, antes e depois do 25 de Abril».

Mas o espectáculo vai mais longe: «Através de uma análise sintética dos acontecimentos, imediatamente extrapolada para um comentário poético, reconstituem-se, para além dos últimos anos do fascismo, os acontecimentos mais importantes após o 25 de Abril».

O guião-libreto em prosa e verso é da autoria dos camaradas Ary dos Santos, Manuel Branco, Joaquim Pessoa, João Paulo Guerra, Rui Pedro, João Rodrigues e Ruben de Carvalho, estando a concepção do palco e a encenação a cargo de Augusto Sobral.

De salientar que, tal como seria referido durante a conferência de imprensa pelo camarada Ruben de Carvalho, o espectáculo é composto por três elementos: «um elemento de narração colectiva, que é feito por Ary dos Santos; um elemento que se poderá designar por intervenção radiofónica, feita por João Paulo Guerra, Rui Pedro e Luis Filipe Costa; e uma intervenção musical, feita pelos cantores e pela orquestra». A encenação inclui o acompanhamento de todo o espectáculo, que decorre nas várias zonas do palco pela projecção (num «écran» de 9 por 4,5 metros) de «slides» ilustrando acontecimentos e situações narradas nos textos e canções, para o que serão utilizados materiais de assinalável interesse histórico.

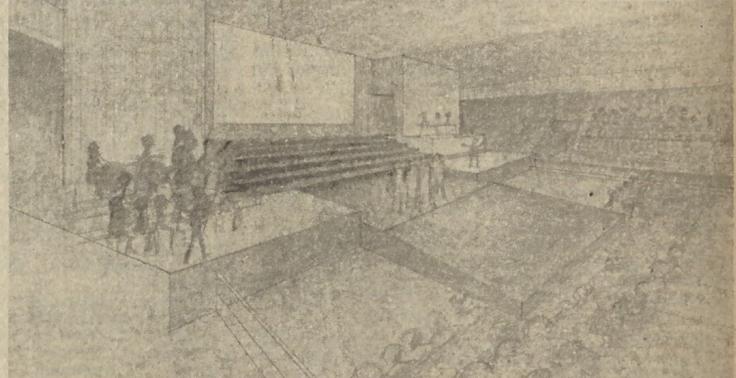
Depois de se referir, em detalhe, à forma como irá decorrer o espectáculo e à disposição dos diversos componentes do palco o «estúdio de rádio», o «écran», a orquestra, etc., o camarada Ruben de Carvalho sublinhou: «O que

tornou possível a promoção deste espectáculo foi, por um lado, o movimento das canções que floresceu após o 25 de Abril, e, por outro, o facto de a liberdade ter permitido que uma série de artistas se possa exprimir e desenvolver a sua actividade — é o caso dos artistas das revistas, dos espectáculos teatrais, dos grupos independentes e das sessões de Canto Livre». A propósito, referiu ainda o apoio activo dado ao trabalho de organização por especialistas de som e luz, camaradas e amigos do nosso Partido, e o facto de os artistas actuarem sem receber qualquer «cachet».

«O critério da escolha das canções» — afirmou mais adiante o camarada Ruben de Carvalho — «foi, na verdade, um critério de escolha popular: nós escolhemos as canções que o Povo já escolheu».

CONTAR A REVOLUÇÃO COM CANÇÕES

Referindo-se à participação do «Avante!» no espectáculo, declarou: «Organizámos em Setembro passado a nossa primeira Festa, o que nos trouxe alguma experiência no trabalho de organização de grandes jornadas culturais. Este é também um papel do «Avante!». O nosso Partido tem-se manifestado sobre o ponto de vista cultural, e o «Avante!» dá o contributo que pode às iniciativas culturais do Partido.



Aspecto da maquete elaborada por Augusto Sobral para o palco do Pavilhão dos Desportos onde se cantarão as «25 canções de Abril».

As comemorações do 56.º aniversário do PCP

PORTO: GRANDE COMÍCIO NO PALÁCIO DE CRISTAL

«Nós estamos certos de que não há saída para os grandes problemas nacionais sem os comunistas ou contra os comunistas. No plano constitucional essa saída passa pela formação de um governo de esquerda apoiado na maioria numérica de esquerda existente na Assembleia da República. Mais tarde ou mais cedo, a verdade acabará por se impor, as grandes conquistas da Revolução de Abril serão defendidas e caminharemos rumo ao socialismo», declarou o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, perante muitos milhares de pessoas que encheram a nave central do Palácio de Cristal do Porto para assistir ao comício de abertura das comemorações do 56.º aniversário do nosso Partido que se desenrolaram naquele pavilhão ao longo de 24 horas.

OS TRABALHADORES DEFENDEM A ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Algumas dezenas de dirigentes e militantes do Partido foram chamados para a mesa do comício, presidido pelo camarada Carlos Costa, nomeadamente Ângelo Vêloso, membro da Comissão Política do CC, Fernando Teixeira e Oscar Lopes, ambos do Comité Central, António Abreu, Domingos Oliveira Dias, Helena Medina e Joaquim Pina Moura, todos membros suplentes do Comité Central. Armando de Castro, Cassiano Abreu Lima e Virginia Moura.

Para abordar alguns aspectos das lutas dos trabalhadores, usou da palavra, em primeiro lugar, o camarada José Joaquim Castro, operário têxtil da Empresa Fabril do Norte e membro do Comité Têxtil do Porto do PCP que acusou o prof. Freitas do Amaral de ir ao «caixote do lixo» da história desenterrar o velho argumento fascista segundo o qual «a luta dos trabalhadores desestabiliza a situação política e ameaça a paz social». Denunciando a manobra subjacente àquelas declarações, acentuou que exemplos recentes da posição adoptada pelos trabalhadores da Função Pública, pelos pescadores e trabalhadores do mar provam que «não são os trabalhadores que fogem ao diálogo e que criam situações de crise».

Refutando a acusação de ameaça à paz social, denunciou o que se verificou com os trabalhadores da construção civil que estiveram quase dois anos à espera da saída do Contrato devido à posição do patronato que se recusou a negociar «preferindo pressionar o Governo para aumentar as rendas da casa e acelerar os despejos». Como frisou José Joaquim Castro «o Governo fez a vontade aos patrões e só depois disso aprovou as novas tabelas salariais mas fuge a publicá-las, desde Setembro do ano passado».

Após ter divulgado números significativos da situação difícil em que se encontram os trabalhadores têxteis (dos quais mais de 100 mil não ganham sequer o salário mínimo, sentem a repressão nas empresas e deparam com a intervenção da GNR como sucedeu na «Cotesi», na «Riopedre», na «Mondex» e em tantas outras fábricas; José Joaquim Castro denunciou a posição de boicote adoptada pelo patronato da Indústria Hoteleira, da Metalúrgica e de Material Eléctrico, e do Turismo, salientando que «é política de cedências que dá força ao patronato reaccionário da CIP. Ou não foi o Governo, como perguntou, que fez sair a Lei da Contratação que tem permitido ao patronato arrastar as negociações?».

«Os trabalhadores lutam e vencem, referiu mais adiante, quando se unem à volta de reivindicações realistas, amplamente discutidas e compreendidas». Na sequência de vários exemplos bastante elucidativos da disposição unitária e combativa dos trabalhadores, José Joaquim Castro terminou a sua intervenção assegurando que «são os trabalhadores, e não a reacção, quem defende a estabilidade democrática e a paz social».

OS PARTIDOS NÃO DEVEM SER SUSTENTADOS COM O DINHEIRO DOS IMPOSTOS

«Os comunistas portugueses, afirmou a dado passo da sua intervenção o camarada Fernando Teixeira, membro da DORN e do CC, «nunca puseram reticências à Revolução. Os factos demonstram que, quando outros hesitam e cedem, se

SAUDAÇÃO DOS PIONEIROS DE MOSCOVO

Entre as várias saudações recebidas pelo PCP do estrangeiro, por motivo de mais um aniversário, destacamos, pelo seu significado, a singular e bem expressiva mensagem dos jovens membros do Clube Internacional de Amizade Iuri Gagarine:

«Em nome de todos os pioneiros de Moscovo, felicitamos-vos calorosamente pela passagem do 56.º aniversário do PCP. Desejamos muitos sucessos na luta pela felicidade do povo português.

mantém firmes como uma rocha na defesa dos interesses do nosso Povo». Sublinhando que a política do Partido se orienta pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, Fernando Teixeira frisou:

«O nosso Partido, o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, é uma organização profundamente enraizada na vida do nosso Povo. Outros gostariam que a orientação do PCP mudasse ao sabor das viagens ao estrangeiro, mas nós, os comunistas, temos orgulho em definir a aplicação dos princípios à realidade concreta do nosso País.» Acentuando que o PCP «tem sabido recusar o aventureirismo esquerdista», defendeu a unidade de todas as forças democráticas no combate à reacção e ao fascismo, visando «aprofundar as conquistas da Revolução, para defender a democracia, para construir o socialismo».

Reiterando a posição expressa pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português face à proposta do CDS, recentemente aprovada na Assembleia da República, que prevê a subvenção estatal de partidos políticos, Fernando Teixeira salientou «que o nosso Povo não deve ser obrigado a pagar impostos para sustentar os partidos e, muito menos, os da reacção. Entendemos que é na base das contribuições voluntárias que o nosso Povo reconhece quais os partidos que o defendem. Também neste campo, frisou, não temos comparações.»

A Campanha dos 50 Mil Contos e o apoio que está a merecer da classe operária e dos trabalhadores portugueses foram analisados pelo membro do CC que destacou o êxito já obtido nas primeiras semanas da campanha o que «demonstra mais uma vez que os comunistas sabem dar o exemplo, sabem fazer sacrifícios quando os superiores interesses da Revolução os exigem».

«Por outro lado, acrescentou, o êxito da campanha depende também do espírito de iniciativa de todo o nosso Partido. Temos que, com coragem e compreensão, alargar a campanha às mais amplas camadas trabalhadoras, ao nosso Povo e a todos os democratas, mesmo aos que, não sendo comunistas, estão com o nosso Partido e, justamente, vêm nele o mais poderoso baluarte da resistência ao fascismo, de defesa das conquistas da Revolução.»

DEFENDER A LIBerdade MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA

A última intervenção do comício foi feita pelo camarada Carlos Costa que, depois de saudar o povo do Norte pela sua luta — em condições tantas vezes difíceis — pela liberdade e por melhores condições de vida, historicou brevemente aspectos dos 56 anos de luta do PCP, «Em toda a sua história, declarou, o PCP lutou como em nenhuma outra organização política, pela liberdade do nosso Povo. Hoje como ontem, nós vemos em todo o País, particularmente no Norte, no Centro, nos Açores e na Madeira quem quer a liberdade do nosso Povo e quem está contra ela.»

«Depois de assegurar que, tal como no passado e no presente, os comunistas continuarão «a lutar no futuro para preservar as liberdades conquistadas pelo Povo», Carlos Costa denunciou a participação dos «democráticos» do PPD, em particular Sá Carneiro, numa tentativa de golpe de Spínola e Palma Carlos, bem como no apoio dos «democráticos» do CDS ao apelo da «maioria silenciosa» e à intenção de 28 de Setembro «E claro, disse com ironia, que — quanto a bombas, moccas e terrorismo — nada têm a ver!».

Proseguindo, Carlos Costa disse: «Na história do nosso Partido, a luta pelas liberdades andou sempre indissolúvelmente ligada à luta pelo melhoramento das condições de vida da classe operária e de todo o povo trabalhador.»

Reafirmando os objectivos supremos do PCP, Carlos Costa salientou que os comunistas desempenharam um importantíssimo papel na obtenção de conquistas revolucionárias após o 25 de Abril. «Mas existem forças, referiu, que — declarando a sua admiração pelo passado de luta e resistência do nosso Partido, dizem que, depois do 25 de Abril, o PCP só cometeu erros. Às vezes, quando tal lhes convém, chamam a esses pretensos erros «ignóbilismo».»

«Depois de Carlos Costa ter prestado homenagem ao

destacado revolucionário Vasco Gonçalves, um enorme coro irrompeu a gritar durante bastante tempo: «Vasco! Vasco! Vasco!».

A emoção e a alegria suscitada pela figura do homem que presidiu a quatro governos provisórios era patente no rosto dos presentes e no vigor do coro constituído pelos muitos milhares de pessoas que enchem as amplas instalações do Palácio.

CUMPRIMOS HISTORICAMENTE O NOSSO DEVER INTERNACIONALISTA

Como assinalou Carlos Costa, desde os primeiros anos de vida, o PCP adoptou a tese de «que não pode ser livre um povo que oprime outros povos.» Por isso, tanto quanto lhe foi possível, o nosso Partido desmarcou a opressão colonial e apoiou a luta dos povos das ex-colónias portuguesas.

«Quando se aproximou a hora dos povos das colónias portuguesas passaram à luta final que havia de levar à sua vitória, recordou, cumprimos historicamente o nosso dever internacionalista.»

Mais adiante declarou: «Há precisamente um mês, uma delegação do PCP esteve presente no Congresso da Frelimo. Fomos aí alvo das maiores manifestações de amizade e solidariedade por parte dos militantes da Frelimo, dos seus dirigentes, nomeadamente do Presidente Samora Moisés Machel, e do próprio Congresso. Mais uma vez ficou claro que o colonialismo não conseguiu separar o povo português do povo moçambicano.»

«Foi para nós uma imensa alegria assistir às decisões históricas deste Congresso, decisões que vão ter enorme importância para toda a África e para a própria correlação de forças mundial. Na verdade, o Congresso decidiu criar em Moçambique um Partido irmão, marxista-leninista, que continuará a ter o nome de Frelimo. Decidiu igualmente que o objectivo imediato fundamental deste Partido era a criação das condições necessárias à ulterior edificação do Socialismo.»

«Naturalmente, salientou, ouvimos estas decisões com a alegria e emoção que teríamos se estas fossem as nossas próprias decisões.»

«As nossas relações com a Frelimo e com os outros movimentos de libertação não são de hoje. Foram forjadas no sangue e nas prisões e por isso os novos países africanos libertados do colonialismo português sabem que tiveram, têm e continuarão a ter no PCP a amizade e a solidariedade militante de sempre.»

«No passado, a reacção acusava-nos de sermos anti-patrióticos por defendermos o direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português. Mas nós sabemos que procedendo de tal modo defendíamos de facto a honra e os interesses imediatos e longíquos do Povo português. A nossa posição era, na verdade, a única consequentemente patriótica. Os factos demonstraram que tinhamos razão.»

Proseguindo afirmou: «Hoje, a reacção crítica e especula com as relações fraternais e de solidariedade militante que nós mantemos com a Frelimo, o MPLA, o PAIGC e o MLSTP. Mas nós sabemos que é do maior interesse do Povo português o estabelecimento das mais fortes relações de amizade e estreita cooperação entre os povos e os Estados de Portugal, de Moçambique, de Angola, da Guiné e Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe.»

«Denunciamos a agressão e ocupação imperialista de Timor Leste pela Indonésia, e a política inconsequente da China que de facto tudo faz para que mantenha a colónia de Macau.»

«Seremos sempre, por um lado, contra o colonialismo, por outro, pelo estabelecimento de relações fraternais entre os Povos.»

FIRME RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Após ter apresentado vários factos que revelam, por uma lado, a intensificação da ofensiva da reacção contra o Portugal democrático e, por outro lado, a firmeza da resistência dos trabalhadores, o reforço de sua unidade e combatividade, Carlos Costa analisou os traços dominantes da situação no Norte do País começando por salientar: «Nesta fase de luta acesa e de indeterminação política, em que

a reacção levanta a cabeça e o Povo resiste, muitas atenções se concentram no Norte, pois, é aqui que em boa parte, se decide a sorte da Revolução. E que estamos nós a ver no Norte?»

Respondendo àquela pergunta, começou por assinalar as diminuições significativas de votos registados pelo PPD e CDS e o aumento de 50 mil votos obtidos pelo «Povo Unido» que viu listas da FEPU ou de grupos de cidadãos eleitores conseguirem altas votações em numerosas freguesias, em muitas das quais ficou em primeiro lugar. «Todo o panorama eleitoral do Norte começa a mudar e a mudar a grande velocidade», disse Carlos Costa que aproveitou, de seguida, o ensejo para saudar «a extraordinária combatividade» revelada nas últimas semanas pelos trabalhadores têxteis do Norte.

Proseguindo a sua intervenção, declarou: «A resposta dos trabalhadores do Norte à repressão e às tentativas de

médica. Em muitas aldeias e freguesias de Trás-os-Montes, Braga e Viana, são eleitas comissões de utentes de baldios que lutam contra a reacção e os caciques, pela recuperação dos baldios para o povo. Desenvolve-se a luta pela democratização do regulamento e funcionamento das Casas do Povo.»

O descontentamento dos camponeses face à política do Governo e do Ministro Barreto aumenta. Os adubos viram o seu preço agravado em 25%. O comércio de gado foi entregue aos grandes negociantes. A batata só foi tabelada no consumidor, depois de os grandes proprietários terem comprado aos agricultores grandes quantidades a preços mais baixos.

Entretanto, como realçou Carlos Costa:

«Os camponeses protestam contra essas medidas, organizam cooperativas de comercialização, (Vila Real, Gaia, Boticas, etc.). Formam-se cooperativas de produção, como em Gaia, Valongo, Vilar de

Mouros e Cortiços, etc., etc.»

«Como dizia o nosso camarada Álvaro Cunhal no VIII Congresso, «no dia em que o campesinato do Centro e Norte engrossa a torrente da Revolução, as forças reaccionárias estarão definitivamente perdidas. Os grandes progressos verificados levam a confirmar que não estará longe o dia em que aqueles que trabalham a terra nas zonas ocupadas se levantarão finalmente em massa contra os seus explorados e opressores!».

«Nós sabemos, frisou, que no Norte e no Centro, a opressão ainda continua. Mas hoje podemos dizer que já ninguém cala, nem nada retém a luta do Povo contra a opressão.»

«A luta alarga-se a muitos outros sectores e empresas do Norte. Na construção civil, em que a classe aguarda há quase dois anos o CCT, na paralisação de 90% dos trabalhadores do Norte. No sector dos fabricantes de material eléctrico, no dia 4 de manhã, a paralisação foi quase total em empresas como a Efacec, a Desco e a Prah. Os trabalhadores do comércio do Porto não abdicam da semana inglesa e do descanso no domingo e concentraram-se em número de alguns milhares, ontem, aqui no Porto. Os metalúrgicos lutam pelo novo CCT Vertical e fazem face ao boicote sistemático do patronato. A luta na Alumínia pelo pagamento do 13.º mês saiu-se pela vitória.»

INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DOS CAMPOSES DO NORTE

Reportando-se à luta travada pelos camponeses do Norte, Carlos Costa salientou que «começa a tomar grandes proporções e este é dos factos mais positivos de toda a situação nacional.»

Face às tentativas do Governo de alteração da Lei do Arrendamento Rural, numa clara cedência às pressões da CAP e de outras forças reaccionárias, e à violação dos grandes proprietários, «o MARN cresce, consolida-se, e milhares de rendeiros do Norte e Centro exigem o cumprimento da Lei em diversos encontros e reuniões, impõem a assinatura de centenas de contratos escritos e vencem numerosos processos.»

«Avança a organização independente dos pequenos e médios agricultores. Há dezenas de ligas já constituídas ou em formação. Os sindicatos agrícolas do Norte estendem já a sua actividade aos distritos do Porto, Braga e Vila Real. No Douro, travam-se importantes lutas pelo cumprimento do salário mínimo e é aprovado um caderno reivindicativo dos assalariados agrícolas. Inicia-se a luta dos camponeses pelo fim da discriminação das pensões e pelo aumento do seu valor, pela melhoria da assistência

SEM OUVIR OS TRABALHADORES NÃO HÁ SOLUÇÕES PRÁTICAS POSSÍVEIS

Carlos Costa analisou detalhadamente a situação da economia nacional, considerando que, «de entre todos os problemas que exigem soluções urgentes, se destacam certos problemas económicos e financeiros.»

«O mais agudo destes problemas é sem dúvida o da balança de pagamentos directamente originado pela grande diferença entre o que se importa e o que se exporta — balança comercial. Este problema que tem as suas raízes na política económica do fascismo e do colonialismo e que estaria hoje em vias de solução se se tivesse prosseguido a política de IV e V Governos, foi imediatamente agravado pela desastrosa e desastrosa política do VII Governo e do Governo actual. Basta dizer-se que as diferenças entre o que se importou e o que

se exportou no último ano ultrapassou de longe todas as metas anteriores, cerca de 73 milhões de contos.»

Como destacou Carlos Costa, «o déficit da balança de pagamentos tem por base um problema económico que vem de longe: a diferença entre a produção e o consumo, que atinge cerca de 50 milhões de contos. Mas, se se fala de diferença entre a produção e o consumo, é preciso saber-se quem é que consome a mais e porque é que se produz de menos.»

«No passado, Marcelo Caetano, e agora Mário Soares, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, diziam e dizem que os trabalhadores é que consomem demais e produzem de menos.

«Após ter criticado o Governo do PS, por procurar iludir estas questões com empréstimos externos e com uma política de recuperação agrícola, capitalista e imperialista, Carlos Costa frisou que o PCP considera ser possível sair da crise, assegurar o desenvolvimento económico e melhorar o nível de vida dos trabalhadores.»

«Mas sem dúvida que são necessárias medidas imediatas e concretas que reduzam rapidamente o consumo dos parasitas, limitando as importações aos bens essenciais, que aumentam

a produção utilizando toda a capacidade produtiva instalada e a mão de obra desempregada de modo a substituir importações, aumentar exportações e alargar o mercado interno.»

«A Direcção do nosso Partido, os nossos economistas e técnicos têm estado a estudar a fundo estes problemas e, em breve, todas as células de empresa do Partido, todos os trabalhadores que conosco queiram colaborar no encontrar de soluções concretas, serão chamados a discutir o que é que se poderia fazer de importar, o que é que em cada empresa se pode produzir a mais ou produzir de novo, que alterações se deveriam fazer nos processos produtivos, etc., etc.»

«Feito este indispensável trabalho, então o nosso Partido proporá ao País não só a orientação geral para a resolução dos problemas, mas também as medidas concretas e imediatas que é necessário levar a cabo para vencer a aguda situação existente. Preparai-vos pois para estudar os problemas que vos vamos colocar.»

O GOVERNO PRETENDE REDUZIR OS SALÁRIOS REAIS

As recentes medidas económicas do Governo foram analisadas por Carlos Costa, na parte final da sua alocução, tendo, a propósito da desvalorização do escudo, assinalado que, devido à estrutura do nosso comércio externo, ela não produzirá o objectivo visado, isto é, diminuir as importações.

«Na verdade, salientou, uma parte muito importante das nossas importações é constituída por bens essenciais que não podem deixar de ser importados.»

«E quanto à outra fatia ainda grossa de artigos desnecessários destinados aos parasitas, estes têm dinheiro suficiente para pagarem os 15% a mais.»

«A única maneira de diminuir as importações seria proibir radicalmente as importações de luxo ou supérfluas destinadas aos parasitas e substituir muitas outras importações por artigos que se passassem a produzir em Portugal.»

«Quanto ao efeito dos 15% nas exportações o Governo tomou um conjunto de medidas tais que todos os preços vão subir bem mais de 15% e, portanto, fica completamente anulado, por esse lado, o efeito da desvalorização dos 15%. Mas ainda que assim não fosse quanto aos preços, (e será, como veremos), também a estrutura da nossa exportação é tal que ela não poderia responder ao estímulo dos 15% sem se tomarem prévias medidas no campo da produção que o Governo não tomou.»

«A razão real pela qual o Governo tomou esta medida de desvalorização da moeda foi a pressão imperialista e o propósito do Governo de baixar os salários reais.» Frisou a concluir, Carlos Costa.



O Palácio de Cristal, no Porto, encheu-se por completo por ocasião da comemoração do aniversário do Partido

UNIDADE, CONFIANÇA E ALEGRIA

Tal como nos dois anos anteriores, as comemorações de mais um aniversário do Partido Comunista Português, no Porto, mobilizaram milhares e milhares de pessoas que demonstraram o seu empenhamento na luta pela consolidação da democracia, na defesa das grandes conquistas da Revolução e a sua alegria pela passagem de mais um ano na vida da vanguarda organizada da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

É difícil estimar o número dos que se deslocaram ao Palácio para participar no comício-festa, na manhã desportiva, na tarde infantil, na projecção de filmes e na sessão de canto livre. Todavia, quem assistiu ao maravilhoso acolhimento e enlace entre as diversas iniciativas e intervenções a multidão que pejava a nave central não pôde deixar de ficar impressionada com a sintonia que se registava entre os artistas e os milhares de presentes. Simultaneamente, era constantemente entoado em uníssono um grito — «PCPI!» — que significa muito para quem, não querendo regressar ao passado fascista, deseja construir um Portugal democrático rumo ao socialismo, como consagra a Constituição portuguesa.

Largas dezenas de mensagens de saudação enviadas por organismos do Partido de todos os pontos do Norte foram lidas através da instalação sonora. Palavras singelas de confiança, alegria e de unidade dos comunistas, foram sempre sublinhadas com enormes aplausos.

A festa propriamente dita começou quando o conjunto musical tocou o «Avante, camarada». Momentos antes, uma largada de baldos da cúpula da nave central e um cartaz vitoreando o 56.º aniversário do PCP suscitaram o júbilo e a alegria dos presentes. Até cerca das 3 horas da madrugada, milhares de pessoas dançaram animadamente e adquiriram numerosos produtos e especialidades nos diversos pavilhões instalados, próximo das bancadas, por organismos do Partido que procuraram impulsionar a campanha dos 50 mil contos.

Cerca das 10 horas, muitas centenas de pessoas regressavam ao Palácio para participar na manhã desportiva que se realizou nos terrenos anexos ao pavilhão. Muitos deles ouviram, uma hora antes, foguetes que foram lançados em vários pontos da cidade comemorando a efeméride festiva. Entretanto, jovens e adultos participaram animadamente nas diversas provas programadas. Praticou-se atletismo e ginástica, jogou-se futebol e basquetebol, houve corridas de bicicletas e passeios de barco no lago. Adultos participaram esportivamente numa mini-maratona.

Uma multidão de crianças acompanhadas pelos familiares começou a afluir por volta das 15 horas, para as imediações do Palácio onde decorreu uma animada tarde infantil com a participação de diversos artistas e grupos,

exploração colonial, às rermosas dos emigrantes, às receitas deixadas pelos turistas.»

Após ter criticado o Governo do PS, por procurar iludir estas questões com empréstimos externos e com uma política de recuperação agrícola, capitalista e imperialista, Carlos Costa frisou que o PCP considera ser possível sair da crise, assegurar o desenvolvimento económico e melhorar o nível de vida dos trabalhadores.

«Mas sem dúvida que são necessárias medidas imediatas e concretas que reduzam rapidamente o consumo dos parasitas, limitando as importações aos bens essenciais, que aumentam

nomeadamente: Rancho Infantil de Moreira da Maia, Pioneiros de Valadares, palhaços, ilusionistas, contorcionistas, Orquestra Infantil da Maia; Pioneiros do Porto, o Grupo Coral de Ferreira do Alentejo e uma delegação do Circo de Moscovo.

A presença destas duas delegações suscitou — como seria de esperar — uma extraordinária onda de entusiasmo de todos os presentes, que aproveitaram o ensejo para manifestar a sua solidariedade e admiração à luta, às conquistas e aos triunfos dos heróicos trabalhadores alentejanos e soviéticos. É impossível descrever o modo como a multidão reagiu ao anúncio daqueles dois agrupamentos.

Falando em nome da delegação dos artistas soviéticos, Olleg Popov manifestou o regozijo de todos os seus companheiros por participarem na Festa e ofereceu um cartaz ao nosso Partido que entregou ao camarada Carlos Costa que se encontrava acompanhado pelo camarada Ângelo Vêloso. António Abreu, em nome da DORN, agradeceu a oferta e manifestou o desejo dos comunistas portugueses de se reforçarem os laços de amizade entre os dois povos e as respectivas vanguardas revolucionárias.

Durante cerca de meia hora, alguns dos elementos que integram o melhor circo que alguma vez pisou a nossa terra proporcionaram momentos de grande alegria e beleza, sendo entusiasmaticamente aplaudidos.

A sessão da tarde encerrou com a projecção dos filmes «Os comunistas portugueses» e «Imagens da Revolução». Entretanto, pouco depois, iniciava-se para terminar cerca da 1 hora da madrugada de segunda-feira, uma sessão de canto livre com Adriano Correia de Oliveira, José Manuel Osório, José Jorge Letria, Grupo Coral de Ferreira do Alentejo e Luís Viegas. Igualmente, ascendia a muitos milhares o número dos presentes que assistiram à actuação de alguns dos valores mais representativos da música progressista portuguesa.

Tomando os seus desejos por realidades, alguns órgãos de informação ao serviço dos interesses capitalistas e imperialistas propalam o que designam por «isolamento do PCP». Esta, como todas as outras jornadas realizadas de Norte a Sul do país constituem o mais claro desmentido de tais asserções. Talvez por isso mesmo e devido ao «nacional pluralismo» que domina esses meios de comunicação social, incluindo jornais estatizados, o espaço reservado às notícias das realizações dos comunistas portugueses no 56.º aniversário do seu Partido foi diminuído. Contudo, nem assim conseguem alterar a verdade dos factos.

Uma unidade, alegria e confiança no futuro dos comunistas e dos antifascistas que acorrem à jornada são um facto e reforçar-se-ão. Sempre e cada vez mais. A vitória é difícil, mas é nossa!

COOPERATIVAS FALAM AO «AVANTE!» SOBRE O CONGRESSO QUE COMEÇA AMANHÃ

Começa amanhã o I Congresso em Liberdade das Cooperativas de Consumo. Nos dias 11, 12 e 13, cooperativistas estarão reunidos no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, no que poderia ser uma grande e positiva discussão em torno do movimento cooperativo português mas cujas deficiências de organização, incluindo um certo descuido quanto à mobilização das cooperativas a tempo e horas por parte da Comissão Organizadora, fazem deste encontro um passo, importante sem dúvida, para o futuro do cooperativismo português, mas não o Congresso que a tradição, a maturidade e a capacidade do movimento cooperativo em Portugal permitem legitimamente esperar.

Mas ainda que este não seja o Congresso o digno das capacidades e do papel que o movimento cooperativo pode e deve desempenhar na construção de uma nova sociedade e na mobilização das massas populares a diversas formas de participação, a sua realização é positiva na medida em que vem permitir o levantamento de problemas e o alerta dos

cooperativistas para esses mesmos problemas. No sentido de contribuir para a discussão necessária em torno do I Congresso das Cooperativas de Consumo, ouvimos três cooperativistas que apresentaram o seu ponto de vista sobre algumas deficiências do Congresso acentuando sempre, no entanto, a necessidade de nele participar, tornando-o um passo importante

para o futuro do cooperativismo entre nós. Diamantino Reis, da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Banco Nacional Ultramarino, abordou a questão do Regulamento do Congresso. «O regulamento, que deve ter sido elaborado pela Comissão Organizadora do Congresso, apresenta algumas deficiências, especialmente no que se refere ao

processo de votação, aos temas indicados para discussão (deveriam ser mais do que cinco, deveria, por exemplo, incluir-se um tema relativo aos trabalhadores das cooperativas de consumo), à questão da classificação, organização e discussão das próprias teses pela Comissão Organizadora, aos tempos de intervenção para esta mesma discussão, às conclusões a tirar de cada sessão, trabalho em que deverão participar os redactores das teses. E há ainda uma questão fundamental com que não concordamos: é a divergência de critério na votação no Plenário do Congresso e nas secções. Nas secções têm voto as cooperativas e os cooperativistas. Ora quando se vai para Plenário geral só têm voto as cooperativas. Há aqui portanto uma dualidade de processo. Por outro lado, em 3 dias de Congresso, de trabalho útil teremos apenas 7 horas. Não há uma ampla discussão necessária deste Regulamento porque não foi divulgado largamente pelas cooperativas e a Comissão Organizadora não prevê que o Regulamento seja posto à aprovação no Congresso. Mas aqui há uma fuga processual, pois ele deveria até ter sido posto à discussão das cooperativas muito antes da realização do Congresso e aceites alterações. Já que assim não foi feito, uma condição básica agora é o Regulamento ser posto à votação, evidentemente no primeiro dia de trabalhos e se houver alguma proposta de alteração esta deverá ser admitida, analisada e votada.»

Da Cooperativa Crédito e Confiança no Futuro falou-nos o cooperativista Almeida. «Os vários adiamentos desde Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, e agora ultimamente para 11, 12 e 13 de Março, provam o fraco grau de mobilização obtido pela Comissão Organizadora. Até 25 de Fevereiro, havia 18 inscrições das 120 cooperativas do distrito de Lisboa. Também o preço da inscrição, 100\$00, não contribui para incentivar a participação. A divulgação do Congresso foi, pois, muito fraca. As teses foram distribuídas com grande atraso, muitas das cooperativas não as receberam e portanto não as poderão discutir previamente com os cooperativistas de molde a assegurar uma participação mais positiva no Congresso. A semana passada, apenas haviam sido distribuídas quatro teses, e nos dias 7 e 8, foram distribuídas mais oito, num total de vinte e cinco teses. Muitas cooperativas terão conhecimento das teses posteriormente. As deficiências do aparelho técnico poderão ter sido suprimidas: houve propostas à Comissão Organizadora para se servir dos aparelhos técnicos dos sindicatos: pois as cooperativas não estão desligadas dos

trabalhadores. Só em desespero da causa a Comissão Organizadora começou a semana passada a recorrer ao aparelho técnico do Sindicato dos Têxteis. Estes atrasos na divulgação das teses não parecem, no entanto, ser devidos à falta de fundos... «Estas deficiências de mobilização enraizam-se em deficiências da organização da própria Comissão Organizadora que é constituída por número igual de delegados por distrito independentemente do número de cooperativas de cada distrito. As reuniões eram de 15 em 15 dias e com frequência ou os delegados não compareciam ou as decisões morriam nos próprios delegados. Daqui resultou que em muitas cooperativas não foram feitas assembleias e as cooperativas só souberam da realização do Congresso no momento em que lhes chegou a carta para se inscreverem.»

Da Cooperativa Prolium de Queluz, falou-nos o cooperativista Picarra. «Em relação à forma como está organizado o Congresso tenho a dizer que as cooperativas se sentem prejudicadas na medida em que não obtêm resposta para as suas dúvidas quando consultam a Comissão Organizadora. Por outro lado, acontece um facto preocupante: qualquer pessoa que pertença a qualquer Comissão Organizadora de uma futura cooperativa, pode participar no Congresso e votar enquanto as cooperativas só podem estar representadas, no máximo, por cinco elementos, um por secção. O que quer dizer que se falhar um destes cinco, a cooperativa perde a posição na secção. Isto não nos parece justo para os militantes que dão o melhor do seu esforço e do seu entusiasmo ao desenvolvimento do cooperativismo entre nós. Parece-nos que o justo seria que cada cooperativa pudesse estar representada por 10 elementos.»

«No entanto, a realização do Congresso é positiva como reflexão, para apontar caminhos nos não para tomar decisões que criem situações que mais tarde sejam difíceis de resolver pelas cooperativas que ainda neste momento não estão preparadas. Aliás, a fraca mobilização, a não oportunidade de discussão ampla, impossibilitam que se tomem decisões rígidas que pecariam por não ter representatividade mas ser impostas apenas por meia dúzia em relação às muitas cooperativas de consumo existentes no País. O que deveremos apontar é para a realização de um novo Congresso bem preparado, onde, as cooperativas tomariam decisões mais definidas. Quanto ao esquema apresentado de Unões e Federação, não pode fugir-se dele. Mas neste momento, por tudo o que foi dito, só poderá avançar para a formação de um Secretariado representativo a nível nacional, que impulsionará e coordenará o trabalho do movimento cooperativo. De modo a que se prepare então o Congresso representativo da consciência dos problemas e da capacidade das cooperativas e em cuja organização elas participem activamente.»

Os cooperativistas com quem falámos também se referiram ao facto negativo de a organização ter estado demasiado centralizada na pessoa e feitos do senhor Hermann Lamm, que embora apresentado pela Comissão Organizadora como um grande cooperativista que tentou impulsionar o cooperativismo na Índia, Moçambique, Venezuela e Argélia (nestes últimos países com êxito), não terá a experiência de cooperativismo tão duramente forjada pelas cooperativas portuguesas antes e durante o fascismo, enraizadas na realidade que lhes é própria, conhecendo profundamente quais os problemas com que se debatem e por isso mesmo muito mais capazes de os resolver do que um elemento estranho.

UM RESERVATÁRIO QUE APOIA A REFORMA AGRÁRIA

Experiência nova para os trabalhadores e incómoda para o MAP: reservatório disposto a aceitar uma terra que não ponha em causa a viabilidade económica da UCP

Que um reservatório se revele disposto a respeitar o processo da Reforma Agrária é experiência invulgar para os trabalhadores da UCP e bastante incómoda para o MAP, que tem vindo a utilizar o reservatório, quer sejam proprietários expropriados, rendeiros, seareiros, guardas, comerciantes, etc. como instrumentos de sabotagem das formas colectivas de exploração da terra. No entanto, esta experiência aconteceu. E vale a pena dela dar notícia, ainda que não com o objectivo de semear ilusões acerca das disposições dos reservatórios, cuja maioria esmagadora, quer por origem, quer por oportunismo, opõe à Reforma Agrária, como a todas as grandes conquistas democráticas, a mais feroz resistência.

Os reservatórios da UCP «Muralha de Aço», todavia, encontram pela frente um reservatório que longe de condescender com qualquer área que o CRRA de Beja lhe venha a atribuir independentemente desta pôs ou não em riscos a viabilidade económica da UCP, está disposto a «acelar de bom grado uma área com condições equivalentes à daquela que lhe venha a ser atribuída, em virtude de desejar e pensar que esta seria a forma mais concreta de apoiar o processo da Reforma Agrária.»

Pela primeira vez assistimos a um acordo entre trabalhadores de uma UCP e um reservatório. Pode o CRRA de Beja, fiel à tática do MAP conceder àquele uma reserva qualquer no seio da «Muralha de Aço»? O reservatório comprometeu-se a devolvê-la à UCP, aceitando antes uma outra equivalente mas cuja atribuição resulte como uma «solução do agrado de todos.»

O caso deste reservatório constitui um exemplo para outros, rendeiros e seareiros que, tendo sob o domínio do latifundiário «comido o pão que o diabo amassou», esquecem depressa a sua origem de classe de camponeses pobres, esquecem depressa a pressão económica e social que os vitimou, aceitando de bom grado o que o MAP lhes oferece hoje para destruir as UCP, para amanhã arruinar as pequenas propriedades a favor de novo domínio latifundiário.

Um exemplo a reter ainda porque demonstra que mesmo nas condições mais difíceis e adversas é possível, em determinadas circunstâncias, enriquecer a aliança, baseada em interesses económicos, políticos e sociais entre os operários agrícolas e o campesinato.

OS EMIGRANTES EM FRANÇA E A VISITA DO 1.º MINISTRO

Os trabalhadores emigrantes em França, da mesma forma que nos outros países capitalistas onde se encontram compatíveis nossos, têm visto agudizar-se as suas condições de vida e trabalho, ameaçados pelo espectro do desemprego, consequência da crise que abala o sistema capitalista, sujeitos a viverem em habitações inadequadas e às mais duras e difíceis condições de trabalho, vítimas do sistema que o 1.º Ministro de Portugal lhes aponta como um paraíso.

Ainda recentemente foi assinado um acordo entre os governos Português e Francês relativo à emigração e para o qual os principais interessados não foram ouvidos. O acordo contém muitas intenções de vago conteúdo e muito poucas soluções concretas, não correspondendo aos legítimos interesses dos trabalhadores emigrantes, manifestados por estas diversas vezes em resultado de amplas discussões como é o caso do Memorando da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses em França (Comissão constituída por representantes de Associações e outras organizações de massas) e das conclusões aprovadas no Encontro da Emigração promovido pela Intersindical em Agosto último.

Na discussão que precedeu a assinatura deste acordo foi afirmado pelos responsáveis governamentais portugueses que os trabalhadores emigrantes seriam ouvidos, o que de facto não aconteceu: de forma ampla e representativa.

Assim o acordo, elaborado em gabinetes por técnicos da SEE que pouco mostraram conhecer dos problemas da emigração em França, não contemplou as questões de solução mais premente que o emigrante português enfrenta.

Ao contrário do que tem vindo a afirmar o governo minoritário do Partido Socialista, os trabalhadores portugueses emigrados não são ouvidos para as decisões que lhes dizem respeito, como o promem a sua marginalização na discussão preparatória do acordo citado e mais recentemente os acontecimentos ocorridos aquando da estadia do Primeiro-Ministro Mário Soares em Paris, no início desta semana. Relativo a estes últimos acontecimentos, transcrevemos o seguinte comunicado, divulgado no dia 8 pelas 28 Associações que lhe

solicitaram audiência. Uma delegação de representantes de associações de trabalhadores portugueses emigrados em França deslocou-se ao hotel Crillon a fim de encontrar-se com o Primeiro-Ministro de Portugal, que ao ter a presença do conselho social da embaixada, o qual comunicou que o Primeiro-Ministro de Portugal, que ao ter conhecimento da ocupação das instalações dos serviços de apoio à emigração, se decidira a recebê-la.

Accolhida brutalmente pela polícia francesa que arrastou os emigrantes para trás de umas barreiras instaladas no passeio fronteiro, a delegação exigiu a presença do conselho social da embaixada, o qual comunicou que o 1.º Ministro apenas recebia 10 emigrados e não os representantes de cada associação, como era vontade expressa de todos os presentes.

Receando essa exigência, a delegação decidiu no entanto designar 10 elementos com o objectivo de não perder a oportunidade de exprimir o sentimento de descontentamento e protesto que a aprovação do tratado a ocupação da ex-SEE.

Na ocasião que se propunham entregar-lhe pessoalmente, consideraram igualmente importante apresentar de viva voz algumas das mais urgentes reivindicações, bem como as suas apreensões quanto aos objectivos das forças da direita

reaccionária e dos seus reflexos na emigração.

Com o salão repleto de agentes do serviço de ordem da polícia francesa, o 1.º Ministro, arrancando a moção das mãos de um dos membros da delegação, recusou-se a ouvi-la e fez saber que não tinha tempo a perder para discutir com gente que não representava nada, que o Carnaval tinha terminado já, e que ia dar instruções ao seu embaixador e consules para também não perderem tempo com as Associações.

Todas as tentativas dos membros da delegação para expor os problemas da emigração foram interrompidas constantemente pelo 1.º Ministro que não cessava de repetir que já conhecia a música e que tinha mais que fazer do que discutir com a delegação.

Foi com uma dessas declarações que, voltando costas aos emigrantes, deu por terminada a audiência que fora obrigado a aceitar pela acção unitária e persistente de 28 associações, que desde as 10 horas da manhã até cerca das 22 horas lutaram por aquele encontro.

A delegação dos 10, acompanhada das dezenas de representantes das associações que ficaram à distância, contidas pela polícia francesa, aguardando a sua saída, reuniu-se em seguida para redigir este comunicado à imprensa e a todas as Associações de Portugueses.

1ª FEIRA UNIVERSITÁRIA DO LIVRO Até ao próximo dia 16 em Lisboa, Porto e Coimbra

Decorre até ao próximo dia 16 em Lisboa, Porto e Coimbra a 1ª Feira Universitária do Livro, subordinada ao tema «A ciência e a cultura: um direito da juventude». Um direito ainda não conquistado e que só será conseguido — tal como refere a Comissão Organizadora da 1ª FUL, através de uma circular dirigida à imprensa — pela luta constante na imposição de formas novas e progressistas de comunicação cultural e científica entre a juventude; tanto mais necessárias quando se constata o grande vazio cultural existente com a quase nula realização de espectáculos culturais e de

convívio, de colóquios, exposições, visitas de estudo, etc... O mesmo comunicado sublinha ainda que «se a ciência e a cultura, como direito, o são antes de mais de todo do Povo, e se nós, como jovens, por ele lutamos, é porque a sociedade livre e democrática assim o impõe e permite como razão da sua própria sobrevivência. E ainda como direito que se conquista teremos que lutar pela democratização do «preço» da cultura e da ciência exigidas.»

De salientar que a 1ª FUL, que se mantém aberta ao público todos os dias úteis das 12 às 21 e 30 na Cantina Velha da Cidade Universitária, em Lisboa, e nas Faculdades de Letras do Porto e de Coimbra, «vai tentar dar uma resposta mais ampla e completa aos problemas apresentados, e ser um contributo para a dinamização da vida cultural e recreativa da população universitária.»

A 1ª Feira Universitária do Livro consta de uma exposição-venda de cerca de 2 mil títulos diferentes, «em grande parte escolhidos de acordo com a bibliografia das diversas faculdades». Os livros têm vindo a ser vendidos com 15 por cento de desconto em relação ao preço de capa e os livros do dia com 25 por cento. Além de constituir um factor de dinamização da vida cultural e recreativa da população universitária, através da promoção de colóquios, debates, passagem de filmes e espectáculos musicais, a 1ª FUL conta com a participação de algumas das principais editoras nacionais e estrangeiras, podendo o visitante adquirir os livros fundamentais dos grandes autores clássicos e modernos, portugueses e estrangeiros.

OS TEMAS DOS COLÓQUIOS

Entretanto, realizou-se ontem, na Cantina Velha da Cidade Universitária, um colóquio subordinado ao tema «Movimento Operário em Portugal». Estiveram presentes, entre outros, o camarada D. Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do «Avante!», Piteira Santos, César Oliveira e Borges Coelho.

Ainda no âmbito da FUL, iniciativa que conta com o apoio da UEC, está prevista a realização dos seguintes colóquios: amanhã, às 18 horas, no teatro de bolso da cantina, subordinado ao tema «Europa Conosco» com Carlos Carvalhas, Mário Murteira, António Bica e Vasco Cal. Sábado, às 16 horas, no recinto principal da feira, com o grupo «Trovante», Fernando Tordo e Paulo de Carvalho, que irão intervir sob o tema «Cantar também é Cultura», dia 14 (segunda-feira), às 16 horas, no teatro de bolso da cantina, sobre cinema de animação (será também projectada a película «A Juventude de Máximo»), e às 21 h, na Faculdade de Direito, subordinado ao tema «Legislação operária» (está prevista a participação de alguns camaradas do Grupo Parlamentar); dia 15, às 16:30, sobre «A Literatura Portuguesa: que perspectivas», com José Gomes Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Álvaro Pina, entre outros (Maria Tereza Horta também colaborará), seguindo-se um recital de poesia com Fernanda Lapa; dia 16 (último dia da Feira), sobre «A Paz e a luta anti-imperialista», com Silas Gerqueira e outros membros do CPPC.

1ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE BENAVENTE

«Os comunistas devem ser os maiores defensores de uma ampla participação, os mais abertos ao contacto e à acção comum com todos os outros trabalhadores» — salientou o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, no decorrer da 1ª Assembleia da Organização Concelhia de Benavente do PCP, promovida no passado dia 5. Também presentes na mesa que orientou a sessão camaradas de outras Comissões Concelhias do distrito de Santarém e da Comissão Distrital e ainda um elemento da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo (DOROR). Além dos convidados, participaram nos trabalhos da Assembleia mais de duzentos membros da organização.

abrem o caminho para uma sociedade socialista.»

«Procedendo assim» — concluiu — «estamos a servir os trabalhadores, a servir todas as camadas populares, a servir o nosso País; estamos a contribuir, quanto nos é possível, para resistir aos ataques da reacção e à recuperação capitalista. Procedendo assim criaremos as condições para a vitória da Revolução Portuguesa.»

ELEITA A NOVA COMISSÃO CONCELHIA

No decorrer da sessão foi apresentado um relatório sobre a actividade da Comissão Concelhia cessante, tendo-se registado também diversas intervenções por camaradas ligados à informação e propaganda, aos fundos, a uma célula, aos sectores camponeses, metalúrgico e da construção civil e ainda à organização das mulheres trabalhadoras e às freguesias.

Depois de findo o primeiro ponto da Assembleia — a prestação de contas da actividade desenvolvida —, durante o qual se fez uma recolha de fundos para a Campanha Nacional dos 50 mil contos (que rendeu mais de 4 mil escudos), passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos: a eleição da nova Comissão Concelhia.

Respondendo às necessidades actuais do Partido neste concelho, foi apresentada uma lista com vinte nomes para a Comissão, que viria a ser eleita por unanimidade e aclamação.

À noite, foi promovido um convívio-festa onde estiveram presentes muitos camaradas e amigos do nosso Partido e suas famílias.

CAMARADA CHILENO EM PORTUGAL

De 28 de Fevereiro a 2 de Março, esteve em Portugal José Cademartori, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista do Chile. De visita ao Partido Comunista Português, José Cademartori foi recebido por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Último ministro da Economia do Governo de Salvador Allende, Presidente do Grupo Parlamentar do Partido, José Cademartori foi preso logo depois do golpe de Setembro de 73. Enviado

para o campo de concentração de Tres Alamos, foi libertado em Dezembro de 76, devido à luta do povo chileno e ao grande movimento de solidariedade internacional em favor dos patriotas e do povo do Chile, tendo sido expulso do seu país pela Junta fascista.

O camarada José Cademartori foi recebido pelo Presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes, numa audiência a que assistiram representantes dos grupos parlamentares do PS e do PCP.

GRANDE MOBILIZAÇÃO NO CENTRO E NO NORTE EM DEFESA DA LEI DO ARRENDAMENTO RURAL

Segundo informação do MARN, o Secretário de Estado do Fomento Agrário estaria a projectar para breve diversas alterações à Lei do Arrendamento Rural.

Contra tais alterações assistimos a uma mobilização extraordinária de rendeiros do Norte e Centro do país, conforme já largamente temos referido nas páginas do «Avante!». Organizados no seu movimento, o MARN, trabalhadores têm-se reunido em freguesias, aldeias e lugares para manifestarem o seu protesto veemente contra as alterações à Lei, que só pretendem ressuscitar a exploração dos agricultores rendeiros. Nomeadamente no Centro esta mobilização tem-se revelado muito intensa. Só no mês de Fevereiro realizaram-se dezenas de reuniões no distrito de Aveiro (em Carregosa e Vila da Feira), no distrito de Castelo Branco, no distrito de Viseu (em Lamego e S. Cosmado-Amaral), no distrito da Guarda, e no distrito de Coimbra (em Coimbra, Condeixa, Eira-Pedrinha, Lousã). Nomeadamente das reuniões de Condeixa e de Coimbra resultaram moções que foram enviadas aos órgãos de poder, tendo-se decidido pedir audiências ao Conselho da Revolução e à Comissão de Agricultura da Assembleia Nacional.

Em todas as reuniões tem-se manifestado unanimemente a vontade dos agricultores rendeiros em defender «a sua lei», lutando por:

- Contrato obrigatório para todos os senhorios;
- Proibição da parceria agrícola, para que não sejamos obrigados a dar metade ou mais da produção;
- Rendas justas e pensões para os senhorios pobres para que não caia sobre nós o sustento do senhorio;
- Comissões Arbitrais, com pessoas que garantam o cumprimento da lei.

Mobilizando os agricultores rendeiros para a luta contra as alterações à Lei do Arrendamento Rural, o MARN insiste na necessidade dos «rendeiros estarem unidos como os dedos da mão. É necessário fazermos ouvir a nossa voz, a voz de quem tem uma vida dura.»

«NÃO» À BANCA PRIVADA

A completa reestruturação do sistema bancário, o controlo efectivo da actividade dos bancos pelas respectivas Comissões de Trabalhadores, o «não» à banca privada e o desenvolvimento do controlo operário são as principais conclusões extraídas de um documento do Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP sobre as anunciadas fusões de bancos e do Seminário Sobre Reestruturação da Banca, que decorreu no último fim-de-semana na Associação Comercial Portuguesa, com a participação separada de trabalhadores bancários e de representantes dos partidos com assento na Assembleia da República.

A definição da banca como sector nacionalizado, afastando totalmente a hipótese da criação de bancos privados, apenas se opôs o representante do CDS. Segundo o «Diário de Lisboa», o representante do PSD remeteu para a responsabilidade das cúpulas e não do partido a recuperação da banca privada admitida por Sá Carneiro.

O representante do PCP reafirmou a prioridade do «avanço imediato das fusões» ao mesmo tempo que se define uma política de créditos, atendendo aos vários sectores da

actividade nacional, e se criam serviços comuns aos diversos bancos, para se conseguir uma redução dos custos. O delegado do PS considerou imprescindível que se proíba a criação de «estruturas paralelas de concessão de crédito» e frisou a necessidade da nacionalização «mediada das delegações bancárias no estrangeiro».

CANTO LIVRE

Nas instalações do Independente Futebol Clube Torrense, da Torre da Marinha, realizou-se amanhã, dia 11, pelas 21 e 30, o Primeiro Festival de Canto Livre Amador do Concelho do Seixal.

Fazem parte do júri Urbano Tavares Rodrigues e José Jorge Letria.

UJC DE SETÚBAL

A UJC de Setúbal comunica que devido a um atraso de ordem técnica, o sorteio da rifa distrital que estava para ser realizado no passado dia 3, foi adiado para 3 de Abril.

AS FRUSTRADAS ESPERANÇAS DO ANTICOMUNISMO

O comunicado final da reunião de Madrid entre os secretários-gerais dos Partidos Comunistas de França, Itália e Espanha, constituiu uma profunda decepção para a reacção internacional.

Sabe-se que uma tática fundamental do imperialismo, neste momento, é o fomento da divisão no movimento operário, entre as forças progressistas, no seio dos países socialistas, e muito em particular entre partidos comunistas.

A pretensa teoria do "eurocomunismo" surge como particularmente atraente, dentro dessa tática. Por isso tanto se tem insistido no termo, tanto se tem repisado a "necessidade" de independência face ao movimento comunista internacional, face à comunidade socialista, e face à sua vanguarda histórica — a União Soviética. Por isso, toda a imprensa reaccionária, a "pluralista" inclusive, colocou a reunião de Madrid sob os cabeçalhos do "eurocomunismo". E alimentou esperanças, nomeadamente quanto a uma ansiada condenação dos partidos comunistas no poder.

Tal não aconteceu. O comunicado final de Madrid tem como nota saliente a solidariedade para com o PCE, as forças democráticas e o povo espanhol, na sua luta por uma plena democratização. Ataca duramente "as provocações e crimes do terrorismo fascista, que pretendem entrar a marcha dos povos em direcção à democracia", reafirma o seu apoio à legalização do PCE e a sua solidariedade com os que se batem em Espanha pela libertação de há muito prometida e sempre adiada dos presos políticos.

O comunicado final de Madrid defende para França, Itália e Espanha a necessidade de "o mais amplo acordo possível das forças políticas e sociais dispostas a contribuir para uma política de progresso e de renovação". Ou seja, defende a política de unidade de todas as forças progressistas, contra o sistema capitalista em crise, rumo ao socialismo.

No plano internacional, defende-se o espírito da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, realizada em Berlim, de "solidariedade internacionalista e amizade na base da independência de cada partido, da igualdade de direitos, do respeito da livre escolha das vias e soluções originais que contribuem para a construção de sociedades socialistas e que correspondam às condições de cada país". Destaca a importância do desanuviamento da coexistência pacífica, das decisões de Helsínquia, da futura reunião de Belgrado.

O imperialismo esperava algo de muito diferente. Os títulos e comentários da imprensa capitalista, nomeadamente a do nosso país, mostram claramente o que era esperado, ou melhor, desejado: uma condenação do socialismo realmente existente; uma acha mais para a campanha caluniosa no que respeita às liberdades humanas nos países socialistas. Esperavam, mesmo, os anticomunistas mais optimistas a concretização daquilo que há muito andam a fomentar: uma cisão no seio do movimento comunista internacional.

A esperança frustrada foi transformada em "limitações do eurocomunismo". E os que ainda ontem incensavam o "comunismo democrático", declaram agora sem ambiguidades que, afinal, os comunistas são todos iguais... O que não deixa de ser um mérito da reunião de Madrid: deixar claro que as mesmas forças que se esforçam por dividir comunistas, lançar camaradas contra camaradas, acabam por reconhecer a unidade teórica do marxismo-leninismo, ainda que para o atacar globalmente. Em más mãos se mete quem escuta os cantos de sereia do revisionismo.

Agora a reacção renova ataques contra a unidade de esquerda, aponta-a como o papão, fala do "caos", de "despotismo", de "processos dramáticos". Se não obtém a estrondosa vitória de uma divisão entre comunistas, ao menos tenta-a entre as forças de esquerda. Se não consegue posições de direita, por parte da esquerda, esforça-se por isolá-la o mais possível.

Esta a lógica da direita. Corresponde integralmente aos seus objectivos. Impõe uma redobrada vigilância a todas as forças progressistas. Impõe a resposta firme da unidade. A mais temida pela reacção. A única válida. E necessária.



África do Sul: o terror racista aproxima-se do fim

RACISMO — UMA «LIBERDADE» DO MUNDO CAPITALISTA

O fenómeno do racismo está indissoluvelmente ligado ao sistema capitalista, à política nacional e internacional do imperialismo. É utilizado como arma da mais acentuada exploração de certos povos e países.

Trata-se de uma realidade particularmente aguda na Rodésia e na África do Sul. Uma realidade condenada internacionalmente, e que sobrevive ainda graças ao hipócrita apoio, sempre desmentido aliás, por parte dos países capitalistas desenvolvidos, dos Estados Unidos, da NATO.

Recentemente, a 28.ª sessão do Conselho de Ministros da Organização de Unidade Africana (OUA), em reunião que decorreu sob o sinal da solidariedade anti-imperialista, foi novamente condenada a sinistra aliança entre Israel e os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, verdadeiro desafio à África independente.

A Comissão dos Direitos do Homem (ONU) prossegue em Genebra o exame da violação dos direitos do homem na África do Sul, na Namíbia e na Rodésia. Como foi aí destacado, o apoio dos países ocidentais, em particular dos Estados Unidos, aos regimes racistas de Vorster e Smith, reforça o sistema de apartheid e de discriminação racial. Fornecendo auxílio militar a esses países, a NATO fornece objectivamente o apoio repressivo contra

o movimento de libertação nacional dos povos africanos.

NOS EUA E NA EUROPA TRABALHADORES CONTRA O RACISMO

Nem só nas reuniões internacionais se organiza o protesto contra a ignominia do racismo. Não só os países socialistas e outros povos que se seguem já uma via progressista se erguem contra o apartheid. Também os trabalhadores dos países cujos Governos são o apoio de tal prática vergonhosa lutam contra ela.

Mais de 3 mil pessoas participaram numa manifestação recentemente realizada em Anvers, na Bélgica, de protesto contra o apartheid na África do Sul. Nos Estados Unidos, o protesto organizado contra a discriminação de raças, assume um particular significado.

Os meios sindicais dos Estados Unidos condenam os crimes cometidos pelo regime racista da RSA e a violação dos direitos civis dos habitantes autóctones do país. Patrick Gorman, presidente do

Sindicato Unificado dos Operários da Indústria de Conserva de Carne e de Matadouros da América do Norte, enviou ao ministro da Justiça da RSA, em nome dos 550 mil membros do Sindicato, uma mensagem de protesto. Leonard Woodcock, presidente do Sindicato Unificado dos Operários da Indústria Automóvel, Aeroespacial e das Construções Mecânicas Agrícolas, um dos maiores sindicatos sectoriais dos Estados Unidos, declarou que a sua central apoia sem reservas a decisão das Centrais Sindicais Internacionais de boicotar o descarregamento e carregamento de navios sul-africanos, de não dar apoio técnico aos aviões da RSA. A revista sindical «Btcher Workmen» apela aos sindicatos americanos para desenvolverem um maior movimento de solidariedade para com os trabalhadores sul-africanos que lutam contra o sistema desumano do «apartheid» e a opressão racial. Sistema apoiado muito em particular nas mais de 72 companhias americanas instaladas na RSA para enriquecer com a super-exploração dos operários negros, e empenhadas em que essa exploração prossiga.

O papel dos chicanos nos órgãos legislativos locais é ainda menos importante. Não estão representados no Conselho Municipal de Los Angeles, onde constituem 20% da população. Na lista de 300 pessoas que existem na direcção de vários distritos da Califórnia, apenas se encontra uma dezena de nomes espanhóis.

Quanto à situação dos índios, é trágica. As miseráveis condições de vida, a fome, as doenças, condenam-nos de facto a um lento genocídio. Prática que também é uma das especialidades do imperialismo. Pela fome, pela guerra, ou pela esterilização.

Os índios, agrupados em cerca de 270 tribos, estão instalados em reservas, privados de qualquer defesa jurídica, de direitos sociais e económicos, sem falar já de direitos políticos. A sua vida resume-se a uma luta diária pela sobrevivência. A taxa de desemprego entre a população adulta, mesmo nos anos mais florescentes da economia americana, nunca desceu abaixo dos 70%. Actualmente ronda os 90%.

Frutos dramáticos da política interna e externa da «livre» América.

O RACISMO IMPLANTADO NOS EUA

África do Sul e Rodésia são casos hoje particularmente focados, onde a brutalidade repressiva é especialmente cruel e massiva, onde a luta contra o racismo se liga harmoniosamente como parte integrante da luta pela libertação nacional e até de todo o continente africano.

Mas não é só nas suas semi-colónias, nas terras exploradas pelas multinacionais com sede em Washington que os EUA utilizam e praticam o racismo. Isso começa no interior das suas próprias fronteiras, em relação a todas as minorias nacionais no país.

A CRISE TAMBÉM NO ENSINO

O "desemprego tecnológico", a percentagem de jovens, muitos com cursos superiores, que não encontra qualquer trabalho, a lei da sociedade capitalista de maximização do lucro, ajudam a compreender o desinteresse da sociedade capitalista pelo ensino, o agravamento incomportável dos seus custos.

Hoje, no século da revolução científico-técnica, nos Estados Unidos da América (e isto de acordo com dados oficiais), existem 23 milhões de americanos com idade superior a 16 anos, analfabetos.

Entretanto, 100000 estudantes ingleses lutam contra os anunciados aumentos das propinas. Vinte e nove colégios e universidades tiveram ocupações, formação de piquetes e greves, num movimento de protesto organizado pela União Nacional de Estudantes.

Na Universidade de Roma, reaberta após um período de encerramento no seguimento de desordens provocadas pelos fascistas, os estudantes ocuparam as instalações e anunciaram a organização de uma Assembleia da Juventude Estudantil, para examinar a grave crise do sistema do ensino no país e o problema do desemprego que atinge os que terminam os cursos superiores.

Em Tóquio, a partir de 1 de Abril, início do ano escolar no Japão, o custo dos estudos aumentará 19 por cento. Um sistema que se choça com o progresso no ensino e a cultura de massas, e os restringe e limita, um sistema que gera o desemprego e a pioria de condições de vida — nada mais pode fazer do que entregar a sua defesa à falsificação propagandística e à repressão. É isso mesmo que faz

PAÍSES SOCIALISTAS: AS ESTATÍSTICAS DO PROGRESSO

A deformação da realidade dos países socialistas é uma constante da propaganda burguesa. É um elemento importante da defesa do sistema. Há entretanto um campo em que a calúnia tem mais dificuldade em firmar-se, por se tratar de um terreno especialmente escorregadio — o campo dos números, das estatísticas, dos dados económicos.

É evidente que também aí é possível falsificar e distorcer. O capitalismo tem verdadeiros mestres na matéria. São conhecidas as divagações venenosas da imprensa reaccionária sobre as pretensas faltas de pão para os soviéticos, ou os desaires na agricultura. E ainda mais conhecida a ginástica a que se entregam as estatísticas do mundo do capital para apresentar dados menos catastróficos da realidade da crise em que está mergulhado. Mas há elementos que só o silêncio pode ocultar. Há números que nunca o sistema capitalista poderia apresentar.

Os balanços feitos pelos países capitalistas desenvolvidos da situação económica e social perante, apresentam-se com cores bem negras, em que se salientam os números relativos ao

desemprego, à inflação, às falências, aos retrocessos no ritmo de desenvolvimento económico. Também no mundo socialista foram feitos balanços idênticos. Os resultados de tais balanços são o oposto dos que se verificaram no mundo capitalista. São resultados que abrem as portas ao futuro. Em que se fala de programas na economia. De melhoria no ensino, na saúde, no bem estar da população. Vejamos apenas o exemplo de dois países.

CHECOSLOVÁQUIA

Em Dezembro de 1976 o governo da República Socialista da Checoslováquia (RSCh) apresentou-se perante a Assembleia Federal Checoslovaca. O presidente do Governo, Lubomir Strougal, pronunciou a declaração do programa para o novo período de funções do Governo — 1976/81.

A declaração realça que o programa do Governo da RSCh parte consequentemente das conclusões do XV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, com as quais se identificou toda a Frente Nacional (aliança dos partidos políticos e organizações sociais). O objectivo fundamental é continuar na construção da sociedade socialista desenvolvida, na criação das condições para uma vida mais feliz, alegre e rica dos cidadãos checoslovacos.

Na esfera do aumento do nível de vida, a atenção principal está orientada para as receitas dos trabalhadores. No ano de 1980 o salário médio dos trabalhadores na economia nacional checoslovaca ultrapassará a soma de 2700 coroas, o que em relação ao início deste plano quinquenal (1976/80) representa o aumento de 350/370 coroas. O Governo regulará o aumento dos salários para que correspondam melhor ao princípio socialista das remunerações, para que estimulem o trabalho de qualidade e a economia. Durante este quinquênio serão construídos na RSCh cerca de 640 000 novos apartamentos.

Para poder satisfazer os planos para o aumento do nível de vida e para fortalecer a base material-técnica da sociedade socialista, a economia checoslovaca tem que desenvolver-se com a máxima eficiência. Em relação ao ano de 1975 a produção nacional no ano de 1980 aumentará em mais de 27%, a produção industrial aumentará pelo menos 33%, a construção 36% e a produção agrícola entre 14-15%. O programa do Governo pressupõe que na construção de obras capitais serão investidas, neste plano quinquenal, aproximadamente 800 milhões de

coroas, o que representa praticamente um terço da renda nacional distribuída.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

A realização do plano de desenvolvimento económico de 1976, levou aos seguintes resultados:

- A contribuição da indústria e da construção para a renda nacional foi superior às previsões do plano, respectivamente de 5,9 e 5,3 por cento. No que respeita à agricultura, e na sequência de uma grave seca e do déficit de rendimentos que daí resultou, a agricultura não pôde dar a sua contribuição integral para o rendimento nacional. Globalmente, o acréscimo de rendimento nacional foi de 3,7 por cento.
- A produção industrial aumentou, de uma forma geral, 5,9%; o crescimento foi de 6,6% nos sectores dependentes de ministérios especializados. Nestes sectores, a produção foi superior em 1,5 milhar de marcos às previsões.
- Nos sectores ligados a produções especializadas, a produtividade do trabalho cresceu 6%; o aumento da produção deve-se em 90% a uma maior produtividade. A produção de mercadorias aumentou 30%.
- As tarefas referentes ao desenvolvimento das ciências e das técnicas foram cumpridas e mesmo ultrapassadas.
- Os investimentos aumentaram consideravelmente. Em relação a 1975, aumentaram 6,8%. Se lhe juntarmos as realizações comuns nos outros países do CAME, o aumento é de 8%.
- A construção de casas aumentou em 6,8%.
- O volume de transportes de mercadorias foi superior em 10% ao ano precedente. O número de viagens aumentou 83 milhões.
- O comércio externo aumentou em 14%.
- A habitação de 450 000 pessoas foi melhorada, graças à construção ou modernização de 150 617 apartamentos, em que se incluem 103 091 novas construções. Pela primeira vez em 1976, mais de cem mil apartamentos foram terminados.
- O salário mínimo passou de 350 para 400 marcos, os salários inferiores a 500 marcos foram aumentados de uma forma diferenciada — um total de 1 400 000 trabalhadores beneficiaram destas medidas. Foram anunciadas as reformas de 3,4 milhões de pessoas; foi prolongado o período de férias de parte, hoje as mães da RDA têm a possibilidade de ter um período pago até a criança ter um ano, a partir do 2.º filho.

PODER POPULAR NA LÍBIA

A Líbia está neste momento a estruturar, a nível nacional, toda uma organização que deverá apoiar a implantação de uma democracia popular directa, como acentuou o coronel Muammar Gaddafi, declarando também ser essa a forma mais eficaz para terminar com todos os erros do passado e todos os abusos de autoridade.

O Congresso Geral do Povo, órgão máximo de decisão popular, aprovou a criação de novas estruturas governativas. Foi criado um secretariado geral do Congresso e eleito um Comité Popular, constituído por 26 elementos, nomeados secretários para os diversos assuntos.

O Congresso Geral do Povo, a que assistiram diversas representações estrangeiras, entre as quais uma delegação de Cuba, chefiada pelo camarada Fidel Castro, foi preparado através de reuniões das diversas organizações populares locais, reuniões que se processaram ao longo de dois meses. Estas organizações serão agora transformadas e já assembleias populares, e já

vêm funcionando desde há um certo tempo.

Organizando-se para seguir uma via progressista, o povo líbio estrutura também uma defesa necessária face a previsíveis provocações da reacção, dentro e fora do país. Assim, o quarto e último ponto da declaração final do Congresso estabelece que "a defesa da pátria é responsabilidade de todo o cidadão, homem ou mulher. O povo será treinado e armado através de instrução militar generalizada". A zona geográfica-política onde se localiza o país, impõe este problema com uma particular acuidade, e a correspondente vigilância do seu povo. Tanto mais que são visíveis os esforços, e mesmo desde já ao nível de concretização prática, do estabelecimento de uma aliança anticomunista no Norte de África, que virá a dificultar a solução dos problemas árabes. Neste contexto, o novo passo dado pela Líbia, demonstra mais uma vez que, mesmo onde o imperialismo joga forte e tenta manter e reforçar boas posições, os povos abrem novos caminhos para o progresso social.

OS LIMITES INIMAGINÁVEIS DA FALSIFICAÇÃO RACISTA

políticos, diz ele (os seus antigos colegas. Uma variante dos conservadores à velha moda). Não há dúvida de que bate os seus camaradas em matéria de extremismo.

Existe na Inglaterra uma organização fascista montada segundo os princípios da SS, a «coluna 88». O seu fim é criar quadros bem treinados e qualificados para um futuro partido nacional socialista. É sabido que a «coluna 88» recruta os seus membros nas organizações de ultra-direita, incluindo a «frente nacional».

É aí mesmo que está a lógica da coisa. Os activistas da «frente» consideram que todos os males da Inglaterra resultam da preponderância dos indivíduos «de cor» e dos judeus, estão convencidos e convenceram outros de que as ideias nazis são ainda perfeitamente válidas no presente. Quando em Leicester os adversários da «frente» colaram, aquando da campanha eleitoral, retratos de Hitler com a sarcástica legenda «candidato da «frente nacional», os racistas não se preocuparam em os arrancar das paredes. Não se mostraram nada ofendidos, antes adulados. Graham Yusteis, chefe da secção local da «frente» afirmou nessa altura: «Se Hitler fosse realmente nosso candidato, era por ele que votávamos...»

Acerta dos indivíduos «de cor», Martin Webster, o mais próximo colaborador do presidente da

«frente nacional», Tindoff, disse: «é necessário deportá-los, mandá-los para abaixo das palmeiras. John Tindoff não esconde que «se chegar ao poder», o seu partido acabaria com a «influência hebraica».

O livro da «frente nacional», que vem ilustrar esta realidade, não poderá, evidentemente, rever a história. A questão está na tentativa, infelizmente não inédita, de ultrajar as vítimas do fascismo. O escândalo está em que a história da edição de «Será que morreram 6 milhões?» se não tenha tornado a história de um escândalo. No fundo, ela passou despercebida. Apenas lhe foram dedicadas algumas observações no «Observer». Toda a imprensa, grande e pequena, nacional e provincial, ficou em silêncio.

Como também não houve inquéritos parlamentares sobre os generosos «patriotas», que investiram gratuitamente dinheiro na edição do livro.

É a «frente nacional» continua a preparar-se para as próximas eleições, gritando palavras de ordem racistas.

É desconhecido se que alguém tenha sido encarregado de alguma investigação das actividades da «coluna 88».

A propaganda do racismo continua assim a ser uma ocupação plenamente legal na Inglaterra...

VIVER É CADA VEZ MAIS DIFÍCIL POR TODO O MUNDO DO CAPITAL

Viver, ou simplesmente sobreviver, torna-se um problema cada vez mais sério para as famílias do mundo capitalista, uma batalha de difícil equilíbrio entre o salário decrescente em relação ao custo de vida. Tanto mais que esse precário equilíbrio está sempre ameaçado da brutal ruptura pelo desemprego. Isto quando alguma vez estabelecido.

Se a alta do custo de vida toma proporções verdadeiramente alifáticas para a grande maioria de famílias no mundo capitalista, o alastramento crescente do desemprego assume um carácter dramático. Os serviços estatísticos da CEE verificaram que a taxa de desemprego nos países da comunidade é a maior até agora registada. O desemprego atinge, nesta zona do mundo, 5,6% da população activa, ou seja, 5,9 milhões de pessoas. Isto passa-se justamente no ano do 20.º aniversário da CEE, que ocorre em Março. Um significativo aniversário.

Claro está que os dirigentes dos países da CEE tentam apresentar a situação com as cores mais risonhas possíveis. O que se está a tornar um tanto ou quanto difícil. Numa entrevista concedida ultimamente à revista da RFA «Stern», o chanceler Helmut Schmidt, respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de reduzir o desemprego dentro do sistema económico capitalista, afirmou não se tratar de uma questão de sistema, pois a economia de mercado estaria em condições de resolver esse problema. Caso para perguntar porque ainda o não fizeram, tanto mais que já lhes sobrou tempo, e não se vê a situação a melhorar, antes se agrava.

E agrava-se de forma deveras significativa.

1/3 dos desempregados é constituída por pessoas com menos de 25 anos. Na Bélgica e na França, metade dos desempregados são mulheres. Por outro lado, e isto é particularmente grave, os progressos técnicos e científicos na produção industrial, em lugar de contribuírem para o aparecimento de novos contingentes de mão-de-obra, como se verifica nos países socialistas, são utilizados para o aumento do "desemprego tecnológico", que atinge operários especializados, técnicos e engenheiros. Assim, de acordo com os resultados dum recente

inquérito sobre duas mil empresas industriais francesas, os ritmos de crescimento do desemprego entre os engenheiros e os técnicos em 1976 ultrapassaram largamente a média nacional atingindo os 10,5%.

LUTAS CONTRA O SISTEMA CAPITALISTA

Porque a despeito das teorias empoladas sobre liberdade, democracia e bem estar, a realidade da vida no mundo capitalista torna-se cada vez mais difícil e dolorosa, são cada vez mais intensos e abarcando um número crescente de pessoas os movimentos de luta contra a política dos monopólios e dos seus governos.

Na Europa capitalista, e em particular na Bélgica, essa luta assume agora uma notável envergadura. A Frente Sindical, representando mais de 80% dos trabalhadores belgas, está a levar à prática uma série de greves como protesto contra a subida do custo de vida e contra o desemprego. Neste contexto, abriu-se uma crise no seio do Governo, sendo possível que se venham a realizar eleições gerais antecipadas.

O clima de luta é uma constante em todo o mundo capitalista, mesmo em países vulgarmente apresentados como exemplo do carácter «parasitário» dos governos de várias nuances social-democratas, ao serviço do capital, ou noutros em que, por circunstâncias várias, a luta é particularmente difícil.

Na Suíça, apesar do «tratado sobre o mundo do trabalho», que limita a luta reivindicativa dos trabalhadores, o operariado organizou, em 76, 26 greves, paralisações, manifestações e outras acções de massas. Estas manifestações abrangeram 492 empresas industriais do país. Mais de 4 mil operários da indústria de borracha e de couro finlandesa fizeram greve, por novos contratos de trabalho, a elevação de salários

e a melhoria das condições de trabalho.

A CRISE TAMBÉM NO ENSINO

O "desemprego tecnológico", a percentagem de jovens, muitos com cursos superiores, que não encontra qualquer trabalho, a lei da sociedade capitalista de maximização do lucro, ajudam a compreender o desinteresse da sociedade capitalista pelo ensino, o agravamento incomportável dos seus custos.

Hoje, no século da revolução científico-técnica, nos Estados Unidos da América (e isto de acordo com dados oficiais), existem 23 milhões de americanos com idade superior a 16 anos, analfabetos.

Entretanto, 100000 estudantes ingleses lutam contra os anunciados aumentos das propinas. Vinte e nove colégios e universidades tiveram ocupações, formação de piquetes e greves, num movimento de protesto organizado pela União Nacional de Estudantes.

Na Universidade de Roma, reaberta após um período de encerramento no seguimento de desordens provocadas pelos fascistas, os estudantes ocuparam as instalações e anunciaram a organização de uma Assembleia da Juventude Estudantil, para examinar a grave crise do sistema do ensino no país e o problema do desemprego que atinge os que terminam os cursos superiores.

Em Tóquio, a partir de 1 de Abril, início do ano escolar no Japão, o custo dos estudos aumentará 19 por cento. Um sistema que se choça com o progresso no ensino e a cultura de massas, e os restringe e limita, um sistema que gera o desemprego e a pioria de condições de vida — nada mais pode fazer do que entregar a sua defesa à falsificação propagandística e à repressão. É isso mesmo que faz

A PRAGA DO DESEMPREGO

No Japão, as despesas mensais de uma família ultrapassam todos os anos 17 mil yens em relação ao mês correspondente do ano anterior. O crescimento das despesas familiares deve-se, principalmente, à alta de preços dos produtos alimentares e ao aumento das tarifas dos serviços correntes.

8 DE MARÇO: MDM MOBILIZA À LUTA CONTRA O CUSTO DE VIDA PELA PAZ E A DEMOCRACIA SOCIAL

8 de Março de 1977: as comemorações de maior amplitude já verificadas no país e contactos com os núcleos de emigrantes na RFA e em França revelam uma crescente implantação do MDM e a sua projecção na luta pelos interesses das mulheres trabalhadoras

A luta contra o fascismo, contra o aumento do custo de vida, pela concretização dos direitos da mulher, pela paz, amizade e solidariedade das mulheres de todo o mundo, constituem os objectivos centrais da Jornada Comemorativa do 8 de Março que o MDM promove por todo o País até ao próximo dia 18, com o apoio de diversos sindicatos, uniões sindicais e outras organizações democráticas e populares.

Este programa, que assume maior projecção nos distritos de Lisboa, Setúbal, Porto, Coimbra, Aveiro, Guarda, Leiria, Santarém, Beja, Évora e Faro, deveria ter-se iniciado no passado dia 5, em Aveiro, com a realização de uma jornada de solidariedade com os povos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde promovida pelo MDM e pela Associação de Amizade Portugal-Moçambique. Uma brutal intervenção de cerca de 150 elementos reaccionários, recrutados fundamentalmente entre estratos de retornados, impediu a realização deste encontro no qual interviriam Neto Brandão (ex-governador civil de Aveiro) e Carlos Candal (deputado do PS e membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação). As comemorações foram portanto adiadas, exigindo-se às autoridades garantias para a sua realização. O dia 6 de Março marcou, portanto, o início das iniciativas em diversos pontos do País, concretizando-se assim um programa que teve como ponto de destaque a realização de uma sessão solene, antemontem, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, sob o tema «A Luta de Resistência das Mulheres Portuguesas: com as Mulheres de todo o mundo dizemos não ao fascismo», e que culminará com uma grande-feira contra a alta do custo de vida, a realizar no próximo dia 13, domingo, no Parque Eduardo VII, às 15 horas, na qual haverá venda de produtos da Reforma Agrária e muitas atrações para crianças e adultos.

Noutros distritos, as comemorações têm mobilizado largas massas de trabalhadores, destacando-se a participação popular num colóquio sobre a Reforma Agrária, realizado no dia 8, em Almada, orientado por Margarida Tengarrinha, do CC do PCP, e por elementos de Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, a distribuição de um manifesto à população e a realização de uma sessão contra o aumento do custo de

vida no Porto. De salientar, ainda, várias realizações efectuadas no distrito de Leiria, em Alcobaca, Vieira de Leiria, Leiria, Marinha Grande e Caldas da Rainha.

Como elemento significativo da maior implantação do MDM aparece-nos, este ano, pela

vida no Porto. De salientar, ainda, várias realizações efectuadas no distrito de Leiria, em Alcobaca, Vieira de Leiria, Leiria, Marinha Grande e Caldas da Rainha.

Como elemento significativo da maior implantação do MDM aparece-nos, este ano, pela

vida no Porto. De salientar, ainda, várias realizações efectuadas no distrito de Leiria, em Alcobaca, Vieira de Leiria, Leiria, Marinha Grande e Caldas da Rainha.

Como elemento significativo da maior implantação do MDM aparece-nos, este ano, pela

«Nós, que já conhecemos na carne a ditadura fascista e que hoje vivendo em democracia não queremos tornar ao passado, façamos deste 8 de Março de 1977, uma firme jornada de luta contra aqueles que neste momento novamente atacam o nosso povo, com o fim de repor a opressão no nosso país.»

«Digamos não

Aos despedimentos colectivos sem justa causa, dos quais são as mulheres as principais vítimas

Alto aumento vertiginoso do custo de vida, que atinge principalmente as classes trabalhadoras, sobretudo as mulheres que têm de pôr na mesa duas refeições diárias.»

«Exijamos: Salário igual para trabalho igual; Igual acesso a todos os postos de trabalho e a todos os cargos;

Infantários, creches, lares para a 3.ª idade; Cantinas e lavandarias colectivas;

Façamos, pois, deste 8 de Março de 1977, um dia de solidariedade para com as mulheres de todos os povos, que ainda hoje continuam a conhecer a opressão, a exploração, a tortura, a prisão e a fome.»

MDM

Movimento Democrático de Mulheres

primeira vez, a extensão das comemorações do 8 de Março a núcleos de emigrantes, realizando-se diversas jornadas na RFA (em Hamburgo, Osnabruck, Dortmund, Colónia, Frankfurt, Estugarda) e em França (em Champigny, Massy, Fontenay, Montreil e Paris).

Além das actividades já realizadas, o programa inclui ainda:

DIA 10 — As 21.30 h.: Em Lisboa — sessão na Rua Coelho Rocha (sede do MDP), em Campo de Ourique, no distrito de Setúbal — sessão com filme e Canto Livre na Costa da Caparica; sessão de esclarecimento sobre o «apartheid» e a situação no Médio Oriente, na Sociedade Recreativa Democrática «Os Franceses».

DIA 11 — As 21.30 h.: Em Lisboa — sessão promovida pela Comissão de Moradores com o apoio do MDM na freguesia do Sagrado Coração de Jesus; sessão de esclarecimento na Sociedade de Laveiras sobre o aumento do custo de vida, com a presença de Pitagas Antunes, e sobre o Dia Internacional da Mulher, em Oeiras; sessão sobre

Oeiras (de manhã, venda de produtos da Reforma Agrária, de tarde, actividades infantis, sessão de esclarecimento); às 21.30: sessão de esclarecimento em Vila Franca, nos Bombeiros, realizada pelo MDM, comissões de moradores e doentes de casa; sessão

CONTRA DESPEDIMENTOS NOS SUPERMERCADOS

Cerca de 800 trabalhadores do Pão de Açúcar e da Nutriplificadora sob a ameaça do despedimento se se concretizarem as medidas preconizadas pelo Governo do PS, nomeadamente através das chamadas «reduções aos níveis das diversas componentes de custos, designadamente salariais».

Reunidas para analisar o despacho conjunto dos ministros do Comércio e Turismo e das Finanças sobre a desintervenção do Estado no grupo Pão de Açúcar, nos Supermercados A.C. Santos, na Nutriplificadora e na Boa Ajuda Modelar, noventa por cento das Comissões de Trabalhadores do Pão de Açúcar decidiram, por unanimidade, «Repudiar, na generalidade, o conteúdo daquele

despacho conjunto; reafirmar as posições assumidas nas moções aprovadas por unanimidade por este mesmo plenário de Comissões, em 29/12/76 e em 23/2/77; exigir que a solução que venha a ser adoptada para as empresas consigne obrigatoriamente a salvaguarda de todos os postos de trabalho com garantia de salário justo; exigir que o Governo, antes de tomar qualquer decisão sobre o seu futuro, consulte os trabalhadores, através da sua estrutura organizada na empresa, o que é legítimo; afirmar que estão dispostos a participar na procura de possíveis soluções para a melhor viabilidade do prosseguimento da actividade das empresas; exigir o respeito e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa; mandar a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores (CCT) para fazer chegar esta moção aos órgãos de poder e aos órgãos de comunicação social».

O documento foi subscrito por vários sindicatos do sector e pela Federação Nacional dos Sindicatos do Comércio.

COMERCIANTES APOIAM TRABALHADORES

«Nós, pequenos comerciantes, que trabalhamos duramente, estamos ao lado dos trabalhadores na defesa das suas conquistas que também são nossas», refere um comunicado distribuído há dias no Porto por pequenos comerciantes dos sectores alimentar, sapataria, modas e mistos, apoiando

a luta dos empregados do comércio pelo direito à semana inglesa e ao descanso ao domingo.

Por seu lado, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio daquela cidade, ao usar da palavra durante uma concentração, acentuou que, ao contrário das afirmações do Ministério do

Comércio e Turismo, as alterações dos horários não iriam beneficiar a população nem criar postos de trabalho.

A nova legislação apenas irá privilegiar o grande patronato comercial, não acautelando os interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios comerciantes, sem condições «para aguentar a concorrência que lhes seria imposta pelas grandes cadeias comerciais» e sem «capacidade para criar novos turnos ou admitir novos trabalhadores».

Disposto a analisar com o Governo todos os aspectos do problema, que é complexo, o Sindicato refere, por outro lado, que 75 por cento dos trabalhadores do comércio no Porto são mulheres, que não estão em condições de suportar as projectadas alterações ao horário de trabalho. O problema, segundo o mesmo Sindicato, deve ainda ser analisado juntamente com comissões de trabalhadores, de moradores, sindicatos e outras organizações do movimento operário e popular.

Em Lisboa, por iniciativa do Grupo Promotor da Assembleia Geral formado por trabalhadores do Sindicato desta cidade, decorreu recentemente uma jornada de luta e de esclarecimento alargada a todo o distrito. Encerrada com um plenário com a presença de todos os participantes, a jornada constou de várias sessões de esclarecimento e de uma recolha de assinaturas de sócios do Sindicato apoiando a convocação de uma assembleia extraordinária.

A LUTA PELO CCTV NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Salvo alguns reajustamentos, os salários dos 200 mil trabalhadores da construção civil há perto de três anos que não são revistos. Lutando pelo Contrato Colectivo Vertical desde 15 de Maio de 1975, nunca receberam qualquer proposta do patronato. Este nem chegou ao ponto de sentar-se à mesa das negociações. A situação criada e as promessas por cumprir, levaram os trabalhadores organizados nos seus Sindicatos a uma paralisação de trabalho, na parte da tarde do dia 3 do corrente. Segundo a Comissão Negociadora Sindical, foram os seguintes os objectivos da paralisação: «Pela imediata entrada em vigor das tabelas salariais; pela negociação do clausulado com o patronato; contra a sabotagem patronal ao contrato; contra os despedimentos».

Com essa jornada de luta conseguiu-se mais uma promessa: a da próxima publicação e entrada em vigor das novas tabelas salariais para todo o sector. Cabe agora ao Governo cumprir o prometido, pois essas tabelas já estão aprovadas desde 2 de

Setembro do ano findo.

Nos plenários realizados por todo o País para aprovação da jornada de luta foi intensa a adesão dos trabalhadores. Além das percentagens muito significativas atingidas em Lisboa, Porto e Coimbra, onde a maioria das grandes e médias empresas paralisaram totalmente, temos o exemplo de Guimarães, onde a preparação da jornada se fez num plenário com mais de 1000 trabalhadores presentes, decerto a maior reunião deste sector desde sempre realizada no distrito.

Saudando «os trabalhadores da construção civil pelo alto exemplo de consciência e de classe combatividade, organização e espírito unitário agora demonstrado», a CGTP-Intersindical Nacional aponta, num comunicado, «mais esta prova concreta de que a luta dos trabalhadores contra o congelamento da contratação colectiva e pela defesa do seu poder de compra é uma luta legítima, claramente inserida no espírito do 25 de Abril e na Constituição».



O Dia Internacional da Mulher, em Portugal, foi uma jornada de luta contra o custo de vida

A CGTP- IN reafirma

OS INTERESSES DOS TRABALHADORES SÃO OS INTERESSES NACIONAIS

«As recentes medidas económicas e sociais, traduzindo graves cedências à direita reaccionária e ao imperialismo, põem em perigo a defesa da democracia, tomando mais ameaçador o perigo do regresso ao fascismo», refere a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, num importante documento aprovado no seu primeiro Plenário, depois do Congresso de Todos os Sindicatos.

Sob o título «Aos Trabalhadores Portugueses», o Manifesto recorda a análise constante dos principais documentos aprovados naquele Congresso, aos níveis político, económico e social, e acrescenta:

«O Governo terá de assumir inteira responsabilidade pelo agravamento das tensões sociais a que essas medidas inevitavelmente darão lugar. Os trabalhadores — sublinha a CGTP-IN — continuarão a lutar firmemente pela defesa dos seus direitos e interesses comuns, que se identificam com os interesses nacionais consignados no texto constitucional».

Numa conferência de Imprensa convocada para divulgar as decisões do Plenário, a CGTP-IN apontou como exemplos das medidas que afectarão a vida dos trabalhadores: a alteração do regime geral de preços, permitindo aumentos mais rápidos e constantes, por decisão do patronato, em produtos que até agora necessitavam de justificação e autorização prévia dos organismos governamentais; a fixação de um mini-cabaz de compras, insuficiente para as necessidades dos trabalhadores e do qual consta um conjunto de produtos que abrange apenas 11,5% das despesas familiares da maioria dos trabalhadores; o aumento de 20% do imposto de transacções, que incide sobre centenas de produtos e será pago por todas as pessoas independentemente dos seus rendimentos; a modificação autoritária dos horários dos trabalhadores do comércio; e o aumento das tarifas telefónicas e postais.

Embora algumas das medidas do Governo possam ter reflexos positivos na difícil situação que o País atravessa, a CGTP-Intersindical Nacional assinala que os interesses do capital privado nacional e internacional são os mais favorecidos, nomeadamente através da decisão de indemnizar os grandes capitalistas sabotadores, das

facilidades adicionais concedidas para pagamento, de impostos, da possibilidade de reavaliação dos activos das empresas privadas e da proposta de lei sobre a autogestão.

Ao mesmo tempo que se

nacional, designadamente o défice externo — e a necessidade de aumentar a produção e os postos de trabalho.

OS PRIMEIROS INTERESSADOS

A CGTP-Intersindical Nacional recorda, como sempre tem afirmado e como o recente Congresso de Todos os Sindicatos bem o comprovou, que os trabalhadores organizados estão dispostos a discutir em conjunto com o Governo as formas de contribuírem activamente para a recuperação económica desejável e necessária. Nesse sentido não têm faltado as propostas concretas apresentadas nas empresas e em sectores de actividade, nomeadamente pelos

garantias de que serão eles os principais beneficiários do seu esforço, que é o verdadeiro esforço nacional, para defesa dos verdadeiros interesses nacionais.

«É preciso que se compreenda — assinala a CGTP-IN — que os trabalhadores portugueses são os primeiros interessados na resolução dos graves problemas do País e que, para isso, estão dispostos a contribuir para evitar o descalabro económico que poderá favorecer o regresso ao fascismo e comprometer a construção do socialismo no nosso País. Apelo para o diálogo franco e aberto com o Governo, a Central acrescenta que a luta dos trabalhadores por objectivos justos e realistas é um factor positivo para a modificação da política em curso, para que melhore o nível de vida da população em geral e para que os problemas não se agravem adiando a sua resolução.

Assim, o Plenário da CGTP-IN decidiu que «deve ser reforçada ainda mais a luta nas empresas e nos sectores», nomeadamente pelos objectivos mais imediatos, a saber:

a) A suspensão do Decreto-Lei n.º 49-A/77 que congela a contratação colectiva e os salários, pela saída imediata dos CCT, pela entrada em vigor dos CCT na data do fim da vigência dos anteriores, pelo reforço da solidariedade com os sectores em luta;

b) Contra a entrega das empresas intervencionadas ao patronato sabotador, pelo fim da ofensiva contra os trabalhadores agrícolas na zona da Reforma Agrária;

c) Contra o desemprego e os despedimentos;

d) Pelo direito de antena da RTP e na Radiodifusão, como manda a Constituição, permitindo reforçar a intervenção e o esclarecimento dos trabalhadores pelo Movimento Sindical.

GRANDES ACCÕES DE MASSAS

Para exprimir claramente as posições dos trabalhadores impõe-se desde já, segundo o Plenário da CGTP-IN:

a) A convocação de plenários distritais para analisar a situação actual, as medidas tomadas pelo Governo e coordenar as lutas em curso. Nestes plenários devem ser aprovados comunicados subscritos pelos sindicatos presentes e amplamente divulgados, inclusive pelos órgãos de comunicação;

b) A convocação de plenários de delegados sindicais para analisar a situação e estabelecer um plano de reuniões e de mobilização dos trabalhadores a nível das empresas;

c) A realização de reuniões nas empresas, desenvolvendo a acção de esclarecimento de todos os trabalhadores, conduzidas pelos dirigentes e de legados sindicais com base no Manifesto aprovado no Plenário da CGTP-Intersindical efectuado em 1.3.77. Este amplo e massivo trabalho de esclarecimento tem em vista contribuir para a consciencialização de todos os trabalhadores, na base dos problemas concretos que os afectam, e combater as tentativas das forças fascistas de canalizar a favor da direita o justo descontentamento popular, nomeadamente, das mulheres trabalhadoras.

decretam limites à revisão dos salários, a desvalorização do escudo vem contribuir, só por si e no mínimo, para um aumento de 5 a 7% nos preços internos. Em contrapartida, a desvalorização não irá resolver os problemas mais imediatos e de urgente resolução para a economia

trabalhadores dos têxteis, construção civil, metalomecânica, agricultura e pescas. Mas os trabalhadores não estão dispostos a prescindir de garantias para o futuro. Não estão dispostos a sacrifícios para benefício da recuperação capitalista. Precisam de

TRÉGUA E AMEAÇAS NA LUTA DOS TÊXTEIS

Em reuniões efectuadas por todo o país, no último fim-de-semana, os trabalhadores têxteis decidiram suspender por três dias as paralisações de trabalho — forma de luta adoptada para a obtenção do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV), cujas negociações têm sido boicotadas pelo patronato.

Dependente de ratificação, ficou entretanto prevista para a noite e para amanhã a paralisação total, se continuarem sem resultado as conversações com a comissão negociadora patronal por parte do Ministério do Trabalho, que reunirá também, separadamente, com a comissão negociadora sindical.

Entretanto, em face da adesão maciça dos trabalhadores às paralisações, continuam as ameaças, as provocações e as tentativas de intimidação destinadas a quebrar a unidade e a consciência de classe que os trabalhadores têm demonstrado na sua grande maioria perante

a forma de luta a que o patronato os obrigou para defenderem legitimamente os seus direitos e interesses.

No princípio desta semana, a situação na Carides, em Pousada de Saramagos, tendia a deteriorar-se. O Sindicato Têxtil de Delães, num telegrama para o Presidente da República, Governo e Ministério do Trabalho, avisava de que «se preparam actos de violência contra os trabalhadores a partir de elementos da zona estranhos à fábrica».

No último sábado, a GNR esteve na Carides para garantir o acesso a quem não desejasse participar na greve de solidariedade para com os seis trabalhadores suspensos. Sem incidentes, depressa a GNR retirou, depois de os operários terem estabelecido diálogo com as praças a quem demonstraram que as forças militarizadas não seriam necessárias na empresa.

A VERDADE DOS NÚMEROS

CCT/SECTORES	Início de vigência de tabela salarial que ainda está em vigor	Nº de meses que a tabela já vigora (Até Fev/77)	Aumento do custo de vida entre o início da vigência dos actuais salários e Fev/77 em %	Aumento salarial reivindicado pelos trabalhadores	Nº de trabalhadores afectados (mil)
Indústria Têxtil	Março/75	24	37,5 %	32 %	280
Construção Civil	Junho/74	33	49,1 %	14,0 %	200
Metalúrgicos	Junho/75	21	24 %	20,0 %	200
Madeiras	Janeiro/75	26	40,0 %	25,5 %	150
Rodoviários	Junho/75	22	33,7 %	18,0 %	100
Hoteleiros	Maio/75	23	35,0 %	25,5 %	100
Gráficos Editores e Livreiros	Dez./74	27	42,0 %	30,8 %	50
Ind. Químico	Janeiro/75	26	40,0 %	30,8 %	40
Fab. Material Electrónico	Março/75	24	37,5 %	25,0 %	33
Panificação	Abril/75	23	36,2 %	30,0 %	30
Carência (Barro vermelho)	Março/72	60	92,8 %	30,0 %	30
Previdência	Nov./75	16	27,5 %	22,0 %	20
Armazenistas de mercearia	Abril/75	23	36,2 %	36,0 %	30
Armazenistas de vinho	Março/75	24	37,5 %	36 %	15
TOTAL					1.228,00

«As reivindicações dos trabalhadores são realistas» — é o comentário justo para este quadro fornecido pela CGTP — Intersindical Nacional. Comparem-se as percentagens do aumento do custo de vida e os aumentos salariais propostos! Ver-se-á como a prática demonstra, sem lugar a dúvidas, como são justas e necessárias as reivindicações dos trabalhadores, como é justa e necessária a sua luta.

na REVISTA N.º 1 DE 1977 DE 1977

UM TEXTO DE VOLODIA TEITELBOIM

MEMBRO DA COMISSÃO POLITICA DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO CHILE

REFLEXÕES SOBRE OS 1000 DIAS DE GOVERNO DA UNIDADE POPULAR

À venda nos Centros de Trabalho do PCP